Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030

António Costa Silva

Lisboa, 21 jul 2020

Índice

1. Introdução 4
2. A crise sistémica e lições para Portugal 7
2.1. Dinâmica Global 7
2.2. O impacto da crise em Portugal 10
2.3. Constrangimentos Estruturais e Oportunidades 13
2.4. Alterações estruturais na sociedade 16
2.5. Oportunidades e vantagens competitivas de Portugal 19
2.5.1. Enquadramento geopolítico e os futuros possíveis de Portugal 19
2.5.2. Transformar a crise em oportunidade 34
2.6. A Arquitetura concetual do Plano de Recuperação Económica 58
2.7. Alguns princípios orientadores para as Políticas Públicas no âmbito do Plano de Recuperação da Economia 59
3. Plano para a Recuperação Económica em Portugal 68
Finalidade, Visão, Missão e Objetivos 68
Eixos estratégicos 70
3.1. Eixos estratégicos: Programas de investimento 72
3.1.1. Uma Rede de Infraestruturas Indispensáveis 72
3.1.2. A Qualificação da População, a Aceleração da Transição Digital, as Infraestruturas Digitais, a Ciência e Tecnologia 77
3.1.3. O Setor da Saúde e o Futuro 83
3.1.4. Estado Social 86
3.1.5. A Reindustrialização do País – Uma Indústria Competitiva e de Futuro 90
3.1.6. A Reconversão Industrial 102
3.1.7. A Transição Energética e Eletrificação da Economia 108
3.1.8. Coesão do Território, Agricultura e Floresta 110
3.1.9. Um Novo Paradigma para as Cidades e a Mobilidade 117
3.1.10. Cultura, Serviços, Turismo e Comércio 120
4. Investimento e Financiamento 124
4.1. Investimento Público 125
4.2. Incentivos públicos 126
4.3. Investimento privado 127
4.4. Instrumentos de financiamento 127

4.5. instrumentos de apoio às empresas 131
5. Condicionantes, limitações e oportunidades 132
5.1. Administração Pública e a criação de um centro de competências para a recuperação 133
5.2. O Sistema Bancário Português e as suas limitações 135
5.3. A necessidade do Estado criar novos instrumentos financeiros para a execução do Plano de Recuperação Económica 136
5.4. A organização do território 139
5.5. A Regulação e o papel dos reguladores 140
5.6. A Justiça e o Plano de Recuperação 141

1. INTRODUÇÃO

Esta Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica 2030 visa essencialmente responder à questão: o que fazer no *day after*?

Não vamos ter ilusões: a crise sanitária causada pela doença COVID-19 traz consigo uma profunda recessão económica que tem características globais e que vai ferir profundamente a nossa economia. E é importante por um lado elencar as características e consequências da crise e o que Portugal pode fazer para responder, e por outro, definir alguns princípios orientadores das políticas públicas, antes de abordar na parte final os diferentes setores da economia e elencar algumas ideias e projetos que podem ser estruturantes para a reconstrução do país.

O pós-pandemia deverá ser acompanhado por um reposicionamento das sociedades relativamente ao seu modo de organização, comportamentos e estilos de vida e pela transformação da economia nacional, evoluindo para um modelo de crescimento mais justo, próspero e eficiente, no uso regenerativo dos recursos e dentro dos limites dos sistemas naturais. Ou seja, a resposta nacional passa pelo reconhecimento estratégico das oportunidades latentes nas adversidades, valorizando de forma sustentável as potencialidades do nosso território para o crescimento da economia e para a criação de emprego.

Este Plano parte de dois quadros conceptuais que se interligam, e da sua análise estratégica resultam os pilares estruturantes do programa de recuperação.

O primeiro quadro conceptual tem a ver com o dilema estratégico de Portugal ao longo da história e com a forma como tentou superá-lo. Esse dilema advém da posição geográfica do país, na periferia da Europa e que sempre sofreu de um condicionamento imposto pelo seu único vizinho – a Espanha. Mas esse condicionamento em relação à Europa é duplo porque a própria Península Ibérica tende a funcionar como uma "ilha" e isso está refletido na limitação das ligações ao continente europeu, incluindo as energéticas. Portugal tentou superar este dilema ao longo da sua história virando-se para o mar e há uma quase constante na história do país: quando se virou para o mar prosperou, quando voltou as costas ao mar, muitas vezes estagnou e definhou. Mas a exploração da vertente continental e da vertente marítima, quase sempre se fez em alternativa e em ciclos dicotómicos. Hoje o país tem perante si, com a magnitude dos problemas que enfrenta e o volume de recursos financeiros significativos a que vai poder aceder, muitos obtidos como subvenções, de ensaiar um novo ciclo geopolítico na sua história, **podendo explorar simultaneamente a sua relação continental com a Europa e a sua relação marítima com o mundo**.

Daqui resultam pilares estratégicos para o Plano de Recuperação que convém brevemente explicitar.

A dimensão continental implica uma aposta forte na completação do plano de infraestruturas físicas, em particular da rede ferroviária nacional, para reforçar a sua ligação a Espanha e ao continente europeu, tendo em conta a importância do transporte de mercadorias, bens e passageiros. Uma rede ferroviária moderna e elétrica é uma resposta às preocupações ambientais e está alinhada com o futuro. A ligação de Portugal com a rede de transportes europeia e o Mecanismo Interligar a Europa é crucial. Isto deve articular-se com o pilar da Coesão do Território, da Agricultura e da Floresta, para promover o desenvolvimento do interior do país e criar uma espécie de *hinterland* ibérico, articulando a cooperação entre as cidades, povoações vilas e regiões dos dois lados da fronteira. A criação de espaços geoeconómicos integrados no interior, promove o desenvolvimento, capitaliza as valências já existentes no interior do país, em termos de tecnologias agrícolas, digitais, biotecnologias da saúde. A geoeconomia vai além da identidade territorial, promove uma maior penetração de Portugal no espaço ibérico e europeu abre também um maior raio de alcance ao porto de Sines, para sustentar e desenvolver as suas operações. Todo este projeto se liga de forma simbiótica com outros pilares do Plano, como o da Reconversão Industrial, ligada à reorganização das cadeias logísticas e de produção e o da reindustrialização do País, baseada no reforço do *cluster* das energias renováveis, no lançamento do *cluster* do hidrogénio, no desenvolvimento da bioeconomia sustentável, com a valorização da biomassa florestal e marinha, e com o desenvolvimento sustentável de alguns recursos minerais estratégicos.

A exploração da dimensão marítima do país exige o reforço do investimento nas suas estruturas portuárias, nas plataformas logísticas, na ampliação dos cais e da capacidade de armazenamento, nos equipamentos de manutenção de cargas, consolidando o papel do país como plataforma comercial e logística, reforçando a sua inserção nas redes mundiais de comércio, energia, transportes, tecnologia e conhecimento. Isto deve ser feito em articulação com o *cluster* do mar, tratando o mar como um ativo crucial do território, da soberania, da economia e do desenvolvimento do país. Tudo deve repousar numa nova relação com o mar. Até aqui tivemos com o mar uma relação predatória, ele foi transformado numa espécie de "casa de banho" do planeta. Esta relação vai mudar com a tecnologia, o poder dos sensores, a informação que eles permitem recolher do oceano e que está a revolucionar a oceanografia e a climatologia. O país deve intervir no mar com base no conhecimento e na tecnologia, mapeando e protegendo os ecossistemas e preservando a biodiversidade que é o nosso seguro de vida no planeta. O país deve criar uma grande Universidade do Atlântico e um centro de previsão do clima, atraindo parceiros internacionais e equipas de excelência para

os Açores, que é um dos melhores sítios do mundo para estudar a interação entre o oceano e a atmosfera, a terra e o ar, e esse conhecimento é valioso porque pode prevenir e mitigar a ocorrência de fenómenos climáticos extremos, quando as mudanças estruturais de combate às alterações climáticas e o avanço na descarbonização da economia ainda não estão a surtir efeito. O mar é ainda uma fonte de riqueza económica, pois pode dinamizar toda uma fileira de novos polos de atividade económica, das biotecnologias às ciências da saúde, da cosmética aos biomateriais diversos e ao aproveitamento sustentável de alguns recursos minerais estratégicos. A aposta nos diferentes setores emergentes, assim como no apoio e modernização dos setores estabelecidos da economia azul, constitui um importante motor de crescimento económico e social do país e pode aumentar a sua projeção internacional.

O segundo quadro conceptual resulta da pandemia da Covid-19, das suas consequências e da mudança de paradigmas que ela colocou. A Covid-19 expôs as fragilidades da ordem existente, do modelo de desenvolvimento económico e social, da capacidade que não temos para antecipar e gerir riscos à escala global. Evidenciou a dependência externa que a Europa tem, de equipamentos médicos, medicamentos, meios de proteção individual e outros, que são fabricados no exterior.

A desindustrialização acelerada promovida nas últimas décadas, a subalternização da economia produtiva, a deslocalização em massa de empresas e atividades críticas para o exterior de Portugal e da Europa, criaram inúmeras fragilidades que a crise veio evidenciar. A reorganização das cadeias de produção industrial e das cadeias logísticas é um objetivo crucial para o relançamento e a recuperação da economia portuguesa e europeia.

Deste quadro estratégico resultam pilares essenciais para a recuperação, que têm a ver com a reconversão industrial e a reindustrialização, mas também com a saúde, com o setor social e a luta contra a pobreza, com o sistema científico e de inovação e a aposta fulcral para o seu reforço e consolidação. O Estado tem que desenvolver um programa profundo para aumentar a sua qualidade e deve tratar os serviços públicos, em particular o Serviço Nacional de Saúde como um investimento e não como um passivo. O pilar da saúde é muito importante para o Plano de Recuperação e o investimento público nesta área é essencial nos equipamentos e nos recursos humanos, no sistema científico e de investigação, e na criação de condições para o país desenvolver as biotecnologias na área da saúde, que são essenciais para prevenir e combater futuras pandemias.

É vital o país construir um novo paradigma para identificar e gerir os riscos, não só o risco de novas pandemias, mas também o risco sísmico, energético, climático, da desertificação, de ciberataques e outros, incluindo os riscos políticos disruptivos.

O pilar social é importante para proteger os setores mais desfavorecidos e vulneráveis da sociedade e lutar contra o desemprego. Paradigmas como o da habitação social e do emprego social devem ser debatidos e estudados.

A Covid-19 acelerou a tendência para a transição digital, obrigou as empresas, os trabalhadores, as instituições, o Estado e o Governo a reinventarem os seus modelos e sistemas de trabalho, recorrendo muito mais ao teletrabalho. Nesta perspetiva, a aposta na melhoria das qualificações da população ativa e nas competências digitais da Administração Pública, das instituições e das empresas, em especial das PME é um pilar fundamental para a recuperação económica. A aposta nas competências digitais das PME pode ter um efeito muito positivo na economia portuguesa.

Finalmente, a Covid-19, além de exponenciar a revolução tecnológica em curso, teve um efeito importante no sistema energético mundial e nas emissões de CO2. Penalizou fortemente o petróleo, que chegou a ser transacionado, pela primeira vez na história, em valores negativos no mercado de futuros americano. E mostrou que as energias renováveis foram o setor mais resiliente do sistema energético durante a pandemia, pela sua flexibilidade, versatilidade e custo zero do combustível. Enquanto a procura de petróleo, gás e carvão caiu significativamente, no primeiro trimestre de 2020, o consumo de energias renováveis subiu 1,5%. **Um pilar fulcral do Plano de Recuperação é a Transição Energética, a descarbonização da economia e o alinhamento com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu, com o Plano Nacional de Energia e Clima 2030, com o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, e com a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030**.

2. A CRISE SISTÉMICA E LIÇÕES PARA PORTUGAL

A crise sanitária e a profunda recessão económica que ela está a engendrar comportam os seguintes elementos, que servirão para pensarmos num plano de recuperação para o país.

DINÂMICA GLOBAL

CRISE GLOBAL E SISTÉMICA

É uma crise global profunda, a maior depois da Grande Depressão de 1929, e por isso a recuperação vai ser mais lenta e mais difícil. Mas, no essencial, é um ciclo económico que termina e outro que vai começar com uma mudança sistémica de grande amplitude em todos os setores de atividade e no funcionamento da economia como um todo.

CRISE AMBIENTAL E CLIMÁTICA

A necessidade de serem reduzidas as emissões de gases com efeito de estufa para a atmosfera, travar a perda de biodiversidade, reduzir a extração de materiais ou garantir níveis de qualidade do ar compatíveis com os limiares de defesa da saúde, reduzir a poluição e proteger os oceanos, enquanto nos preparamos para os efeitos incontornáveis das alterações climáticas, são desafios que permanecem atuais e urgentes. A sociedade reconhece e exige um plano de recuperação verde, alinhado com os objetivos de sustentabilidade da Agenda 2030 e que respeite os limites do nosso planeta.

A descarbonização da economia, a promoção da economia circular, a valorização do território e do capital natural, devem estar entre os princípios orientadores desta recuperação. Por isso reafirma-se o compromisso de neutralidade carbónica e a trajetória de redução de emissões para atingir este objetivo, bem como a concretização do Plano Nacional de Energia e Clima e as suas metas para 2030 e do Plano de Ação para a Economia Circular. Destaca-se ainda o Plano de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas que estabelece as principais vulnerabilidades e as linhas de ação para as enfrentar. Todo o Plano de Recuperação deve ser alinhado com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu.

AJUSTAMENTO DO MODELO DA GLOBALIZAÇÃO

Esta crise vai provocar um ajustamento do modelo de globalização que prevaleceu até aqui ou de hiperglobalização[1]. A hiperglobalização, com o crescimento contínuo do comércio mundial, a mobilidade incessante de bens, serviços, mercadorias, pessoas e capitais, vai sofrer um ajustamento. Isso mesmo estava anunciado com a eclosão da guerra comercial dos EUA com a China e entre 2016 e 2018 houve uma queda de 9% nas trocas comerciais entre os dois países e uma queda de mais de 30% no investimento direto estrangeiro. Com a eclosão da crise sanitária e a recessão económica, a Organização Mundial do Comércio (OMC) estima que podemos ter uma queda nos próximos anos do comércio mundial entre 13% e 35%.

Esta nova fase que vai começar não será uma "desglobalização" no sentido de se reverter completamente o modelo que existe hoje. Mas também é um erro assumir que tudo se vai manter. As guerras comerciais e a recessão económica terão o seu impacto, e isso resultará num ajustamento do modelo em vigor, com alguma atenuação das trocas comerciais e uma reconfiguração das cadeias logísticas e de abastecimento. Mas, como dizia o filósofo francês Montesquieu, há o efeito do

[1] Expressão que Paul Krugman escolheu para caracterizar esta fase.

doux commerce, que é essencial para a prosperidade e paz no planeta. E por isso a globalização pode sofrer esse ajustamento, mas vai manter-se, a uma velocidade provavelmente diferente, mas assente sempre no paradigma da conectividade global. Isso é muito importante para Portugal tendo em conta a nossa capacidade de inserção nas redes globais e as relações que temos com África, com as várias Ásias, incluindo a Índia e a China, com a América Latina, e sem esquecer a nossa relação e inserção na Europa e os nossos aliados tradicionais, o Reino Unido e os EUA. Essas ligações serão cruciais para o Plano de Recuperação Económica do país e para potenciar essas ligações ao nível económico e político. Neste sentido o Plano deve articular também uma componente de *softpower,* explorando as múltiplas relações que Portugal tem no mundo, revisitando os objetivos da cooperação com os países de língua portuguesa e consolidando a relação com a diáspora, promovendo a sua maior intervenção na vida económica e social do país.

O PAPEL DA UNIÃO EUROPEIA

A crise pandémica está a ter um efeito geopolítico forte porque intensificou a competição estratégica entre os EUA e a Chuna pela hegemonia mundial. Há uma superpotência dominante – os EUA – que é poderosa em todos os domínios, e uma grande potência em ascensão – a China – cada vez mais assertiva e que ambiciona ocupar o seu lugar no centro da ordem internacional. Os EUA estão obcecados com a China, para conter a sua ascensão e a China está obcecada com os EUA, para impedir o domínio americano, em especial na Ásia.

A intensificação desta competição estratégica vai definir a balança de poder neste século e está a minar as regras e as instituições que definem a ordem internacional estabelecida depois da segunda guerra mundial. Nesta grande batalha estratégica em curso, a Europa não pode ser uma das principais vítimas. É preciso que as lideranças europeias compreendam que esta é uma grande oportunidade para recuperar a iniciativa, a criatividade e o espírito inovador, para a União Europeia trabalhar com as outras grandes democracias, como o Canadá, a Índia, o Japão e a Austrália e construir uma plataforma de equilíbrio capaz de evitar a crescente deterioração da ordem mundial.

A UE pode tornar-se, no mundo de hoje, um poder moderador e liderante no combate às alterações climáticas, na descarbonização da economia, na proteção da biodiversidade e na minimização das ameaças globais (como os vários terrorismos e a eclosão de novas pandemias), ao mesmo tempo que estabelece grandes plataformas colaborativas e consensuais com outros países, à volta destes grandes temas que formatam a política do Século XXI.

Portugal, ao mesmo tempo que explora a sua relação marítima com o mundo, deve reforçar e consolidar a sua relação continental com a Europa. A União Europeia é o destino de 75% das exportações portuguesas e o país deve continuar a reforçar e consolidar o espaço e as ligações que construiu desde a sua adesão ao projeto europeu. É mais importante do que nunca Portugal superar as limitações que advêm do seu confinamento geográfico, utilizando todo o seu *softpower* para alargar a sua influência, diversificar os projetos de cooperação económica, comercial, científica e tecnológica e contribuir para uma Europa mais resiliente, mais autónoma do ponto de vista estratégico e capaz de ser um estabilizador da ordem política internacional.

Ao mesmo tempo que Portugal desempenha o seu papel de ator político no centro da arquitetura europeia, contribuindo para formatar as decisões políticas e estratégicas, deve continuar a abrir espaços de contacto e de cooperação geoeconómica com a África, a América e a Ásia, reforçando duplamente o seu papel na UE.

VULNERABILIDADES DO MODELO ECONÓMICO E SOCIAL

A crise expôs aos olhos de todos as vulnerabilidades do modelo de desenvolvimento económico e social vigente nomeadamente o erro estratégico inerente à visão neoliberal do mundo que minimiza o papel do Estado e exalta o mercado, deixando nas suas mãos a regulação de setores estratégicos da economia, promovendo a deslocalização das empresas e a completa dependência das cadeias logísticas e de abastecimento de bens essenciais do exterior, em particular da China.

Essas vulnerabilidades estão patentes também no nível de desigualdade e na marginalização dos setores mais desfavorecidos, o que transforma a luta contra a pobreza, a redistribuição da riqueza e a construção de uma sociedade mais justa, coesa e inclusiva no objetivo central do nosso tempo.

O IMPACTO DA CRISE EM PORTUGAL

A crise sanitária provocada pela doença COVID-19 obrigou um conjunto alargado de países a adotar medidas altamente restritivas para a atividade económica que alteraram significativamente os padrões de interação social. Em Portugal, uma vez declarado o estado de emergência, o Governo implementou um pacote de medidas sanitárias que visa atenuar a transmissão da doença, proteger os cidadãos, preservar a capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e assegurar o normal funcionamento das cadeias de abastecimento de bens essenciais.

No plano económico, estas medidas representam um choque, quer do lado da oferta quer do lado da procura, sem precedentes no passado recente e com efeitos cuja magnitude e alcance são particularmente complexos e difíceis de prever. A evolução da atividade da económica, neste contexto, depende também da evolução da situação epidemiológica, o que é algo que continua envolto em grande incerteza.

O impacto económico decorrente da COVID-19, de acordo com o Pacto de Estabilidade e Crescimento 2020, não tem precedentes no passado recente, fazendo-se sentir simultaneamente do lado da oferta e da procura, e possui efeitos cuja magnitude e alcance não é ainda possível quantificar de forma satisfatória. Do ponto de vista económico, são múltiplos e interligados os canais de transmissão deste choque, com forte impacto ao nível da produção (com quebras na produção e encerramento de atividades), do emprego (com aumento do desemprego) e da produtividade (por via das perturbações na produção e no emprego).

Neste contexto, a economia portuguesa sofreu em 2020 um choque exógeno brutal com a eclosão da pandemia da Covid-19, quando vinha a recuperar, embora lentamente, do impacto brutal da crise financeira e económica de 2007/8 e da crise das dívidas soberanas de 2011/14. A recuperação lenta nos últimos anos foi condicionada por um conjunto de constrangimentos estruturais marcantes que afetam a economia portuguesa há décadas: um mercado interno limitado; inúmeras empresas descapitalizadas e que se financiam através de dívida; um Estado com uma dívida pública elevada que funciona muitas vezes como uma "espada de Dâmocles", inibidora do crescimento; uma estrutura produtiva ainda pouco diversificada e que não explora nem desenvolve a capacidade industrial do país; um nível médio de qualificação da população ativa que é o mais baixo da UE; uma produtividade baixa; um nível de fiscalidade desadequado que limita a capacidade operativa das empresas; um nível baixo de investimento.

A pandemia da Covid-19 levou a uma diminuição significativa do volume de negócios da indústria, que caiu 8,7% em abril, a produção automóvel caiu mais de 95% e a energia elétrica 13,8%. O comércio externo foi afetado, com uma queda das exportações de bens de 13 % em março. Nos serviços, a quebra foi muito significativa, em particular no turismo. O mesmo se passou na venda de automóveis e no comércio a retalho. Tudo isto foi acompanhado pela deterioração do mercado de trabalho com a subida do desemprego e do número de trabalhadores em *layoff*.

O resultado que a crise da Covid-19 evidencia, a nível económico, os seguintes efeitos marcantes:

OFERTA:

Interrupção de diversas cadeias de valor por escassez de abastecimento; perturbações nos circuitos de distribuição de matérias primas, bens intermédios e bens finais; absentismo acrescido, seja por motivos de doença, seja por aplicação de medidas de contenção; encerramento temporário de diversos estabelecimentos fabris e comerciais; redução de atividade no setor dos serviços.

PROCURA:

Redução drástica da atividade relacionada com a circulação de pessoas, seja a nível profissional seja em lazer, designadamente em viagens, alojamento e restauração; redução da procura de bens de consumo duradouros e de serviços de proximidade não essenciais ou urgentes; redução dos serviços presenciais de educação e de entretenimento e lazer; elevada procura de serviços de saúde especializados na resposta à COVID-19 e baixa procura de serviços médicos para as outras doenças.

SISTEMA FINANCEIRO:

Volatilidade acrescida nos mercados financeiros, incluindo de capitais; aumento dos problemas associados ao sobre-endividamento empresarial, nomeadamente, pressão sobre o crédito malparado.

CONFIANÇA:

Redução significativa dos níveis de confiança dos agentes económicos, associada ao escalar dos graus de incerteza, com impacto nas decisões, respetivamente, de investimento (que poderá ser diferido ou mesmo cancelado) e de consumo de bens e serviços (que poderá ser reduzido, atrasado ou mesmo cancelado em benefício de poupança). Repercussões no comércio internacional, incluindo, desde março de 2020, nas cadeias de valor altamente integradas com os parceiros da União Europeia.

FINANÇAS PÚBLICAS:

A pressão sobre o Serviço Nacional de Saúde, bem como o funcionamento dos estabilizadores automáticos e o estabelecimento de pacotes de medidas de apoio aos cidadãos e às empresas, consubstanciará um forte impacto no saldo orçamental, seja por elevado aumento da despesa pública seja por uma significativa quebra na receita fiscal e contributiva. A deterioração das contas públicas e as acrescidas necessidades de financiamento terão impacto na despesa com juros e nos encargos da dívida.

Neste âmbito, é também importante referir as atuais previsões para Portugal identificadas no relatório de Primavera do Semestre Europeu:

Com base nas previsões da primavera de 2020 da Comissão Europeia, o défice das administrações públicas de Portugal é estimado em 6,5% do PIB em 2020 e 1,8% em 2021;

Prevê-se que o rácio dívida pública / PIB das administrações públicas atinja o pico em 131,6% em 2020, antes de cair para 124,4% em 2021;

A economia deverá contrair 6,8% em 2020 e recuperar 5,8% em 2021;

Portugal enfrentará agora desafios extraordinários de emprego como resultado da pandemia. Segundo as previsões da Comissão, o desemprego deverá aumentar para 9,7% da população ativa em 2020 e recuperar para 7,4% em 2021, contra 6,5% em 2019.

Estas previsões têm sido revistas por diferentes entidades nacionais e internacionais, à medida que a magnitude da crise económica e social se torna mais clara. O país pode vir a enfrentar uma das piores crises da sua história: a queda do PIB em 2020 pode chegar aos 12%; a queda do consumo aos 11%; a queda do investimento aos 26% e a taxa de desemprego aos 11,5%. A dimensão do desafio é gigantesca e a necessidade de respostas é urgente.

A partir de setembro de 2020, a situação de muitas empresas pode deteriorar-se significativamente e é fundamental existir no terreno um programa agressivo para evitar o colapso de empresas rentáveis, que são essenciais para o futuro da economia portuguesa. O espaço temporal que vai mediar entre a significativa deterioração da economia no segundo semestre de 2020 e a chegada da ajuda europeia em 2021, pode ser fatal para muitas empresas se não existirem respostas adequadas.

CONSTRANGIMENTOS ESTRUTURAIS E OPORTUNIDADES

Tendo em conta todo este quadro, o Plano de Recuperação deve pugnar por medidas profundas que possam alterar alguns dos constrangimentos estruturais que inibem e limitam o desenvolvimento económico do país, em particular os seguintes:

- **Colocar as empresas no centro da recuperação da economia, transformando-as no motor real do crescimento e da criação de riqueza**, ajudando-as na qualificação das suas competências digitais, na qualificação dos recursos humanos e da gestão e nos programas de inovação, criando condições para o aumento da sua competitividade, não através dos baixos salários mas da inovação tecnológica;

ajudando-as também na capacidade de se internacionalizarem e evitarem uma excessiva dependência do mercado interno;

- Criar condições, a partir das bases existentes, para a diversificação da economia, tornando-a mais resiliente, estimulando a reorganização das cadeias logísticas e de produção, alinhando os *clusters* industriais do país com o conceito de "autonomia estratégica" da Europa, colocando a indústria nacional na primeira linha na produção de bens de equipamentos, na fabricação de máquinas e na engenharia, nas biotecnologias, em particular na área da saúde, na fabricação de medicamentos e dispositivos médicos com alto valor acrescentado, na economia do mar, na reindustrialização do país, combinando o mapeamento dos recursos endógenos com a aplicação de tecnologias digitais, do poder dos sensores, da impressão 3D, da ciência dos materiais;
- Diversificar a economia em articulação com a alteração do perfil de especialização do sistema produtivo nacional, que se baseia em atividades pouco intensivas em conhecimento e tecnologia e que o torna vulnerável a dinâmicas inflacionárias internas e apreciações cambiais; estas vulnerabilidades são ampliadas pela localização periférica do país face aos principais mercados europeus, pela dimensão reduzida do mercado interno e pela demografia desfavorável, com o envelhecimento da população;
- Responder a estas limitações estruturais através de um investimento forte na ciência, na investigação e no desenvolvimento tecnológico; na educação e formação; na qualidade da gestão; nas infraestruturas de transportes, portos, telecomunicações, energia e digitais; no apoio a todo o sistema tecnológico que suporta a inovação empresarial dos Centros de Investigação, Universidades e Politécnicos, aos Centros Tecnológicos, Incubadoras de Empresas e Fundos de Capital de Risco;
- Contrariar as limitações do mercado interno, apostando na criação de economias de escala, resolvendo o problema da fraca presença de empresas de dimensão média e grande no tecido produtivo, definindo instrumentos e mecanismos que facilitem a consolidação das empresas e a criação de massa crítica; aumentar a qualificação das competências digitais das empresas para poderem competir no mercado mais alargado; explorar o conceito de *Hinterland Ibérico* para criar espaços geoeconómicos integrados que promovam uma maior penetração das

empresas e produtos portugueses nos mercados ibérico e europeu e aumentando a gestão da procura agregada;

- **Enfrentar o envelhecimento da população portuguesa**, tendo em conta que a demografia atual reduz a população disponível para trabalhar, compromete o potencial de renovação e inovação e cria uma pressão crítica sobre a gestão das contas públicas e sustentabilidade da segurança social; o problema da demografia é estrutural e não se resolve só com políticas de apoio à natalidade; o país tem de repensar a sua política de atração de mão de obra qualificada do exterior e isso é possível através da imigração e também da consolidação dos programas europeus de intercâmbio, como o Erasmus, que podem aumentar a capacidade de fixação em território nacional de estudantes e profissionais que encontrem no país perspetivas interessantes; para isso é vital toda a aposta na investigação e desenvolvimento tecnológico, para o país se tornar numa plataforma apetecível de trabalho em setores tecnológicos avançados, ligados à inteligência artificial, ciência de dados, tratamento e processamento de informação, máquinas que aprendem, computação avançada, biotecnologias, espaço e outros setores capazes de atrair e fixar jovens talentos;
- **Criar condições para construir uma economia inclusiva e aberta que funcione a favor da maioria das pessoas**, utilizando de forma mais eficiente a capacidade produtiva instalada, atraindo investimento interno e externo e atacando o défice de competitividade com melhor organização e gestão e mais aposta na educação, no conhecimento e na tecnologia;
- **Apoiar a tesouraria das empresas viáveis economicamente**, criando mecanismos como a possibilidade de dedução dos prejuízos fiscais gerados em 2020 e 2021 aos lucros dos últimos exercícios e usar mecanismos de incentivo e créditos fiscais para fomentar a revitalização das empresas e o seu crescimento; o problema da descapitalização das empresas é dos mais sérios da economia nacional e pensar em novos instrumentos para o resolver, como a dinamização do mercado de capitais e a criação de um Banco de Fomento e/ou um Fundo Soberano pode ser um caminho; a maior rapidez do pagamento pelo Estado da sua dívida às empresas, é também um elemento crucial;
- **Apostar num Estado com mais qualidade, promovendo as suas competências digitais, melhorando toda a interação com os cidadãos e as empresas**, simplificando os processos de licenciamento da atividade económica,

desburocratizando-os sem prescindir das exigências legais e ambientais, revisitando os mecanismos de contratação pública, tornando-os mais eficazes e funcionais, e sempre com o objetivo de atingir a maior transparência na gestão dos dinheiros públicos e na prestação de contas; o envelhecimento dos profissionais da administração pública e a dificuldade de recrutamento e retenção dos quadros técnicos mais qualificados é um problema maior para este novo ciclo, porque pode criar limitações brutais em termos da implementação do Plano de Recuperação, e se não se responder a este problema, tudo pode ficar em causa.

- **Fazer face à diminuição forte do investimento e à destruição de capital provocadas pela crise,** para dinamizar uma economia que está em estado "zombie" e que vai ter uma recuperação lenta, dotando-a de condições para resistir e recuperar;
- **Dar atenção à necessidade de aumentar a eficácia dos reguladores**, que são essenciais para o mercado funcionar de forma aberta e competitiva, tendo em conta o papel central da regulação, que deve ser simples, desburocratizada e ativa. O excesso de regulamentação e as barreiras à entrada de novos *players* no mercado têm efeitos castradores no desenvolvimento da atividade económica e produtiva; promover a avaliação dos reguladores e abrir concursos internacionais para quebrar a endogamia típica da sociedade portuguesa;
- **Combater a lentidão da justiça fiscal e dos processos de licenciamento**, que são obstáculos maiores ao desenvolvimento da economia, promovendo esforços para tornar a justiça mais rápida, menos burocratizada e mais eficaz.

ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS NA SOCIEDADE

A crise provocada pela pandemia da doença COVID-19 trouxe desafios de vária ordem, conduzindo a múltiplas interrogações e a realidades desconhecidas. A sociedade em geral, as empresas, os organismos públicos e privados, todos foram forçados a adaptar-se. **Trata-se de uma mudança estrutural na especialização produtiva que pode ser analisada segundo três perspetivas: a dinâmica de procura nos mercados de produtos; as mudanças na procura de serviços, e alterações na base económica associada; e as alterações nas cadeias de valor, integração de conhecimento nos produtos e escala**.

Dinâmica de procura nos mercados de produto	
Alteração dos hábitos de consumo	As tendências acentuadas de alteração dos hábitos de consumo, com forte redução das taxas de crescimento de produtos de consumo não alimentar (têxteis, vestuário, calçado) nos mercados europeus, e mudanças nos canais de distribuição e retalho dos mesmos, passando da presença física para o digital, afeta profundamente uma estrutura industrial assente em pequenas e médias empresas, baseada na fabricação e na menor força de mercado (tomadores de preços e não definidores). Estas tendências vão ser acentuadas pela rotura de consumo que a consciência prática da "sociedade de risco" na vida quotidiana implica, a qual irá evoluir a par da crescente incorporação de valores ecológicos na escolha individual, sobretudo para além dos bens de consumo de primeira necessidade.
Mobilidade de pessoas e mercadorias	As alterações nos fundamentos da mobilidade pessoal nas cidades e no transporte de pessoas e de mercadorias, já em transformação pela passagem dos motores de combustão interna para soluções alternativas elétricas (com base no lítio, no hidrogénio, em modelos híbridos), pelo reforço do peso do transporte ferroviário e marítimo e pelo reposicionamento do transporte aéreo, vão ser acentuadas, mas, simultaneamente, colocadas em tensão pela forte queda dos preços dos combustíveis fósseis dificultando os mecanismos de viabilidade de soluções alternativas.
Tecnologias digitais	A dinâmica de evolução das tecnologias digitais (esta crise permitiu visualizar as potencialidades, mas também os limites e implicações) pode permitir crescimento do recurso ao teletrabalho, sobretudo no segmento dos serviços, enquanto o maior recurso ao comércio online terá implicações na organização espacial e na concentração dos grandes espaços comerciais, podendo conduzir a formas de organização das cidades com menores fluxos de mobilidade.
Recursos endógenos e valor do produto português	O reforço do valor dos produtos naturais, tanto de materiais de construção e de uso doméstico como de bens intermédios na produção industrial, pode permitir novas especializações produtivas a partir de recursos endógenos, enquanto o valor do produto português para o consumidor pode ser reconhecido de forma virtuosa, sobretudo nos segmentos com origem nos recursos endógenos (alimentação humana, como eixo estratégico).
Bens diversificados e diferenciados	Haverá uma maior procura de bens diversificados e diferenciados, quer intermédios, quer finais, a par de uma exigência de qualidade e de informação que permita as opções mais adequadas por parte dos consumidores.
Dinâmica da procura interna	A dinâmica da procura interna vai ser particularmente afetada pela diminuição do rendimento disponível, enquanto a retoma da procura externa vai conter elementos muito distintos por segmentos da mesma, sendo particularmente críticos o nível dos fluxos turísticos.

Mudanças na procura de serviços e alterações na base económica associada	
Atividade turística na dinâmica da económica global	O valor expetável da fruição do conhecimento de culturas e lugares distintos dos da vida quotidiana que colocou a atividade turística como muito relevante na dinâmica económica global e fortemente indutora do investimento e de emprego nas zonas de oferta, é confrontada hoje com a necessidade de reconstrução dessa oferta, da valorização das dinâmicas sustentáveis e das ofertas de experiências, menos intensivas em recursos e na dimensão física e mais recorrentes a tecnologias de transformação digital. Tal implica que as cadeias de fornecimento de bens e serviços destinados às atividades de animação turística, como as de restauração, lazer, diversão, cultura e outras, tenham que reorganizar e inovar os modelos de negócios associados, sob pena de um forte impacto nas determinantes de crescimento da procura interna.
Encurtamento das cadeias	A maior integração entre as cadeias de conceção, de produção e distribuição significa um reforço do esbatimento entre as fronteiras dos serviços e da fabricação, colocando possibilidades estruturais de resposta rápida assentes em logística sofisticada como núcleo duma oferta integrada nas áreas em que o encurtamento das cadeias possam ser fator de autonomia estratégica.
Capacidade técnica e tecnológica	O valor associado à localização e à capacidade técnica e tecnológica, em particular na engenharia e potencialmente nas ciências da vida, podem permitir construir e reforçar segmentos de valor nos serviços.

Alterações nas cadeias de valor, integração de conhecimento nos produtos e escala	
Redução parcial do movimento de globalização	Redução parcial do movimento de globalização com diminuição da amplitude das cadeias de produção, em face não apenas de riscos sistémicos como das tensões entre blocos económicos associados à distorção dos ganhos económicos e de valor político das trocas comerciais e do seu equilíbrio.
Valor da integração de tecnologia e conhecimento	Valor acrescido da integração de tecnologia e conhecimento como fatores centrais da competitividade, com acentuação da insustentabilidade do preço como elemento concorrencial, implicando que o centro do modelo competitivo seja definido pelas competências distintivas das organizações e dos recursos.
Exploração do mercado interno	Acentuação à escala europeia da dimensão como crítica e essencial na exploração do mercado interno, sem o que podemos intuir uma maior divergência de trajetórias dos espaços económicos sub-regionais.
Economias de escala e de diversidade	Combinação inteligente entre as fontes de economias de escala e de diversidade, explorando troços comuns na produção contínua e de componentes comuns na produção discreta, como resposta a uma procura diversificada e diferenciada, a par da integração de digital dos sistemas de produção (i4.0).

OPORTUNIDADES E VANTAGENS COMPETITIVAS DE PORTUGAL

2.1.1. Enquadramento geopolítico e os futuros possíveis de Portugal

Como é que o futuro vai evoluir? Não sabemos. As mudanças, em particular tecnológicas, são vertiginosas e a nossa civilização pode experimentar um novo ciclo de disrupções tecnológicas com consequências extraordinárias: a descoberta de um sistema de armazenagem de eletricidade à escala da rede pode estimular a eletrificação de grandes segmentos da economia mundial; um mundo centrado em baterias pode mudar a mobilidade urbana e o sistema de transportes mundial; a revolução na Robótica e na Inteligência Artificial pode mudar a maneira como trabalhamos e como vivemos; a revolução na Robótica, nas Nanotecnologias, na Ciência dos Materiais pode fazer nascer um novo mundo de produtos e processos; a emergência da Internet das Coisas pode conectar todos os equipamentos e aumentar a multifuncionalidade e a eficiência; o Big Data pode propiciar o tratamento de grandes volumes de dados maximizando o uso da informação e criando caminhos para uma sociedade mais inteligente; a revolução nas Ciências da Saúde pode ter um impacto extraordinário na longevidade da vida humana.

Todas estas mudanças tecnológicas vão articular-se com a mudança na matriz energética mundial para responder à ameaça climática e reduzir as emissões de CO_2 com a utilização de mais energias renováveis, mais gás e menos carvão, mais eletricidade, mais tecnologias digitais, mais redes inteligentes combinadas com mudanças nos padrões de consumo promovendo a sustentabilidade e um modo de vida mais limpo e eficiente no uso dos recursos. A revolução digital vai também mudar a vida das cidades e das megacidades, o funcionamento dos *hubs* desde os tecnológicos aos portuários e logísticos, vai mudar a forma como produzimos e gerimos os recursos, e vai potenciar uma nova relação com o mar. Os oceanos poderão testemunhar um avanço extraordinário com a sua digitalização, criando condições para uma intervenção mais sustentável, a defesa dos ecossistemas e ao mesmo tempo permitindo um aproveitamento dos recursos marinhos com base no conhecimento e na tecnologia, minimizando os impactos ambientais.

O problema do século XXI é que a criatividade e inovação que a espécie humana tem introduzido ao nível da ciência e da tecnologia não tem tido a mesma influência e escala ao nível da política, da organização da sociedade, da definição das políticas públicas e é crucial neste século existirem mudanças e respostas em todas as esferas, e em especial na política. Como disse há mais de dois séculos atrás o filósofo alemão Kant: "O mundo é governado pela paixão, pela irracionalidade e por males periódicos". E isso ainda não mudou. É assim hoje como há duzentos anos atrás. Talvez seja a altura de mudar.

- *A Revolução Tecnológica e Digital*

Quando olhamos hoje para a situação da nossa civilização nós estamos confrontados com aquilo que alguns consideram uma **singularidade tecnológica**. Estudos recentes, como um da Mckinsey, diz que a nova onda de tecnologias digitais pode provocar transformações dez vezes mais rápidas que a revolução industrial e a uma escala trezentas vezes maior. Isto vai afetar o mundo da energia e do trabalho, as empresas, o funcionamento das sociedades e vai condicionar o futuro.

Um dos aspetos relevantes é a **Robótica**. Temos hoje a Robótica avançada, com robots que entendem frases complexas, respondem e fazem formulações complexas. Estamos a entrar no mundo que Stanley Kubrick divisou no seu filme "2001 Odisseia no Espaço".

Temos hoje uma reação brutal contra as máquinas, a demonização das máquinas. É uma espécie de síndroma do HAL 9000, o supercomputador que no filme de Kubrick se apercebe que ele é o único que pode conduzir a missão espacial ao sucesso e decide exterminar o resto da tripulação. O problema hoje é que as máquinas também aprendem umas com as outras, dialogam umas com as outras e elas vão sem dúvida condicionar e formatar o futuro.

Outro exemplo crucial é o dos carros autónomos (carros que não têm condutor), e que vão dominar a vida das cidades. A tecnologia das redes neuronais, que é eficaz para identificar padrões e imagens e que são uma espécie de espelho do funcionamento do cérebro humano, têm variáveis de input, têm várias camadas de "neurónios" que agregam, combinam e processam a informação e, depois, produzem um resultado. O que é que acontece hoje?

A mente humana e a criatividade humana são espetaculares, e o que está a revolucionar tudo é que a mente humana pôs os dados a fazerem eles o desenho do software. O aparecimento de carros autónomos é incontornável, por aqui vai passar o futuro. E há um modelo interessante da OCDE, com veículos autónomos a operarem num mundo de "economia partilhada". O modelo foi aplicado à cidade de Lisboa, e os resultados mostram que podemos prescindir até cerca de 80% dos veículos automóveis, libertar áreas imensas da cidade e mudar completamente a vida das cidades tornando-as mais sustentáveis e inteligentes. Para isso acontecer, é necessário reconverter a indústria automóvel tradicional e fazer dela uma componente incontornável da mobilidade sustentável que vai formatar o futuro.

A terceira questão tem a ver com as interfaces de conversação, tema que começou e se desenvolveu nos EUA, mas hoje é vital na China. Bater nas teclas é complicado, os ideogramas da linguagem chinesa são complexos, e eles estão a melhorar a comunicação tratando o som, a imagem e o texto simultaneamente abrindo caminho à comunicação entre as máquinas a uma escala sem paralelo.

Hoje, no nosso planeta, temos cerca de dois mil e seiscentos milhões de máquinas, smartphones, computadores que estão interconectados e a estimativa é chegar a quarenta mil milhões em 2040. É um aumento de dezasseis vezes, e tudo isto vai exigir energia. Reduzir sem qualquer critério o consumo energético, em vez de o tornar mais eficiente, pode colidir frontalmente com a sustentabilidade de uma civilização digital que é também uma civilização tecnológica avançada.

Na figura 1 temos um sumário das **ideias e tecnologias que podem mudar o mundo no século XXI**:

Figura 1

Temos aqui evoluções do **mundo físico**, com os veículos sem condutor, a impressão tridimensional, a robótica avançada, a ciência dos novos materiais como o grafeno, que curiosamente é um composto de carbono e que vai ser essencial para o futuro. Temos depois o **mundo digital** com a inteligência artificial, as máquinas que aprendem, a internet das coisas e o poder imenso dos sensores.

Temos depois o mundo biológico e atenção, o século XXI vai ser o século do cruzamento sem precedentes entre a biologia e a computação, com a sequenciação do genoma, a edição genética, a luta contra as doenças. A nossa civilização tem que se preparar para lidar com todos estes problemas. Mas o cruzamento da biologia com a computação abre novos horizontes e em particular do desenvolvimento tecnológico e do aparecimento de mais indústrias, como as biotecnologias da saúde e marinhas.

É importante reter que, como a história ensina, os progressos tecnológicos são transformadores, mas podem também trazer riscos e ameaças. A realidade é quase sempre mista com desenvolvimentos positivos e outros negativos. Desta forma, é importante acompanhar a evolução tecnológica, identificar potenciais riscos e preparar políticas públicas para os minimizar.

- *PARA ONDE VAI O SÉCULO XXI? ENQUADRAMENTO GEOPOLÍTICO*

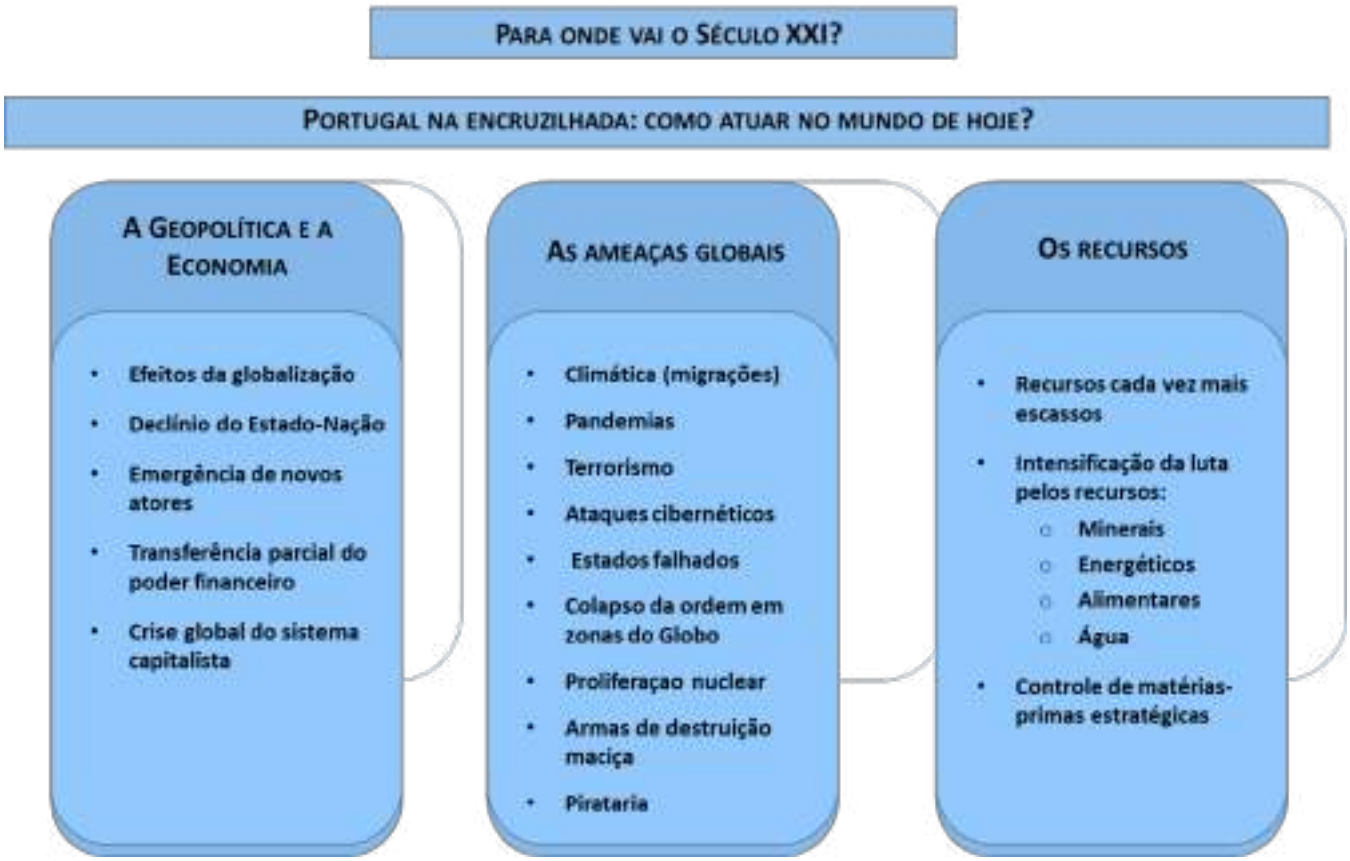

Figura 2

O ponto seguinte é a situação e os **desafios do planeta** (Figura 2) **e a resposta à pergunta**: para onde vamos? Nós estamos hoje numa espécie de encruzilhada, onde se cruzam os problemas da geopolítica e da economia, com os efeitos da globalização, o declínio do Estado-Nação, a emergência de novos atores na cena internacional, a transferência parcial do poder financeiro entre certas partes do mundo. Temos os **problemas ligados às ameaças globais**: as ameaças climáticas, as pandemias, o terrorismo, a pirataria, os ciberataques, as migrações, os Estados falhados que, sobretudo no Médio Oriente, estão a emergir e criam uma realidade nova, com o colapso da ordem em algumas zonas do globo.

Depois há a **questão dos recursos**, não só a energia, mas também a alimentação, a água, os recursos minerais estratégicos, os materiais e a biodiversidade. Nós vivemos hoje num planeta que tem mil e cem milhões de pessoas já com acesso muito restrito à água, um recurso que é escasso em cerca de quarenta países. Temos mil e trezentos milhões de pessoas no nosso planeta que não têm acesso à eletricidade. Temos mil milhões de pessoas que vivem no limiar da pobreza, com

menos de dois dólares por dia. Apesar da riqueza extraordinária que o nosso planeta consegue gerar, nós temos um problema real de distribuição dessa riqueza e combater esta privação social e a desigualdade, é fundamental para construir um futuro sustentável.

O controlo dos minerais estratégicos é também uma questão geopolítica crucial que vai formatar a vida neste século. Um exemplo é o das terras raras, que constituem um grupo de dezassete elementos que ocupam uma posição muito específica na Tabela Periódica de Mendeleiev, que codifica os 118 elementos químicos que existem no nosso planeta. É uma espécie de código genético da Terra. As terras raras (o disprósio, o neodímio, os lantanídeos), são elementos cruciais para toda a indústria eletrónica de alta precisão.

Não há civilização digital, não há computadores, smartphones, baterias de lítio, sem terras raras. E atenção, a China tem a maior mina de terras raras do mundo e produz mais de 95%. Não há "autonomia estratégica" da Europa se esta não der atenção à valorização dos seus recursos minerais estratégicos. Os chineses prestam uma atenção muito grande a este tipo de recursos, têm um pensamento estratégico a longo prazo e o Ocidente anda distraído.

Em suma, o modelo de desenvolvimento económico e social atual, baseado no consumo exponencial de recursos, na concentração da riqueza, no aumento galopante das desigualdades e na crescente destruição ambiental, não é sustentável e deve ser mudado. **Em vez de um modelo que se assemelha a um "sistema de matrioskas invertidas"** (em que o PIB anual deve sempre crescer e englobar o anterior), **é preciso um "sistema donut"** (em que a curva interior alargue, para evitar o crescimento da pobreza e da privação social, e a curva exterior seja otimizada para defender o Sistema Terrestre, parar a devastação ambiental e proteger a biodiversidade). Este é sem dúvida o maior dos desafios do Século XXI e vencê-lo é compulsório para defender a vida, a civilização e o planeta.

- *A Matriz Energética e a dependência do Médio Oriente*

  A matriz energética em que nós baseamos a nossa civilização é muito dependente do petróleo e do gás e está muito ligada à Península Arábica e ao grande Médio-Oriente, incluindo o Iraque e o Irão. Nesta área do mundo temos concentradas mais de 65% das reservas globais de petróleo e de gás.

  Do ponto de vista geopolítico temos quatro grandes acontecimentos que ocorreram em 2011 e que aceleraram a desintegração do Médio Oriente, depois da invasão do

Iraque pelos EUA em 2003, uma invasão que desestabilizou o Médio Oriente e, ainda por cima, foi justificada com base em premissas erradas.

Mas em 2011 ocorrem quatro acontecimentos capitais que explicam toda esta convulsão. O primeiro é a retirada das tropas americanas do Iraque; depois a morte de Osama Bin Laden, que abriu uma luta pela liderança nos grupos terroristas; a eclosão da primavera árabe e a eclosão da guerra civil na Síria. São quatro acontecimentos capitais que exponenciaram a convulsão do Médio Oriente e exacerbaram as divisões étnicas e religiosas.

É fulcral para o futuro fazer a transição da matriz energética e responder aos objetivos da Conferência de Paris de 2015, para a redução das emissões globais de gases com efeito de estufa em particular de CO2. Para isso, é vital reduzir até 2040 o consumo de carvão em 40%, reduzir em 15% o consumo de petróleo e aumentar o consumo de energias renováveis em 40%.

- *A DIGITALIZAÇÃO DOS OCEANOS E O IMPACTO GLOBAL*

No século XXI vai emergir um novo paradigma na relação entre o homem e os oceanos. Estes são um dos mais importantes ativos do planeta, ocupam mais de 70% da sua área, são essenciais para a estabilidade climática da Terra e são, ao mesmo tempo, uma fábrica "escondida" de energia e uma fonte importante de recursos. O problema é que no passado o homem estabeleceu com o mar uma relação predatória e transformou o mar numa espécie de "casa de banho" do planeta. É este paradigma que está a mudar com a crescente digitalização dos oceanos, o uso de sensores que permitem medir e mapear as propriedades relevantes do mar e a sua variação e que, com os meios tecnológicos e científicos atuais, propiciam uma quantidade enorme de informação e conhecimento que está a revolucionar a oceanografia, a climatologia e a investigação em múltiplos domínios. Esse conhecimento acumulado vai permitir uma intervenção no mar mais racional, inteligente, estruturada e, sobretudo, vai assegurar a proteção e sustentabilidade dos ecossistemas e promover o uso mais eficiente dos recursos.

- *OS FUTUROS POSSÍVEIS DE PORTUGAL*

  Quando olhamos para a bacia do Atlântico e para o seu renascimento comercial e energético, vemos que Portugal não é um país periférico.

  Se olharmos para a geopolítica mundial, nós temos uma posição absolutamente extraordinária. O maior dos nossos recursos é o recurso geográfico e, como dizem muitos analistas de geopolítica, a geografia é a determinante primária do nosso destino. Alguns analistas anunciaram a morte do Oceano Atlântico e da Bacia Atlântica. Felizmente e parafraseando o escritor norte americano Mark Twain, a notícia da morte do Oceano Atlântico foi claramente exagerada. O Oceano Atlântico está a ressurgir como grande plataforma energética e comercial. No dia 31 de dezembro de 2015 os EUA começaram a exportar gás para a Europa (Itália em particular) através do terminal de Corpus Christi no Texas. O Atlântico vai ser uma das grandes vias marítimas do século XXI, 90% do comércio mundial faz-se por mar e com o alargamento do Canal do Panamá, temos aqui uma possibilidade imensa de mudar o estatuto e a trajetória do nosso país. Isto ligado a um dos grandes paradigmas de hoje, que é o da conectividade: temos que pensar em redes, em *hubs*, em polos agregadores de valências e produtores de riqueza e na inserção das nossas cidades, dos nossos portos, das plataformas logísticas, das cadeias de valor, de Portugal, nessas redes mundiais energéticas, comerciais, financeiras, tecnológicas, sem esquecer as redes do conhecimento.

Isto vai formatar o futuro, e quando analisamos a posição do nosso país, ela é privilegiada. Há seis futuros possíveis para Portugal, que se podem combinar e fertilizar mutuamente, ilustrados na Figura 3.

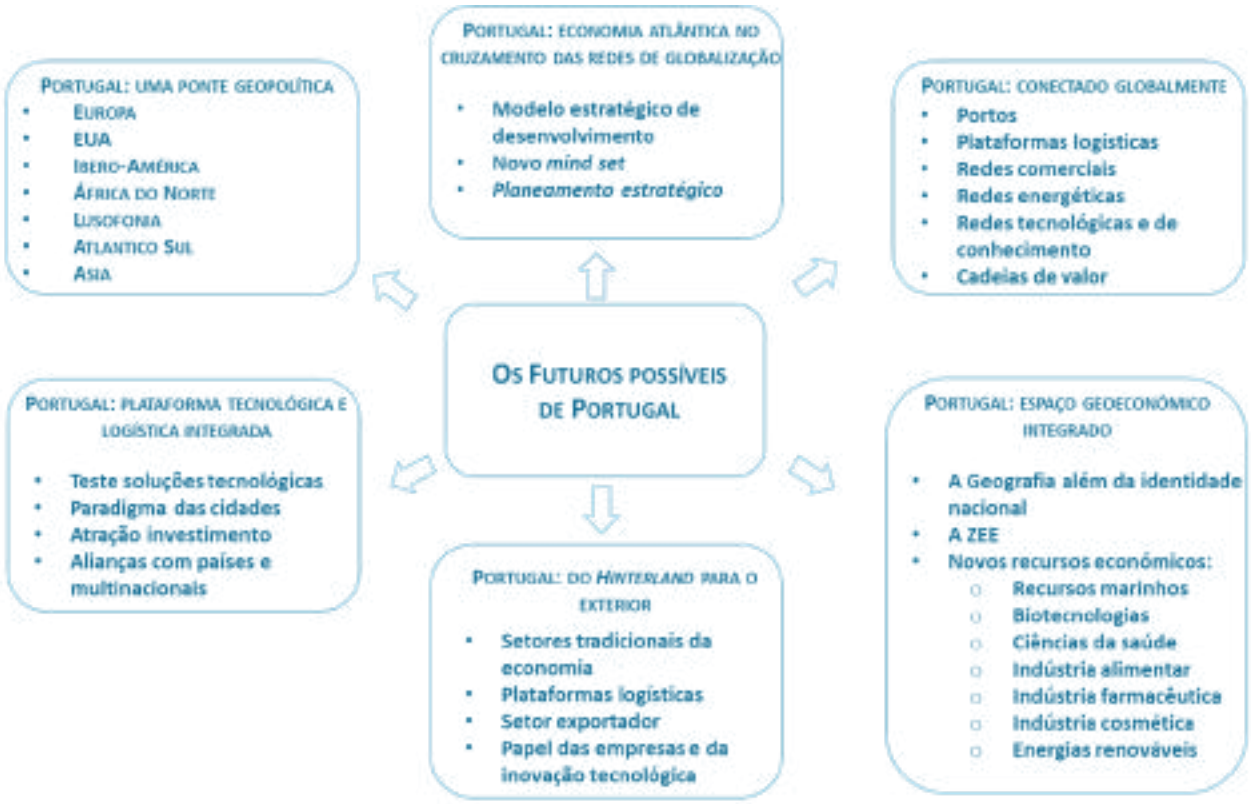

Figura 3

Primeiro, **uma economia atlântica, no cruzamento das redes da globalização**, potenciando o seu recurso geográfico. Para isso, é necessário o país criar um novo quadro mental, valorizar todos os seus ativos e inseri-los nas redes globais, sintonizando Portugal com o novo ciclo de desenvolvimento da Bacia Atlântica, que vai desempenhar um papel importante na geopolítica do século XXI. Para isto ser possível, é muito importante o país ter um planeamento estratégico, definir os objetivos, atribuir os meios e as responsabilidades e monitorizar a execução. Como dizem os anglo-saxónicos: *Failing to plan is planning to fail*.

Em segundo lugar **Portugal conectado globalmente**: os países de sucesso no século XXI são aqueles que estiverem integrados nas redes globais, que souberem ligar os portos, as plataformas logísticas, as redes comerciais, as redes energéticas, as redes de conhecimento e tecnologia, as cadeias de valor e potenciar as suas vantagens no contexto nacional e internacional. Só para dar um

exemplo: o porto de Gotemburgo, na Suécia, está ligado a vinte e seis plataformas logísticas, o que exponencia o seu valor. Nós temos que pensar em termos de redes e ocupar o nosso espaço nessas redes.

Em terceiro lugar **Portugal como espaço geoeconómico integrado**, potenciando a geografia para além da identidade territorial e promovendo o conhecimento e a tecnologia para mapear e proteger os ecossistemas e estudando meios para promover o desenvolvimento sustentável dos recursos da nossa Zona Económica Exclusiva. A geoeconomia é um fator chave de desenvolvimento no Século XXI, o que implica a capacidade de criar espaços geoeconómicos e estabelecer uma nova relação entre a economia, o espaço e o poder. As capacidades do país para estabelecer uma política de ordenamento do espaço marinho, defender o ambiente e captar investimento para criar novos motores de riqueza, com as biotecnologias, os recursos marinhos, as ciências da saúde, a indústria alimentar, a indústria farmacêutica, a cosmética e as energias renováveis, são decisivas.

Em quarto lugar, **Portugal, do *Hinterland* para o exterior**, ligando os setores tradicionais da economia, as plataformas logísticas, o setor exportador, integrando e potenciando as redes transeuropeias de transportes, fazendo funcionar todo o sistema com o reforço do dinamismo das empresas e do ecossistema de inovação, solidificando e diversificando o setor exportador português. A exploração do *Hinterland* Ibérico, através da criação de espaços geoeconómicos integrados, é um eixo estratégico para superar as limitações do mercado interno.

Em quinto lugar, **Portugal como plataforma tecnológica e logística integrada**, o que implica transformar o país numa espécie de laboratório para testar soluções tecnológicas avançadas para o Século XXI, atraindo investimento externo, que em ligação com as empresas portuguesas, seja capaz de desenvolver e testar novas soluções tecnológicas para as cidades, as redes, a energia, a gestão de recursos, a mobilidade, a gestão e tratamento de resíduos. Se conseguirmos atrair multinacionais, como estamos a fazer em alguns casos, elas querem testar essas plataformas e novas soluções tecnológicas para depois as expandirem no mercado global. Portugal precisa de abrir novas vias para a criação de riqueza e políticas ativas para a atração do investimento e a promoção de alianças com países e multinacionais e assim abrir novas oportunidades para o futuro.

Finalmente, em sexto lugar, **Portugal como ponte geopolítica entre a Europa, EUA, Ibero-América, África do Norte, Lusofonia, Atlântico Sul e as Ásias**, ponte entre as várias zonas do mundo onde estivemos. Isto implica Portugal explorar na sua política externa o *soft power* que o país tem e a sua capacidade de agregar vontades e fazer funcionar redes a uma escala pluricontinental. O objetivo aqui é transformar Portugal numa potência média do *soft power*; ligando a diplomacia, as missões de solidariedade internacional das Forças Armadas Portuguesas, a tecnologia e a necessidade de combater as ameaças globais, para abrir caminho à criação de plataformas colaborativas que podem resolver problemas e abrir novas vias para a cooperação geopolítica e económica. As Forças Armadas Portuguesas têm desempenhado, ao longo dos anos, missões de solidariedade no Sahel, no Mali, na República Centro Africana, no Golfo da Somália, que dão credibilidade a Portugal, promovem a solidariedade internacional e abrem portas no mundo. Todo este trabalho extraordinário das Forças Armadas e da rede diplomática portuguesa, que é importante para abrir linhas de cooperação geopolítica e económica, deve ser reforçado, ampliado e integrado, **para transformar Portugal num *player* não só europeu, mas atlântico.**

Neste contexto é vital **construir com os países do Norte de África projetos de cooperação**, para minimizar o avanço da desertificação, combater a ameaça climática e a escassez de água; **colaborar com as nações do Atlântico Sul**, para preservar as rotas internacionais de comércio e prevenir os ataques piratas; **promover com as nações do Atlântico uma grande plataforma de cooperação** para estudar o oceano, compreender o seu funcionamento e lutar contra as alterações climáticas, no quadro das Declarações de Galway e de Belém e respetivos projetos; **erigir uma grande plataforma do Atlântico** capaz de proteger o oceano, a segurança das redes de comércio e energia, reduzir as ameaças e construir políticas para minimizar a poluição e combater as alterações climáticas. Uma grande parceria para "defender" o Atlântico no Século XXI vai muito para além da conceção tradicional de defesa e significa uma parceria para lutar e resolver os desafios comuns, minimizar os riscos e ameaças e assegurar a estabilidade e prosperidade económica. Nesta colaboração, uma **parceria científica e tecnológica** centrada no oceano e na sua defesa é muito importante. A cooperação geoeconómica entre as nações do Atlântico é também vital para o

desenvolvimento sustentável dos recursos energéticos e minerais e para proteger o oceano e os seus ecossistemas.

Iniciativas que estão em curso, como a do Centro de Defesa do Atlântico, que combina a defesa das infraestruturas, a ação geopolítica concertada para prevenir e resolver conflitos, para promover a defesa do oceano e lutar contra as alterações climáticas e para promover a cooperação geoeconómica, são importantes. Neste contexto é também relevante a instalação do Observatório do Atlântico nos Açores, em estreita articulação com o AIR Centre, agregando parceiros nacionais e internacionais, para promover o conhecimento do oceano e estimular a ligação à economia. **Portugal pode ampliar todo o seu *softpower***, criando plataformas para fazer dialogar as nações do Atlântico, desde os seus aliados tradicionais, como o Reino Unidos e os EUA, as nações do Atlântico Sul, do Brasil a Angola, passando pelos outros países de expressão portuguesa. O **reforço da cooperação no espaço da lusofonia**, neste tempo de crise, é ainda mais importante, tendo em conta os novos desafios e as oportunidades criadas, com destaque para o ensino da língua, a formação de professores, os projetos sociais e de apoio ao desenvolvimento sustentável.

O lançamento por Portugal da iniciativa *Atlantic Forum,* que se transformou num projeto luso-britânico, responde ao novo quadro geoestratégico resultante do *Brexit*, reforça a relação de Portugal com a mais importante nação marítima europeia, explora a nossa fachada atlântica, cria uma diferenciação em relação a Espanha e pode evitar que a União Europeia seja absorvida pelas forças centrípetas que tendem a transformá-la numa potência sobretudo continental, que ignora as oportunidades marítimas.

Para Portugal ser um país produtor de *softpower* é importante **assumir a dimensão estratégica da Segurança Interna** e assegurar baixos níveis de criminalidade, capacidade de resposta ao nível da proteção e socorro, preservação dos recursos e combate aos fogos e capacitação dos agentes das forças de segurança. As Forças de Segurança e Fronteiras, a Emergência e a Proteção Civil, a capacidade de comunicações de emergência, o crescente apetrechamento tecnológico, o reforço de equipamentos e infraestruturas criam um enquadramento que torna a Segurança Interna um ativo indispensável ao desenvolvimento do país.

Para projetar o seu *softpower,* **é importante o país prestar atenção à diplomacia, às Forças e Serviços de Segurança Interna e às Forças Armadas e dotá-las de meios** que lhes permitam cumprir a sua missão. Neste sentido, é fundamental reforçar a capacidade de conhecimento, controlo e fiscalização do mar, e para isso é necessário acelerar o programa de construção dos navios-patrulha oceânicos e apostar em capacidade de vigilância própria no espaço.

Não podemos esquecer que Portugal é hoje o terceiro país mais seguro do Mundo. E isto é um ativo importante. Neste particular, assume especial relevância a proteção das infraestruturas críticas, a recuperação da função de planeamento civil de emergência e o controlo das fronteiras portuguesas. Nas fronteiras, deverá ser reforçada a componente tecnológica e privilegiado o desenvolvimento de soluções inovadoras, que permitam dotar o país de um modelo de fronteiras inteligentes (*smart borders*), que garanta a fluidez da circulação dos cidadãos que procuram o país por motivos profissionais, de negócio e turismo e que simultaneamente assegure a manutenção de elevados padrões de segurança. Especial atenção deve ser dada não só ao reforço das estratégias de defesa das infraestruturas, mas também à minimização de ameaças como a climática e o ciberterrorismo, e ao reforço da ligação das indústrias de defesa, que já representam hoje cerca de 3% do PIB nacional, com os outros setores da economia, beneficiando da fertilização cruzada da construção naval, aeronáutica, tecnologias de informação, indústria do s*oftware*, têxteis inteligentes e ótica de precisão. Se o país souber **explorar as sinergias que tem será mais forte na economia, na diplomacia e na geopolítica internacional.** É importante articular a diplomacia e o reforço do papel geopolítico de Portugal no mundo, **com uma maior aposta na língua e na cultura;** com o ajustamento do paradigma do Instituto Camões, para reforçar o seu papel à luz dos desafios e oportunidades atuais; com o investimento nas redes de produção e promoção cultural, **na valorização das indústrias da cultura,** porque a produção artística e cultural é uma marca distintiva do país e reforça o seu *softpower* no espaço lusófono, ibero-americano e global.

Portugal, em particular Lisboa, **é um laboratório cultural imenso**, onde a integração e colaboração das culturas se expressa de forma notável, o que se traduz na criação artística, na música, na literatura, na pintura, nas artes plásticas, no teatro. Isto cria **uma simbiose extraordinária que abre portas do mundo global**.

Internamente, o país deve promover as indústrias criativas e culturais que têm uma forte componente de valor acrescentado nacional e que, combinadas com o turismo cultural e da natureza, podem ser elementos importantes na consolidação da imagem interna e externa de Portugal. Tal como a Noruega e outros países nórdicos se especializaram na mediação de conflitos e na participação em organismos internacionais, qualificando recursos humanos para estas finalidades, também Portugal pode investir neste nicho, valorizando ainda mais a intervenção da diplomacia e das Forças Armadas.

O modelo geopolítico combinando a diplomacia, as Forças Armadas, a Segurança Interna, a língua e a cultura, com as suas inter-relações e os eixos estratégicos de atuação é ilustrado na figura abaixo.

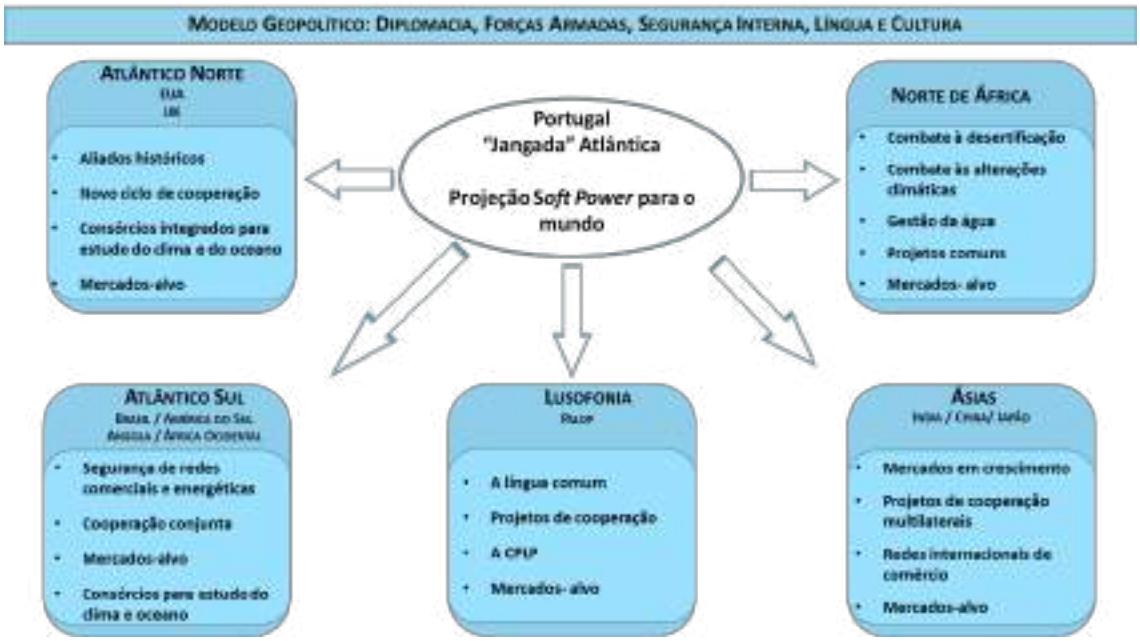

Figura 4

Os instrumentos para a implementação do modelo geopolítico são apresentados na figura seguinte:

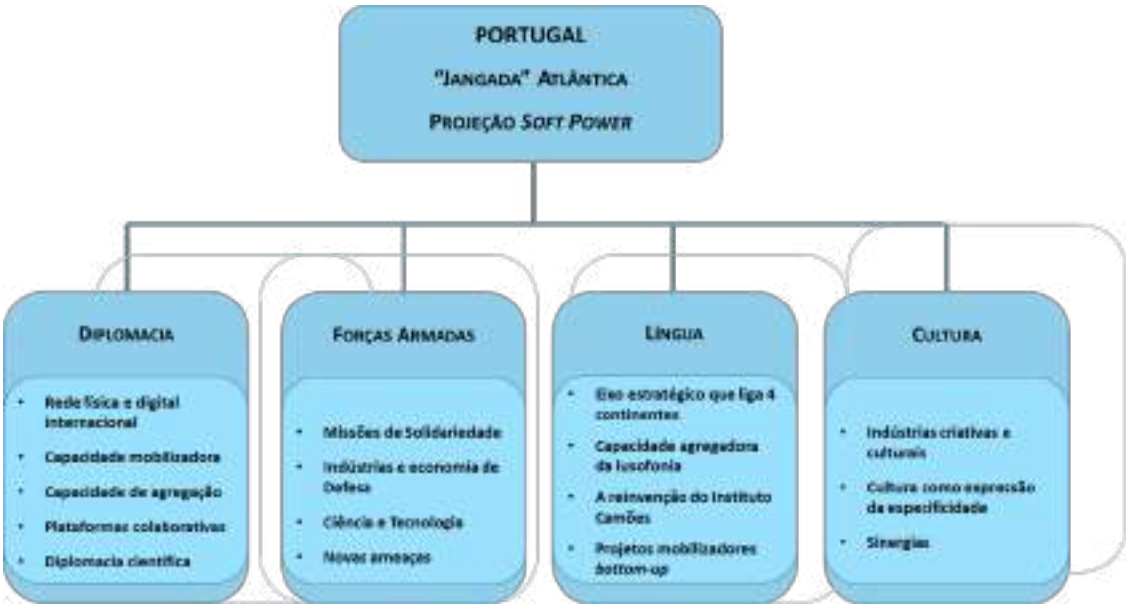

Figura 5

Em suma, este modelo deve funcionar como uma espécie de "dupla hélice", que agrega e integra todos os componentes e que promove a sua fertilização cruzada, com o objetivo de promover o *softpower* de Portugal no mundo: a diplomacia, com a criação de grandes plataformas colaborativas e com a consolidação da cooperação económica, não só na vizinhança, com o Norte de África, mas com as Américas, a África e as Ásias; as Forças Aramadas, com as suas missões de solidariedade internacional, que criam visibilidade, agregam vontades e abrem novas vias de cooperação económica, em particular na área das indústrias da defesa; a língua, que consolida espaços de diálogo na lusofonia e no mundo ibero-americano, e alavanca plataformas de colaboração; e a cultura, que tem potencialidades imensas que devem ser exponenciadas, a partir dessa marca extraordinária que é Lisboa como laboratório cultural do Século XXI, cidade da integração e cooperação de culturas, cidade europeia mas também africana, brasileira e asiática, cadinho de inter-relações múltiplas, dínamo de criatividade cultural diversa e eixo de ligação com as diferentes partes do mundo.

É altura de o País assegurar e reforçar o mercado de bens e serviços culturais, promover e preservar o emprego nesta área e reconhecer o valor económico e geopolítico da cultura. A criatividade na produção de bens culturais, a formação e comunicação, a disseminação das atividades, o impacto das novas tecnologias, a mudança de

paradigmas, a gestão das organizações culturais e políticas ativas de apoio à cultura, são cruciais para todo este modelo funcionar. A cultura tem externalidades elevadas, vale não só por si, mas também pelos efeitos que tem em múltiplas áreas da economia, da educação, da inovação, da integração social e das plataformas de cooperação que abre para o mundo. A cultura, como disse Jacques Attali, é a primeira fonte de criação de riqueza e o último obstáculo à mercantilização do Mundo.

2.1.2. Transformar a crise em oportunidade

Resumindo, Portugal é um país que pelas suas especificidades pode encontrar nesta crise uma forma de resolver alguns dos constrangimentos estruturais da sua economia e aproveitar esta oportunidade para valorizar algumas das suas vantagens competitivas, em particular, porque:

- É uma economia atlântica que pode servir de interface a três continentes e operar no cruzamento das redes da globalização;
- Pode ser reconfigurado em função do paradigma da conectividade, inserindo o país nas redes globais de portos, plataformas logísticas, redes comerciais, redes energéticas e cadeias de valor, para se tornar num ator económico polifacetado;
- Com a extensão da plataforma continental, pode **transformar o mar numa nova âncora da economia nacional** potenciando o desenvolvimento de novos setores económicos: das biotecnologias à exploração dos recursos marinhos, das ciências da saúde às indústrias alimentar, farmacêutica e cosmética, sem esquecer a necessidade de mapear e desenvolver alguns dos recursos minerais estratégicos e energias renováveis; para isto suceder é fundamental o **país mobilizar todas as forças para defender o projeto de extensão da plataforma continental na ONU** e assegurar que a decisão seja justa e adequada.
- **O mar é um ativo estratégico do país e um elemento vital para a estabilização do clima da terra e por isso é importante o país olhar para as estruturas existentes e, com base nelas, criar uma grande Universidade do Atlântico, e um grande centro tecnológico para estudar o mar, o clima, a atmosfera e a terra**, a exemplo do já existente AIR Centre, pois esse conhecimento é muito importante para minimizar as alterações climáticas e impedir fenómenos climáticos extremos.

- Pode articular uma visão que ligue o mar, como economia do futuro, com o espaço continental, sem esquecer o interior, revisitando os setores tradicionais da economia (os têxteis, o calçado, vinho, a indústria de equipamentos e máquinas, a agricultura, as pescas, o turismo) e trabalhando uma nova visão com as empresas para aumentar a sua massa crítica e a sua competitividade, através da inovação tecnológica, promovendo a capacidade de se internacionalizarem cada vez mais e a capacidade de identificarem e explorarem os nichos certos do mercado globalizado, com um setor exportador mais forte assente em plataformas logísticas diversificadas;
- O país pode transformar-se numa Plataforma Tecnológica Integrada com a capacidade de atração de mais empresas internacionais em colaboração com as empresas portuguesas, para alicerçar o caminho importante que as *startups* têm feito mas inserindo-as ainda mais nas redes globais de cooperação buscando as respostas científicas e tecnológicas para os desafios do nosso tempo em relação à gestão dos recursos, à mobilidade, ao novo modelo para as cidades, à economia circular e atraindo novo investimento e reformatando as alianças com países e multinacionais, promovendo sempre a necessidade de incorporar em cada projeto as empresas e a mão-de-obra nacional.

Portugal como plataforma tecnológica avançada é um desígnio que cada vez mais é possível: na última análise da *European Innovation Scoreboard 2020*, feita pela Comissão Europeia, em 23 de junho de 2020, Portugal, antes classificado como *Moderate Innovator*, **passou para o grupo dos *Strong Innovators***, a par da Áustria, Bélgica, Estónia, França, Alemanha e Irlanda. É um feito notável, que mostra a vitalidade dos sistemas de ciência e tecnologia, e de inovação e empreendedorismo em Portugal. Esta é uma valência que se pode expandir e elevar para novos patamares. A intensidade de I&D em Portugal representava 1,35% do PIB em 2018, e o atual Governo estabeleceu como meta 3% em 2030. A aposta na inovação deve ser, assim, transversal a todas as linhas de ação do Plano de Recuperação, tendo também em conta o efeito multiplicador, a curto e médio prazo, que este investimento tem na economia.

Neste novo ciclo económico, à luz das valências identificadas, é crucial o país relançar a sua economia assente em dois eixos: a criação de riqueza, e a distribuição dessa riqueza, para se reconstruir melhor. Para a **criação de riqueza** é importante a alteração da

estrutura produtiva, para o país ser mais produtivo, e ao mesmo tempo potenciar a estrutura produtiva existente. Só se cria riqueza articulando seis elementos-chave:

- **Aumentar o investimento privado**, em particular a melhoria do *stock* de capital por trabalhador, que é muito baixo em Portugal, e é o principal fator do baixo crescimento da produtividade e um dos principais entraves ao crescimento das empresas;
- **Aumentar a quantidade de trabalho**, superando as limitações decorrentes do envelhecimento e das baixas qualificações da população ativa;
- **Aumentar a qualidade do trabalho,** através da qualificação, tendo em conta que o nível médio de escolaridade da força de trabalho é baixo e, na UE27, Portugal é o país com a mais baixa percentagem de população com, pelo menos, o ensino secundário;
- **Aumentar o investimento em I&D e inovação**, superando o défice de investimento público e privado nesta área e incrementando a colaboração entre os dois setores;
- **Aumentar o investimento público em infraestruturas**, tendo em conta que Portugal está nos últimos lugares da Europa em termos da percentagem do PIB alocada a este setor;
- **Reduzir os custos de contexto**, em termos da regulação, da justiça e da energia.

No que concerne ao segundo eixo – a **distribuição de riqueza** – é imperioso reforçar o combate às desigualdades, promover a qualidade do emprego, aumentar o investimento no Estado Social e nos serviços públicos, adaptando e reforçando as políticas e programas em curso, no contexto da resposta necessária à crise económica e social, que exige também soluções novas e urgentes.

INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE E MOBILIDADE

Todo este quadro pode favorecer uma nova abordagem para o país poder completar algumas das infraestruturas que são decisivas para o futuro, tais como o aprofundamento da qualificação da Rede Ferroviária Nacional que tem vindo a ser feita, tornando a rede mais segura e eficiente. A expansão e reforço das redes de Metropolitano de Lisboa e do Metro Ligeiro do Porto, o aeroporto para a Área Metropolitana de Lisboa e o alargamento da competitividade do porto de Sines e de outros portos nacionais, com a extensão dos cais, equipamentos avançados de

manutenção de cargas, expansão de armazenamento e ligação a plataformas logísticas integradas, tudo isto pode ser muito importante para o país ser mais competitivo nos mercados globais.

Numa primeira fase, a construção das infraestruturas vai ser uma alavanca da economia nacional, arrastando todo o setor da construção, dinamizando as empresas nacionais e os fornecedores de equipamentos e serviços e, consequentemente, promovendo o emprego. O país precisa deste tipo de projetos-âncora e de infraestruturas, enquanto fatores-chave para o desenvolvimento e competitividade externa e interna, preparando-o para o presente e para o futuro.

As infraestruturas referidas revelam a importância de alterar o paradigma baseado na utilização do transporte individual com uma aposta forte no reforço e qualificação da oferta de infraestruturas e sistemas de transporte público de passageiros e na promoção de uma nova cultura de mobilidade que se pretende mais sustentável, intermodal, partilhada, elétrica e ativa.

A atual pandemia e as restrições que impõe aos transportes públicos exige um salto tecnológico e de inovação, com a desmaterialização da bilhética e do controlo do fluxo de passageiros, assegurando uma perfeita interoperabilidade entre os diferentes componentes do sistema intermodal. As áreas metropolitanas de Lisboa e Porto devem liderar esta mudança urgente e crítica.

INFRAESTRUTURAS AMBIENTAIS E DE ENERGIA

Este é também o momento para investir na otimização das infraestruturas ambientais e de energia, permitindo aumentar a eficiência e resiliência das infraestruturas, bem como promover a gestão eficiente dos recursos (água, materiais e energia) em todos os setores da economia e no uso urbano.

Ao nível da gestão integrada do ciclo urbano da água, é manifesta a necessidade de prosseguir a reabilitação de ativos como melhoria funcional das infraestruturas, reforçar a resiliência dos sistemas, promover a transição para uma economia circular e de baixo carbono no setor da água, promover a eficiência da recolha e tratamento de águas residuais para melhoria da qualidade das massas de água e descarbonizar o setor da água, incluindo a vertente de adaptação às alterações climáticas.

Sendo Portugal um país especialmente sujeito ao risco de aumento da escassez de água, sobretudo num contexto de alterações climáticas e em que depende de forma significativa dos recursos hídricos dos rios transfronteiriços, é fundamental gerirmos cada vez melhor as bacias hidrográficas e os recursos de que dispomos, implementando

soluções de armazenamento que assegurem a redução dos riscos decorrentes de fenómenos extremos. Nesse sentido, importa dar prioridade às medidas de adaptação das regiões hidrográficas aos riscos de inundações e aos fenómenos de seca (Planos Regionais de Eficiência Hídrica do Alentejo e do Algarve) e ao desenvolvimento de uma solução para regularização dos caudais do rio Tejo por via de reforço de capacidade de armazenamento no rio Ocreza. Tendo em conta o risco de desertificação e de escassez de água no Sul do país, em particular no Alentejo e no Algarve, é importante explorar todas as opções para ultrapassar este problema, incluindo a construção de reservatórios e o estudo de projetos de dessalinização. Este estudo deve analisar a relação custo/benefício e identificar as condições que minimizem os impactos ambientais.

A gestão de resíduos urbanos continua a ser um importante serviço ambiental, assumindo agora uma nova fase de evolução, mais assente na promoção da economia circular, com intervenções ao nível da recolha e tratamento de bio resíduos e ao nível da adaptação de equipamentos e infraestruturas que assegurem que os subprodutos resultantes do tratamento possam ter maior aproveitamento e com maior geração de valor, substituindo ao mesmo tempo outros produtos com impacto ambiental negativo.

Por último, **é fundamental investir na rede nacional de transporte de eletricidade, incluindo a concretização das interligações**, já previstas, a par com a rede de distribuição, cujo desenvolvimento deverá acompanhar os novos desafios que se colocam ao setor energético.

A TRANSIÇÃO DIGITAL

Ainda no plano das infraestruturas é importante ter em conta que elas não se confinam às de índole física. É preciso também dar atenção às infraestruturas digitais e à necessidade de dotar as escolas, as empresas e todos os serviços do Estado, com meios e competências para o acesso às redes digitais que são um elemento chave para aumentar a eficiência e a competitividade, e tem um impacto multiplicador na economia.

As novas tecnologias digitais associadas à quarta revolução industrial, como os sistemas de inteligência artificial, a tecnologia 5G, a computação em nuvem e de proximidade, a tecnologia *blockchain* e a Internet das Coisas, constituem-se, no seu conjunto, como um dos principais alicerces da transformação digital em curso, no sentido de facilitar o cumprimento das metas de longo-prazo de neutralidade carbónica, em linha com as orientações do Pacto Ecológico Europeu e com o desafio estratégico do Governo relacionado com a resposta às alterações climáticas.

CONSOLIDAR O SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

No quadro da crise sanitária a resposta das instituições tem sido notável e neste novo ciclo é importante reforçar o investimento no SNS, não só em equipamentos, mas também ao nível dos recursos humanos. A área das ciências da saúde, que envolve também os centros de investigação e do desenvolvimento e o *cluster* nascente das biotecnologias aplicadas à saúde, que tao boa resposta deram durante a crise, deve ser objeto de um plano integrado de investimento que reforce as competências nacionais nesta área, ao mesmo tempo que possa criar condições para dinamizar o *cluster* da bio-saúde, melhorar as técnicas de biotecnologia aplicadas ao diagnóstico, aos testes serológicos, à criação de bases de dados e ao desenvolvimento de medicamentos e dispositivos médicos com alto valor acrescentado. A capacitação nacional para a produção destes equipamentos pode criar uma fileira nova que é estratégica para o futuro. O setor das biotecnologias, em particular o que opera nas Ciências de Saúde tem um amplo futuro à sua frente e Portugal pode constituir um *Hub* internacional de investigação e desenvolvimento tecnológico nesta área, posicionando-se como uma das fábricas da Europa para produtos de elevado valor acrescentado como medicamentos, novas moléculas e dispositivos médicos.

A RECONVERSÃO INDUSTRIAL E A REINDUSTRIALIZAÇÃO DO PAÍS

Portugal, desde o Relatório Porter dos anos 1990, adotou o conceito de *cluster* para pensar e organizar a atividade económica do país. Este conceito operacional tem vantagens, mas a sua eficácia no contexto do tecido económico e empresarial português tem sido limitada.

Hoje, face ao estatuído no Despacho n.º 2909/2015, publicado no Diário da República n.º 57/2015, Série II de 23 de março, que normaliza a estratégia de apoio ao reposicionamento da política de *clusterização* orientada para a consolidação ou criação de clusters de competitividade, temos o IAPMEI, I.P. com a atribuição de desenvolver estratégias de eficiência coletiva. Neste contexto, os clusters de competitividade são plataformas que estabelecem melhores meios de colaboração entre empresas de determinado setor e os *stakeholders* locais, organizando a ação coletiva e reduzindo os custos de transação.

Os *clusters* estabelecidos cobrem vários setores, das indústrias da fileira florestal à arquitetura, engenharia e construção; das indústrias aeronáutica, do espaço e de defesa às indústrias criativas; do calçado e moda ao mar; dos recursos minerais ao *habitat* sustentável; das *smart cities* ao têxtil; da *engineering / tooling* à saúde; do automóvel ao agroalimentar; das tecnologias de informação, comunicação e eletrónica ao turismo (ver Figura 6).

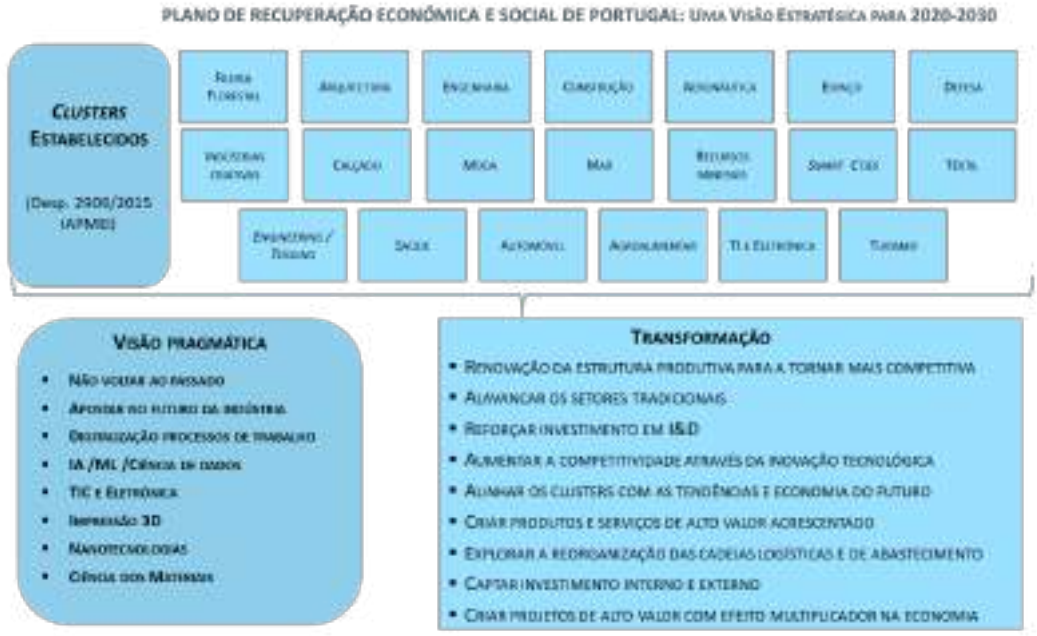

Figura 6

A abordagem deste Plano de Recuperação Económica parte destes pressupostos e de todo o trabalho feito nas últimas décadas, mas assenta numa **visão pragmática:** o país está confrontado com uma situação de emergência e para sair dela tem que articular as políticas que atuam sobre a procura agregada e que são importantes no curto prazo, como é o caso das políticas orçamental e monetária, mas estas devem ser combinadas com políticas estruturais que são críticas para o médio e longo prazo e que se devem concentrar no aumento da competitividade, da produtividade e do emprego. Estas políticas devem olhar para o sistema produtivo nacional, promovendo o seu crescimento potencial e estimulando a oferta de bens e serviços alinhados com as tendências europeias, com os mercados-alvo e com as oportunidades criadas pela reorganização das cadeias logísticas e de abastecimento, na sequência da crise provocada pela pandemia.

A Figura 6 sumariza os *clusters* estabelecidos e a visão pragmática para a sua transformação. Isto não significa voltar ao passado. Significa partir do presente, do que existe, para criar o futuro da indústria, ligando-a às tendências que estão a emergir e que vão formatar os novos desafios tecnológicos, apostando na digitalização dos processos de trabalho e de produção, na inteligência artificial e nas máquinas que aprendem, na ciência de dados, na eletrónica e nas TIC, na impressão 3D, nas nanotecnologias e na ciência dos materiais. Tudo para renovar a estrutura produtiva, tornando-a mais competitiva, alavancar os setores tradicionais, reforçar o investimento em I&D e aumentar a produtividade e a competitividade através da inovação tecnológica e não dos baixos salários. Para tudo isto acontecer é necessário alinhar os *clusters* existentes com a economia do futuro e é isso que está sugerido na figura 7, que apresenta uma radiografia dos eixos estratégicos do Plano de Recuperação e a sua articulação com as tendências e os setores económicos que vão ser o motor da transformação no Século XXI. Neste contexto, é crucial promover a fertilização cruzada entre o que existe e o que é necessário impulsionar, apostando fortemente na criação de produtos e serviços de alta qualidade e de alto valor acrescentado e na alteração dos modos de produção e dos modelos de negócio, que podem dar ao país a capacidade de se transformar, explorando a reorganização das cadeias logísticas de produção e de abastecimento, articulando este processo de transformação com a autonomia estratégica da União Europeia, captando investimento interno e externo para construir uma economia mais diversificada e resiliente.

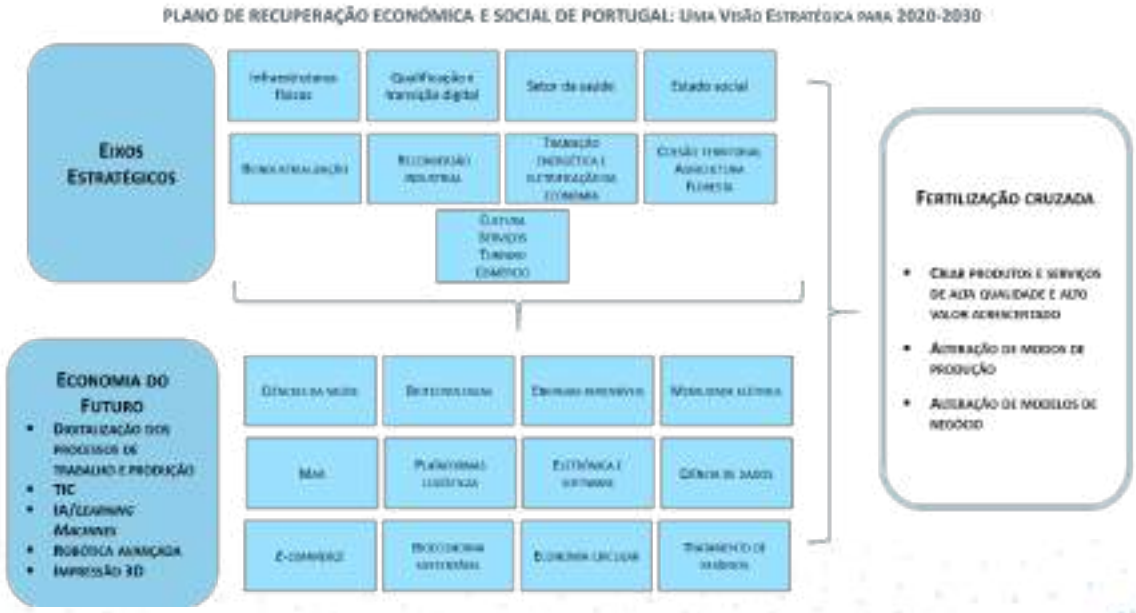

Figura 7

Portugal pode ter acesso ao maior pacote financeiro da União Europeia desde a sua adesão, se tivermos em conta as subvenções do Quadro Financeiro Plurianual de 2021 a 2030, o Fundo de Recuperação proposto pela Comissão Europeia e ainda os empréstimos, além do reforço do papel do Banco Europeu de Investimento e do seu Fundo Europeu de Investimento, para projetos económicos específicos.

Neste contexto **esta é uma oportunidade de ouro para potenciar a capacidade produtiva do país e alinhá-la com as tendências mais significativas da economia do futuro.** Podemos discutir este ou aquele elemento, mas a economia do futuro vai passar por um papel ainda mais relevante das Ciências da Saúde e das indústrias adjacentes; pela ascensão ainda maior das energias renováveis e da mobilidade elétrica; pelo avanço imparável das tecnologias de informação e comunicação; pelo *e-commerce* e pela bioeconomia sustentável; pelo mar e as plataformas logísticas, sem esquecer os setores tradicionais que são essenciais para o futuro, como a indústria agroalimentar e a floresta.

À luz desta análise é preciso **alavancar os setores tradicionais**, como a agricultura, o setor agroalimentar, a indústria transformadora, a metalomecânica e a fabricação de máquinas e bens de equipamento, o turismo e serviços**, apoiando-os ao nível da investigação e desenvolvimento tecnológico** para o processo de transformação que muitos estão a experimentar, aumentando o seu crescimento nos mercados europeus e nos mercados globais e, através de inovação tecnológica, criar condições para o crescimento de novas atividades de valor acrescentado e para o aumento competitividade externa.

A reindustrialização e reorientação das cadeias logísticas de produção e de abastecimento passa antes de tudo pelo apoio à indústria existente, focado na componente de serviço ao cliente, inovação em processos e produtos, ganhos de escala, internacionalização e integração nas cadeias de valor.

A renovação da estrutura produtiva de Portugal, para a tornar mais competitiva à escala global, passa não só pela alavancagem dos setores tradicionais, mas também pela aposta na economia do futuro e na exploração da reorganização das cadeias logísticas e de abastecimento criando condições para as empresas portuguesas que já operam na área da saúde, das energias renováveis, da mobilidade elétrica, da eletrónica e *software* e todo um conjunto de áreas adjacentes, possam crescer com incentivos

adequados, captar investimento interno e externo e criar projetos de alto valor acrescentado capazes de induzir efeitos multiplicadores em vastos setores da economia portuguesa. Para isso acontecer é preciso melhorar a massa crítica das empresas portuguesas, criar mecanismos que fomentem a consolidação empresarial e resolvam o problema da capitalização das empresas portuguesas. **A deficiência de capital do país e das empresas é um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento económico**. Todos estes projetos devem estar alinhados com os objetivos das políticas europeias de investimento, que favorecem a transição digital, a economia verde e a economia circular. Em todas estas áreas Portugal pode apresentar projetos inovadores.

A reconversão industrial articula-se, de uma forma mais vasta, com a necessidade de reindustrialização do país. Portugal fez um percurso notável em áreas como os serviços, o turismo e a reconversão de indústrias tradicionais, como resposta à crise anterior. Hoje é claro que as medidas tomadas relativamente aos *layoffs*, às linhas de crédito, às moratórias, são importantes, mas é necessária uma nova visão a médio e longo prazo sobre o que pode ser o futuro industrial do país. **Este é o momento para garantir uma maior eficiência na gestão da energia e dos recursos, assegurar a descarbonização dos processos industriais e adotar modelos de economia circular, estabelecendo simbioses industriais**. A economia do futuro tem de ser virada para a reconversão industrial baseada na reorientação das cadeias logísticas e de produção e a necessidade de evitar a total dependência do exterior de produtos e bens essenciais, como os equipamentos de saúde, os medicamentos, os bens alimentares, a eletrónica, a energia, os serviços de informação, e as tecnologias com impacto na defesa e segurança. Esta reconversão industrial deve ser um desafio para os setores tradicionais da economia, estimulando a necessidade de eles alinharem a oferta e os produtos com a reconfiguração das cadeias logísticas, explorarem a impressão 3D, corporizarem os avanços na ciência de materiais e nas nanotecnologias. Proteger a sociedade e a sua saúde assenta também na gestão eficaz dos materiais e dos produtos já mobilizados na economia, minimizando a extração e reduzindo a deposição final de resíduos, e na valorização dos recursos humanos associados.

Este também é o momento para desenvolver e investir numa **bioindústria nacional**, que tenha potencial de se constituir como acelerador da economia nacional, através da produção de novos produtos de alto valor acrescentado, a partir da utilização em cascata dos recursos biológicos.

Além da reconversão industrial, é crucial o **Plano de Recuperação Económica promover a reindustrialização do país e abrir novos setores da economia**. A reindustrialização é hoje um conceito que está no centro do debate na Europa e nos EUA. **Na Europa, a desindustrialização que teve lugar nas últimas décadas teve um impacto brutal nas economias e levou à estagnação do seu crescimento, entre outras razões**.

O conceito de reindustrialização que está subjacente a este Plano de Recuperação Económica, não significa voltar ao passado, mas sim ao futuro da indústria. Isso significa construir uma indústria de novo tipo, baseada na digitalização dos processos de trabalho, na aplicação eficaz das tecnologias de informação e comunicação, na utilização da Inteligência Artificial e da Ciência de Dados, das Máquinas que Aprendem, da robótica avançada, da impressão 3D ou *Additive Manufacturing,* para criar produtos e serviços de alta qualidade e alto valor acrescentado. As empresas convertem-se em unidades produtivas em que o mundo físico e digital estão integrados, os meios de produção estão ligados digitalmente e a interação com os clientes pode ser individualizada, o que altera o modelo de produção, os processos de trabalho e os modelos de negócio.

O Plano de Recuperação recomenda que o processo de reindustrialização seja o tema de um programa específico para o desenvolvimento da indústria nacional, que ligue todos os pilares indispensáveis, desde a *clusterização* aos projetos de I&D e inovação, sem esquecer o financiamento e a fiscalidade. A reindustrialização não se pode fazer com segmentos industriais de fraco valor acrescentado e custos de produção não competitivos, porque à partida isso limita e condiciona todo o processo. Desta forma a competitividade das empresas é um fator-chave para a reindustrialização e a questão mais importante é criar um ambiente económico favorável e atrair investimentos para desenvolver unidades produtivas de bens transacionáveis, capazes de competirem no mercado global. Portugal tem hoje maior capacidade de conhecimento e tecnologia e tem empresas que permitem saltar para o desenvolvimento e produção de produtos mais complexos e de maior valor, em que a concorrência se faz pela qualidade, pela resiliência, flexibilidade, fiabilidade, inovação e a rapidez de resposta. O país também está hoje mais bem colocado nas redes internacionais de transportes e telecomunicações. Desta forma, a reindustrialização e a captação de investimentos tem de estar alinhada com um novo quadro mental que valorize Portugal como porta de entrada no mercado europeu, que valorize os recursos como os naturais e as vantagens competitivas adequadas (por exemplo, em setores como os moldes ou a fundição e fabricação de bens e de equipamentos).

É preciso produzir produtos internacionalmente inovadores e na fase ascendente do seu ciclo. O país também pode colaborar no desenvolvimento de produtos multinacionais, mas é crucial assegurar que se localizem em Portugal fases de desenvolvimento

relevantes e com valor acrescentado. Quando olhamos hoje para o tecido produtivo português, há muitas empresas que têm apostado e tirado partido do desenvolvimento da ciência e tecnologia e que têm tido resultados importantes no mercado, tendo condições para vir a ser grandes *players* internacionais, como a Hovione, a Bial, a Fertiprado, a Siscog, a Critical Software, a Outsystems, a Vision-box, a CEI, a Bend, a Tekever, a Veniam e muitas mais. **O país tem competências tecnológicas em áreas de ponta**, que vão do *software* e eletrónica, às redes de comunicação móvel, à ciência dos materiais, às tecnologias digitais, à engenharia aeronáutica, à eletrónica de alta precisão, à eletrónica de papel, biotecnologias, ciências de saúde, fabricação de medicamentos e muitas outras. Com uma política industrial clara e orientada para a fabricação de bens transacionáveis, alinhada com as tecnologias que vão formatar o futuro, o país pode criar uma nova geração de empresas que têm potencial para se converterem em campeões globais.

A criação de produtos e serviços de alto valor acrescentado é crucial para o futuro da economia portuguesa. Há uma relação entre a riqueza de um país e a sua capacidade de produzir produtos complexos e de alto valor acrescentado, que está ligada à diversidade da sua capacidade produtiva. O rendimento *per capita* e a criação de riqueza dependem das capacidades funcionais instaladas na economia, das competências institucionais, da diversidade da estrutura produtiva e da sua capacidade de se inserir nas cadeias de valor. Portugal é um país que tem capacidades funcionais, já é capaz de produzir alguns produtos com alto valor acrescentado, mas não tem dado um salto qualitativo no seu desenvolvimento porque a percentagem desses produtos no volume de exportações ainda é baixa e alguns desses produtos têm ainda um elevado conteúdo importado.

Desta forma, é muito importante o país dar atenção, neste novo ciclo, às suas competências institucionais, ao nível da gestão das empresas e das políticas públicas, criar capacidade de aumentar a fabricação de produtos de alto valor acrescentado, ter uma estratégia de substituição de importações, para diminuir o conteúdo importado e explorar as cadeias de valor globais, para exponenciar o crescimento da economia portuguesa.

Existem ainda avanços científicos que não atingiram o mercado, mas que têm forte potencial para o futuro e onde o país pode explorar vantagens competitivas e competências endógenas, por exemplo na aquacultura do salmão do Atlântico (que tem condições de salinidade, temperatura e outras variáveis que são ideais); plataformas de energia das ondas (concatenando as valências nacionais da metalomecânica e a fabricação de bens de equipamento e máquinas); células fotovoltaicas e baterias Redox solares (tendo em conta a importância da energia solar para o Século XXI); eletrónica do papel; equipamentos de produção com tecnologias aditivas ou híbridas e com forte aplicação em setores como os moldes ou a fundição.

Portugal tem ainda condições para ter um papel na engenharia de desenvolvimento de produto ao nível internacional, exportável de diversas formas, desde o produto final montado em território nacional aos moldes e ferramentas de alta precisão ou ainda *software* para comandar as máquinas de impressão 3D. A maior integração de peças e componentes em produtos de maior valor acrescentado não se faz só nas linhas de montagem, começa no desenvolvimento do produto. O país, com as suas condições e qualidade de vida, deve ser capaz de atrair talentos que reforcem o potencial produtivo nacional, e contrariem as tendências demográficas negativas que experimenta.

Para a reindustrialização é também importante mapear os recursos endógenos, incluindo os que possam ser obtidos da tecnosfera. Assim, deve relançar-se os esforços para atrair e estabelecer parte da cadeia produtiva de componentes tecnológicos necessários para a indústria das energias renováveis em Portugal, tirando partido da clara aposta de crescimento deste segmento de mercado nas próximas décadas, para dar resposta aos objetivos estabelecidos. Devem também manter-se os esforços que têm vindo a ser desenvolvidos na dinamização de um *cluster* do hidrogénio em Portugal. Pretende-se tornar o hidrogénio numa das soluções para a descarbonização da economia, ao mesmo tempo que se promove uma nova fileira industrial com potencial exportador e gerador de investimento, emprego e riqueza, promovendo uma política industrial em torno deste vetor energético. As tecnologias do hidrogénio ainda não estão maduras do ponto de vista da sua aplicação comercial, e é importante reduzir os custos de produção, em particular da eletrólise da água, como é reconhecido pela Agência Internacional de Energia. No entanto, as tecnologias têm evoluído significativamente, o processo de redução de custos está a acontecer, o potencial é enorme e existe uma aposta clara da União Europeia para o desenvolvimento da fileira do hidrogénio como gás renovável. Neste contexto, a aposta de Portugal no hidrogénio faz todo o sentido.

O hidrogénio, produzido a partir da eletrólise da água, é um gás renovável, **complementa e serve de backup ao cluster das energias renováveis, pode substituir parte do gás natural importado** ao ser injetado na rede nacional existente, pode competir também no setor da mobilidade em várias fileiras, em particular no transporte de longa distância, e pode abastecer parte das necessidades da indústria petroquímica nacional, que usa gás natural como matéria prima. No âmbito da reindustrialização do país e da reconversão industrial, o cluster do hidrogénio pode ampliar a produção nacional de energias renováveis e dar-lhe maior dimensão ao mesmo tempo que substitui importações, utiliza a infraestrutura existente e pode ainda converter-se num sério componente estratégico do armazenamento de energia no futuro.

Os recursos europeus ganharão grande importância num quadro de reavaliação da soberania europeia e da insegurança das comunidades europeias face ao atual modelo

de globalização[2]. Mesmo reconhecendo que as matérias primas devem, sempre que possível, ser não-primárias, é indispensável a estruturação de fileiras industriais que se baseiem nos recursos que Portugal detém e que sejam importantes para a digitalização e a descarbonização.

Considerando que hoje a Europa á muito deficitária em matérias primas e tendo em conta o elevado potencial geológico de Portugal, é altura, no âmbito do Plano de Recuperação Económica, para o país articular uma visão para os seus recursos minerais continentais e marinhos, mapear esses recursos, definir políticas de atração de investimento, para criar um setor mineiro mais dinâmico e mais produtivo, capaz de responder às tendências da procura global.

O país tem recursos minerais estratégicos, como o lítio, o nióbio, o tântalo e as terras raras, e no mar, o cobalto, níquel, manganês e depósitos de sulfuretos polimetálicos. No entanto, as atividades humanas no mar profundo carecem de uma análise de risco cuidada, em particular dos impactos nos ecossistemas marinhos. São necessários uma visão e um plano para construir parcerias nacionais e internacionais e atrair investimento estrangeiro. Isto é possível porque muitos destes recursos são indispensáveis para a transição energética, para a eletrónica de alta precisão, para a indústria dos computadores e para a fabricação de equipamentos e máquinas. Portugal tem três minas metálicas em produção (Neves-Corvo, Aljustrel e Panasqueira), que são responsáveis, em mais de 50%, pelo valor das exportações portuguesas em recursos minerais. Mas o país tem também os minerais para a construção civil (mais de 37% do valor das exportações), sendo que os minerais industriais só representam cerca de 5%. Este valor pode crescer muito, desde que seja assegurada a sustentabilidade ambiental das explorações, porque o potencial das províncias metalogenéticas portuguesas é grande, e é necessário um programa de investimento para alavancar esse potencial. É necessário mapear os recursos, avançar no conhecimento geológico, desenvolver ainda mais a cartografia geológica, a geologia estrutural e a metalogenia. Por outro lado, a exploração de recursos geológicos no passado deixou marcas no território que carecem de intervenções de recuperação e restauro ou até de descontaminação e resolução de passivos ambientais. Neste sentido, estes investimentos farão também parte deste plano. **A reativação da indústria mineira em Portugal só faz sentido hoje no quadro de economia eco eficiente,**

[2] A Europa só tem 9% dos recursos críticos de que necessita para a sua economia.

de baixa intensidade carbónica e com base em tecnologias digitais massificadas e em práticas de reutilização, reciclagem e substituição. A atividade industrial mineira tem de ser responsável e tecnologicamente evoluída e alinhada com os paradigmas emergentes da sustentabilidade. Ao mesmo tempo é necessário rever a legislação sobre os recursos geológicos, o seu enquadramento com o ordenamento do território, e a preservação da decisão nos órgãos superiores de soberania, conforme prevê a Constituição.

Ao mesmo tempo deve assegurar-se e apoiar a instalação de **indústrias transformadoras adjacentes**, desenvolvendo também a indústria para a recuperação e reciclagem destas matérias primas numa ótica de economia circular em articulação com organismos públicos, universidades e centros de investigação que atualmente já se encontram a desenvolver projetos de investigação para a avaliação dos conteúdos em terras raras em resíduos sólidos ou líquidos e de processos de recuperação destes materiais com potencial uso posterior.

No contexto da dependência de matérias primas oriundas do resto do mundo, **a economia circular e** a **bioeconomia** surgem, também, como uma oportunidade para fazer face aos desafios associados ao aumento da procura de matérias-primas. Estes dois modelos, que estão na base da elaboração de políticas que materializam os conceitos-chave de sustentabilidade, apresentam sinergias entre si, procurando responder às necessidades da sociedade assegurando, contudo, o respeito pelos limites da terra. De acordo com a Estratégia Europeia para a Bioeconomia, o potencial das bioindústrias poderá traduzir-se na criação de cerca de um milhão de novos postos de trabalho na Europa até 2030. Portugal, considerando o seu território terrestre e marítimo, dispõe, atualmente, de uma janela de oportunidade para se tornar líder na implementação da bioeconomia circular e sustentável a nível mundial.

A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Finalmente a transição energética. As grandes tendências do setor energético são os chamados 4D: a Descarbonização, a Digitalização, a Descentralização e a Democratização da energia.

Este é outro eixo que deve modelar o Plano de Recuperação Económica do país. **Portugal tem feito o seu percurso nesta área com a redução do consumo de combustíveis fósseis e o uso crescente de recursos endógenos, como as energias renováveis**, contribuindo de forma significativa para a descarbonização do país. Nos últimos anos assistiu-se a uma evolução notável no

que se refere à mudança da matriz energética portuguesa[3]. Em 2005, o país dependia do exterior em cerca de 85% para as suas fontes primárias de energia e hoje depende em cerca de 72%. Esta é uma boa notícia e mostra o efeito de políticas públicas na reorientação do funcionamento da economia e do sistema energético. É importante realçar que as energias renováveis já contribuem hoje em cerca de 57% para a geração da eletricidade consumida no país. Este é um avanço significativo porque o país deve valorizar os recursos endógenos e promover o seu aproveitamento. Esta é uma área em que o Governo e as instituições têm feito um caminho meritório e a questão é prosseguir este caminho tendo em conta as quatro grandes tendências que estão a reformatar a matriz energética mundial: a eletrificação; a descarbonização; a localização e a otimização.

A única razão para não termos hoje um domínio maior da eletricidade é porque ela não se pode armazenar a grande escala, à escala da rede. E é por isso que ainda temos o domínio do petróleo e gás, que se podem armazenar e consumir quando é necessário. Mas as inovações tecnológicas sucedem-se e existe um novo conceito de baterias - as baterias de fluxo -, que se baseiam num novo paradigma que incorpora também os avanços mais recentes da ciência dos materiais, e estas inovações quando gerarem uma solução eficaz, vão provocar a eletrificação crescente de grandes segmentos da economia mundial. É importante que o país se prepare para isso, com uma rede elétrica moderna, inteligente e flexível, com mais *smart meters* para monitorizar e aumentar a eficiência energética, com a crescente digitalização das *utilities* e serviços.

O Plano de Recuperação Económica é essencial para ajudar à construção de uma rede elétrica nacional "inteligente" (smart grids), para consolidar o cluster de energias renováveis; para tornar mais limpo o sistema de geração elétrica nacional, libertando-o do consumo de carvão (que é o mais poluente dos combustíveis fósseis) e aumentando a contribuição das energias renováveis; apostando também num sistema de transportes mais limpo e sustentável, com a mobilidade elétrica; estimulando a economia do hidrogénio, que pode vir a ser essencial não só para o sistema de transportes com a crescente competitividade das fuel cells mas também com o seu contributo para o armazenamento de eletricidade, que é uma questão crucial para o futuro.

[3] O país atingiu o pico no consumo de petróleo em 2005, com 330 000 barris diários e hoje está à volta de 200 000 barris, que coincidiu também com um pico de emissões de gases com efeito de estufa. Atingiu o pico do consumo de gás em 2008 com 5,2 mil milhões de metros cúbicos anuais e hoje consome à volta de 4 mil milhões de metros cúbicos anuais.

Nesta equação não podem ser esquecidos os edifícios, que consomem 20% da eletricidade global, e, portanto, apostar e reforçar os programas de eficiência energética que existem é também fulcral.

O Plano de Recuperação Económica deve articular toda a sua intervenção na área da transição energética, em sintonia com as tendências estruturais que estão a emergir e que vão reformatar o sistema energético global (Figura 8).

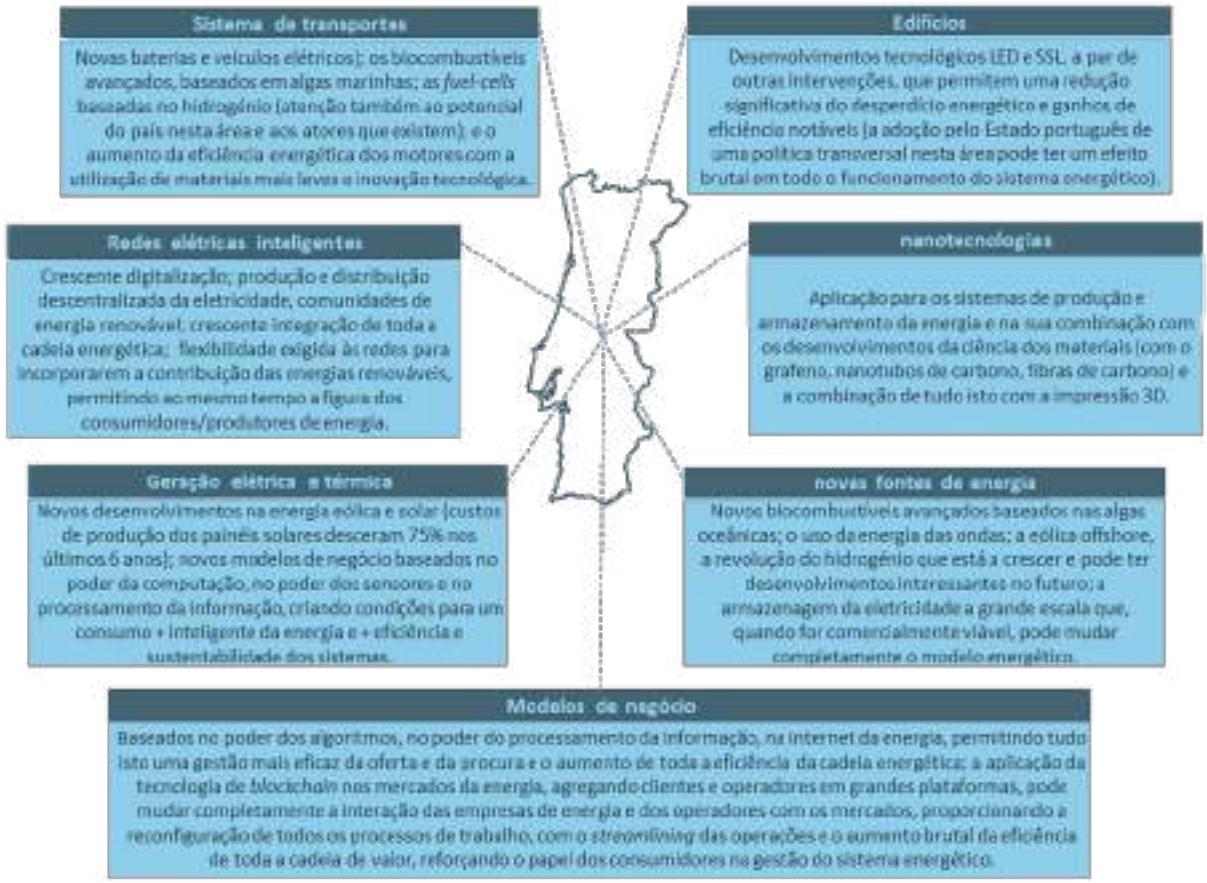

Figura 8

A COESÃO DO TERRITÓRIO: A AGRICULTURA, A FLORESTA E A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM

Há que aproveitar o presente momento para refletir sobre **que futuro queremos para o território, para o interior do país e para a floresta,** bem como que instrumentos são necessários para levar a cabo as medidas de política que assegurem a sustentabilidade dos recursos naturais, a valorização dos territórios, a proteção das populações e economias locais.

Portugal tem um território com muitas assimetrias, que são muitas vezes **expressas em dicotomias simplistas**: litoral *vs* interior; norte *vs* sul; áreas urbanas *vs* áreas rurais. Estas

dicotomias são pobres, simplificam a realidade e impedem muitas vezes a adoção de políticas públicas adequadas, que têm que ser baseadas numa visão integrada do território e na construção de modelos e agendas, que partam da identificação das valências e fragilidades de todos os subsistemas territoriais. A construção de mapas de resiliência que integrem as infraestruturas, as acessibilidades, a demografia, o nível de pobreza devem ser a base para um modelo de desenvolvimento económico e social integrado, capaz de responder às questões do emprego, sustentabilidade, qualidade de vida, ambiente e assegurar uma economia de bem-estar para as populações.

Para a valorização sustentável das potencialidades do território e para maior robustez da competitividade económica local é importante ter em conta o atual modelo de organização do território nacional estabelecido pelo Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT). Neste sentido, abordagens integradas de base territorial cobrem os seguintes vetores:

- Robustecer os sistemas territoriais em função das suas centralidades
- Atrair novos residentes e gerir a evolução demográfica
- Adaptar os territórios e gerar resiliência
- Descarbonizar acelerando a transição energética e material
- Remunerar os serviços prestados pelo capital natural
- Alargar a base económica territorial com mais conhecimento, inovação e capacitação
- Incentivar os processos colaborativos para reforçar uma nova cultura do território
- Garantir a diminuição da exposição aos riscos

A AGRICULTURA

A agricultura, em todas as suas múltiplas dimensões, é fulcral para o país em termos de desenvolvimento, das estratégias de ocupação do território e da sua valorização. Neste sentido, a agricultura é um vetor essencial do Plano de Recuperação. O peso da agricultura no PIB nacional é de cerca de 4% e o setor agrícola nacional tem vindo a protagonizar uma excelente resposta em termos da modernização dos seus sistemas de produção, na aplicação das novas tecnologias, e isso tem-se refletido na produção de alimentos, no desenvolvimento dos territórios rurais e na preservação de bens públicos ambientais. O impacto em termos de emprego e das exportações é inegável. Hoje, o setor revela uma taxa de crescimentos das exportações que está acima das importações, mas o saldo comercial agroalimentar é estruturalmente negativo e em 2019 cifrou-se em cerca de –3.8 mil milhões de euros. O país não pode prescindir de um setor agrícola moderno, sustentável, capaz de aumentar a capacidade produtiva nacional e tender a superar a

condição deficitária da nossa balança alimentar. O grau de aprovisionamento é baixo, sobretudo nos cereais e em particular no trigo. O autoaprovisionamento alimentar ronda em média os 85%, sendo que em setores como o vinho, o azeite, hortícolas, leite ou manteiga a situação é excelente. Muitos destes setores têm capacidade exportadora. Mesmo noutros setores, em que o aprovisionamento apresenta fragilidades, existe potencial para promover a capacidade exportadora.

Um aspeto fulcral é que **Portugal é muito diferenciado em termos da sua agricultura,** é uma espécie de mosaico com componentes muito distintas. Tem uma concentração geográfica de "bolsas" competitivas a par de grandes desequilíbrios territoriais. O setor primário gera 10% do Valor Acrescentado Bruto na região do Alentejo, na Lezíria do Tejo, e na Região Autónoma dos Açores. No Douro e Trás-os-Montes mais de 40% do emprego criado é do setor primário.

A tudo isto acresce que as áreas agrícolas e florestais ocupam a maior parte do território nacional (cerca de 75%). Este é um ativo fulcral para a sustentabilidade do país e **a gestão integrada dos setores agrícola e florestal é vital para promover a defesa do ambiente e dos ecossistemas, preservar a biodiversidade, combater a desertificação e as alterações climáticas e mitigar o risco de incêndios**. Neste sentido, o Plano de Recuperação deve partir de todas as políticas existentes para o setor agroalimentar ligadas à Agenda de Inovação para a Agricultura e reforçar as políticas públicas nas seguintes dimensões:

- Estimular em todo o território **a agricultura ecológica e local** capaz de revitalizar as cadeias logísticas e de abastecimento locais e promover âncoras de sustentabilidade para o desenvolvimento rural;
- A agricultura ecológica e local deve combinar-se com **a agricultura industrial** no sentido de preservar e defender os recursos essenciais como a água e a qualidade dos solos. A política para a agricultura industrial deve combinar o apoio ao aumento da produção agroalimentar, baseada na bioeconomia com a necessidade de estruturar os territórios, assegurar equilíbrio socioeconómico e prevenir e mitigar os efeitos das alterações climáticas. A relação da agricultura com a floresta no campo da bioeconomia é decisiva, tendo em conta a necessidade de valorização dos recursos endógenos. A política de regadio deve ter em conta os investimentos em eficiência e em infraestruturas de base coletiva, os perímetros de rega devem ser definidos e delimitados, a utilização da água deve ser otimizada e a gestão dos recursos hídricos deve ser sempre prioritária, no

sentido de construir um modelo de agricultura sustentável e não pôr em risco recursos que são essenciais para o futuro.

- **Explorar as sinergias com outras áreas e identificar novas atividades de potencial crescimento económico,** apostando nas cadeias curtas que asseguram criação de valor entre a agroindústria, o turismo, a restauração e a gastronomia, criando polos dinamizadores do desenvolvimento local;
- Definir programas que permitam a **mobilização de jovens agricultores para se instalarem no interior** e protagonizem uma renovação da agricultura e dos sistemas produtivos; a extensão da fibra ótica a todo o país é importante para assegurar este objetivo, a par de estímulos e incentivos bem desenhados;
- **Aumentar o investimento no conhecimento e inovação** para criar condições que levem ao aumento da modernização dos sistemas produtivos agrícolas, estimulando a rede nacional de inovação, criando centros tecnológicos nas cidades do interior, para apoiar as empresas nos seus processos de digitalização e adoção de novas tecnologias, mobilizando os centros e laboratórios do Estado para a consolidação dessa rede de inovação, o que implica o reforço de financiamento em iniciativas como a do Centro Fraunhofer-Portugal, dedicado à agricultura de precisão;
- Colocar **a agricultura e a floresta no centro do combate às alterações climáticas**, identificar os riscos, definir planos para a sua mitigação, favorecendo tudo o que leve ao sequestro de mais carbono, em particular a plantação de árvores, com critério e regulação e a preservação da floresta, promovendo sempre a necessidade de valorizar o território e assegurar a gestão sustentável da água e do solo;
- **Lançar um programa para combater a desertificação**, mobilizando o melhor das entidades nacionais e das empresas para encontrar respostas, propor soluções, e promover o diálogo com os países do Norte de África, através de plataformas colaborativas que permitam fazer face a um dos maiores riscos para o território e para as populações do sul do país;

A Floresta

Portugal é coberto, em cerca de 35% do seu território, por floresta. Para além do seu valor económico, ambiental e social, suportando a jusante importantes fileiras económicas, como a indústria da madeira e da cortiça, ou a singularidade de biomateriais para a

economia verde, as florestas são prestadoras de bens e serviços à sociedade, de que são exemplo o sequestro de carbono, a criação de paisagem, a regulação do ciclo hidrológico, o combate à desertificação ou a preservação da biodiversidade.

Sendo 98% da floresta nacional privada, a remuneração dos múltiplos bens e serviços prestados pelas florestas não só promoverá a sua proteção, como poderá constituir uma forma complementar de rendimento dos proprietários florestais, permitindo a rentabilização do seu investimento.

É consensual a necessidade de **criar uma floresta para o futuro**, mais ordenada, biodiversa e resiliente, conjugada com um mosaico agrícola, agroflorestal e silvopastoril, capaz de prestar diversos serviços ambientais e de sustentar as atividades económicas que lhes estão associadas, para além de reduzir significativamente a severidade da área ardida.

Para consolidar o processo de luta contra os incêndios é necessário reforçar a política para a floresta, que é um ativo crucial para assegurar a sustentabilidade do território e para o futuro. A floresta portuguesa é biodiversa, nenhuma espécie é dominante, todas ocupam menos de 1/3 da área florestal, que é coberta em 72% por plantas autóctones.

A política da floresta deve ser orientada para a conservação e a sustentabilidade ambiental, sem esquecer que a floresta é também uma fonte de riqueza económica, com as suas fileiras silvo-industriais, em particular o pinho, o sobro e o eucalipto. A essência da política florestal em Portugal deve ser baseada numa simbiose entre a floresta de conservação e a floresta de produção, sendo que a prioridade é a conservação, a sustentabilidade ambiental e a minimização de riscos de incêndio. Para isto acontecer, é necessário reduzir os territórios não geridos e abandonados, sendo que os matos e os terrenos incultos representam cerca de 16% do território.

Há que melhorar a governança florestal e reformular a equação do rendimento dos proprietários, incorporando neste a remuneração dos serviços dos ecossistemas por via de adequados instrumentos de política florestal.

Adicionalmente, **a biodiversidade é o nosso seguro de vida e garantia de bem-estar**. A partir do nosso capital natural obtemos alimentos, água potável e ar limpo, recursos biológicos e medicamentos, atenuando as pragas e doenças e contribuindo para a regulação do clima e minimização de catástrofes naturais. A biodiversidade presta, também, outros serviços dos ecossistemas que estão subjacentes à nossa economia e

que devem ser valorizados e encarados como ativos estratégicos essenciais para os objetivos da coesão territorial. É essencial que as populações que habitam em zonas sensíveis do ponto de vista da conservação, como a Rede Nacional de Áreas Protegidas, possam ter apoio às atividades que mantêm esses ecossistemas, como sejam o turismo, a recriação de paisagens e a preservação da biodiversidade.

A agricultura, a floresta e o capital natural devem ser os ativos territoriais para a transformação e desenvolvimento do interior do país.

O interior necessita de um novo impulso de desenvolvimento, podendo a agricultura desempenhar um papel importante na geração de valor e competitividade para os territórios de baixa densidade, assente na fixação de emprego e no suprimento de uma das mais básicas exigências da vida humana: a alimentação.

O país depende do exterior para alguns dos seus bens alimentares básicos, representando uma fragilidade na balança alimentar. Precisamos de um sistema mais resiliente, com uma agricultura mais eficiente e mais sustentável, incluindo a agroecologia, explorando todas as potencialidades locais, protegendo os solos agrícolas e respeitando os recursos naturais (biodiversidade, água, energia, subprodutos) e a utilização de práticas sustentáveis e adaptadas aos contextos territoriais de densidade e vocação diversificados. Uma agricultura baseada num modelo sustentável passa também pelo alinhamento com os princípios da economia circular e da bioeconomia, pela internalização do capital humano das comunidades locais e pela racionalização das cadeias de distribuição, optando, sempre que possível, por cadeias curtas de distribuição e de consumo. É importante apostar na "agricultura de precisão", que permite melhorar em mais de 20% a produtividade agrícola, usando dados de satélite que reduzem o consumo de água e de fertilizantes, reduzem a contaminação dos lençóis freáticos e contribuem para uma agricultura mais ecológica e sustentável.

A nível global as cidades ocupam 2% da área do nosso planeta, mas nelas vive mais de 55% da população mundial, consomem 75% da energia e são responsáveis por 80% das emissões de dióxido de carbono (CO_2).

A gestão ativa da floresta e da agricultura é crucial para defender o ambiente, proteger a biodiversidade, combater os incêndios e minimizar o avanço da desertificação, que é um dos grandes problemas que o país enfrenta.

A crise do coronavírus sublinhou a importância de um sistema alimentar sólido e resiliente que funcione em todas as circunstâncias e consiga

garantir o acesso a alimentos suficientes a preços acessíveis para os cidadãos. Também nos tornou mais conscientes da inter-relação entre a nossa saúde, os ecossistemas, as cadeias de abastecimento, os padrões de consumo e os limites do planeta.

Para alcançar os objetivos do Pacto Ecológico Europeu, em especial os decorrentes da *Estratégia do Prado ao Prato* e da *Estratégia de Biodiversidade para 2030*, a nova arquitetura verde oferecerá um importante fluxo de financiamento para impulsionar práticas sustentáveis, como a agricultura de precisão, a agroecologia (incluindo a agricultura biológica), a criação de elementos paisagísticos e o armazenamento de carbono nos solos agrícolas.

O NOVO PARADIGMA PARA AS CIDADES E A MOBILIDADE

A crise sanitária e a crise económica vão deixar marcas em termos da restrição de mobilidade das pessoas e do modo de vida em cidades. Desenvolver cidades (zonas urbanas e suburbanas), com menos ruído e melhor qualidade do ar, com parques urbanos requalificados, verdes, e promotores de uma melhor vivência em comunidade, bem como o apoio à habitação de longa duração nos edifícios reabilitados, considerando a esperada quebra no alojamento local de curta duração, são pilares do novo paradigma. Atrair moradores permanentes para o centro das cidades, cria ainda a oportunidade de se impulsionar a economia local e o comércio de proximidade, permitindo a criação de cadeias curtas de produção e consumo, e dinamizando o mercado de produtos locais e sustentáveis.

Outra ideia chave é a questão das cidades e da mobilidade. O paradigma da mobilidade nas cidades vai mudar com a eletrificação crescente da frota automóvel, o maior uso de transportes públicos e de bicicletas, a menor mobilidade das pessoas com a diminuição de deslocações (se alguns hábitos de teletrabalho forem adotados) e a crescente tendência da chamada "economia partilhada" que atrai em especial as novas gerações, que preferem pagar para ter acesso às coisas (como um automóvel) e não serem proprietários dessas coisas.

Os novos paradigmas da mobilidade urbana devem estimular os projetos mobilizadores da indústria portuguesa, associados a novas lógicas de mobilidade de pessoas e bens, como o do programa BE, liderado pelo CEiiA, o Grupo Simoldes e a TMG ou novos conceitos de gestão da mobilidade a partir da lógica da descarbonização, de que é exemplo a Plataforma AYR.

É ainda esperado um crescimento acentuado nas compras e-commerce, que obrigará a repensar soluções de logística urbana. Se combinarmos todas estas tendências, é muito possível que o paradigma mude, baseado na melhoria do espaço urbano qualificado (construído e não construído), no retorno dos habitantes aos centros urbanos, na aposta na mobilidade ativa e elétrica, nos transportes públicos e na redução das deslocações.

CULTURA, SERVIÇOS, TURISMO E COMÉRCIO

Estes setores estão entre aqueles que foram mais penalizados pela crise sanitária e económica. É muito importante desenhar programas que possam estimular as atividades destes setores, atendendo à sua relevância para a economia portuguesa. O turismo representava, antes da crise, cerca de 13% do PIB nacional e é essencial o país preparar programas de revitalização deste setor e de atração de turistas, diversificando a oferta.

No que concerne à cultura, é uma atividade fundamental, porque promove a criatividade e a inovação, características que são essenciais para este novo período. Neste sentido, é muito importante promover um grande programa, que seja capaz de patrocinar o exercício mais alargado das artes, que descentralize as iniciativas culturais e as dissemine pelo país, que promova a emergência de novos talentos e que aumente o gosto e apreço do público pelas artes e pela cultura.

Em relação aos serviços e comércio, é importante criar programas de ajuda financeira às empresas e promover, sempre que possível, iniciativas ligadas à economia circular, que podem abrir novas áreas de negócio e contribuir para a sustentabilidade do setor.

A modernização e desenvolvimento do comércio devem ser apoiados, incluindo o estímulo à utilização de plataformas digitais e consequente aproveitamento e expansão das oportunidades abertas ao nível do comércio eletrónico, durante a crise pandémica.

A ARQUITETURA CONCETUAL DO PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONÓMICA

O Plano de Recuperação Económica é concebido com a arquitetura concetual explicitada na figura 9.

O plano é concetualmente desenhado por referência a um **eixo estratégico horizontal, que é o motor da transformação económica.** Este eixo está alinhado com a Agenda Verde e Digital Europeia, com o Pacto Ecológico Europeu e com os Planos Nacionais de Energia e Clima e o Roteiro Nacional de Neutralidade Carbónica, e visa promover a descarbonização, a transição energética, a sustentabilidade, a proteção da biodiversidade e a valorização do capital natural.

Os dez eixos verticais operam nesta arquitetura concetual e cobrem as Infraestruturas Físicas; as Qualificações e a Transição Digital; o Setor da Saúde; o Estado Social; a Reindustrialização; a Reconversão Industrial; a Transição Energética e a Eletrificação da Economia; o Território, a Agricultura e a Floresta; o Novo Paradigma para as Cidades e a Mobilidade; a Cultura, Serviços, Turismo e Comércio.

Estes eixos estão ainda alinhados com as agendas industrial, ambiental e social europeias. A sua implementação assegura os seguintes objetivos: Portugal como espaço geoeconómico integrado e conectado globalmente; aumento da competitividade da economia portuguesa; criação de emprego; bem-estar social.

Figura 9

ALGUNS PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA

Para a implementação do Plano de Recuperação da Economia é importante ter em conta que vamos precisar de **um Estado com uma nova natureza, mais interventivo** no investimento no Serviço Nacional de Saúde e nas infraestruturas físicas e digitais, mas também para acorrer à capitalização das empresas, ajudar no processo de reorientação das cadeias logísticas e de abastecimento, favorecendo a criação de condições para a reconversão das empresas e a reindustrialização do país. Neste sentido, o papel do Estado e a sua articulação com as empresas dos vários setores é crucial e esse papel deve ser inspirado por uma **visão estratégica para a próxima década e mesmo para o longo prazo.** Neste contexto, trata-se a seguir estes pontos cruciais: o novo papel do Estado; a reconversão das empresas e o seu papel como motores da recuperação económica; a articulação das políticas públicas com *design mechanisms* para recuperar a economia e fazê-la funcionar no sentido correto; os traços do modelo a implementar, baseado na experiência da Noruega, e que visa valorizar os recursos nacionais, apoiar investimento e parceiros internacionais para os projetos mais complexos mas promovendo a participação das empresas nacionais, das Universidades e dos Centros de Investigação, de molde a criar valor e riqueza no país, endogeneizar a tecnologia, promover o emprego e qualificar os recursos humanos nacionais.

É fulcral neste novo ciclo económico ter em atenção o livro do economista austríaco Karl Polanyi, publicado em 1944, onde ele critica as deficiências dos mercados autorregulados, definindo a grande transformação como a emergência do mercado no século XIX, que criou uma forma de regulação social hegemónica, baseada na troca mercantil, o que libertou a economia das formas tradicionais de controlo social. O Professor Joseph Stiglitz, num prefácio ao livro, diz que parece que Polanyi está a falar diretamente dos problemas do nosso tempo, porque ele demonstra claramente que os mercados autorregulados não funcionam bem, não geram por si só e automaticamente confiança, cooperação ou ação coletiva para o bem comum.

É importante nesta fase de recrudescimento da crise económica e social desenvolver uma **política para retenção de talentos** e diminuir o risco de emigração dos jovens mais qualificados. O país não pode prescindir de competências que são chave para o seu desenvolvimento, e isso só será possível através da criação de emprego qualificado e atrativo, que consiga absorver e fixar esta população.

EQUILÍBRIO VIRTUOSO ESTADO/MERCADO

Em Portugal, como noutros países, assistimos ao longo do tempo a uma luta ideológica tenaz que passou pela insistência no Estado mínimo, pela desindustrialização do país e pela minimização da necessidade de se mapear os recursos nacionais estratégicos, em particular os minerais e energéticos, e de encontrar formas para o seu desenvolvimento. Depois do "*New Deal*" do Presidente Roosevelt nos EUA e do papel do Estado e dos investimentos públicos para lidar com as consequências da Grande Depressão de 1929, tivemos, décadas depois, nos anos 80 e 90 do século passado, a revolução conservadora de Regan e Thatcher e a defesa do Estado e Governo mínimos, com a exponenciação do papel dos mercados autorregulados. A crise económica e financeira de 2007/8 mostrou as limitações deste modelo.

PAPEL DO ESTADO

Durante muitos anos, no debate público em Portugal, vimos o ataque ao Estado, o seu retrato como "mau da fita" e a exigência do chamado "Estado Mínimo". Esta visão, como hoje é claro para todos, é errada. Se tivéssemos um Estado mínimo estaríamos completamente impreparados em Portugal para responder à atual pandemia e hoje poderíamos estar perante uma tragédia de grande dimensão. **A dicotomia entre Estado e mercado atravessa toda a história contemporânea** e o princípio fulcral é que em cada etapa histórica é preciso assegurar um equilíbrio virtuoso entre Estado e mercado de forma a que o mercado funcione tanto quanto possível e o Estado funcione tanto quanto necessário. O papel do mercado é fulcral. Os mercados são máquinas de inovação, criação de riqueza e motores de prosperidade, mas eles não podem ficar entregues a si próprios porque por si só não asseguram o bem comum e amplificam as desigualdades. É preciso uma combinação virtuosa entre os mercados e o Estado para se salvaguardar o bem comum e para se corrigirem as deficiências e disfuncionalidades. Esta ideia é hoje mais clara e irrefutável do que nunca, sobretudo quando deixamos, no âmbito da crise sanitária global que hoje enfrentamos, que um bem tão essencial como a saúde pública esteja dependente do funcionamento das longas cadeias logísticas e de abastecimento dos equipamentos de saúde mais críticos. Este é um dos muitos exemplos que cauciona

O filósofo alemão Hegel disse um dia que o Estado é uma obra de arte, isto é, não há dois estados iguais. E Thomas Hobbes escreveu no Leviatã que "o Estado é uma ficção onde se corporizam os nossos interesses fundamentais".

uma nova abordagem sobre o papel do Estado e sobre que Estado queremos para o futuro.

Karl Polanyi enuncia no seu livro uma tese central para entender o mundo de hoje, a tese do "Duplo Movimento" que conduz a uma tensão entre o Estado e o mercado, com a alternância histórica entre períodos em que há o controlo quase total dos mercados sobre a economia (como é o caso do ciclo económico anterior) e outros em que o Estado exerce maior controlo sobre a economia (como será o caso, tudo indica, do novo ciclo económico em que vamos entrar). Esta discussão é importante para debater o papel do Estado neste novo ciclo económico, em que muitas empresas sobrevivem em estado comatoso e muito descapitalizadas. O Estado deve intervir nas seguintes vertentes:

- O Estado como regulador dos mercados e da economia, assegurando equidade, transparência, fiscalização dos operadores e dos preços e limitação do poder dos incumbentes;
- O Estado como participante na capitalização das empresas em dificuldades sérias, mas que são rentáveis e têm potencial de recuperação, para evitar que estas entrem em estado de coma, em especial as mais relevantes, que devem ter competitividade e assegurar emprego;
- O Estado como definidor de critérios transparentes e claros para a injeção de capital nas empresas, assegurando condicionalidades que obriguem as empresas à manutenção do emprego, à revisão do seu plano de negócios para serem mais competitivas, à reinvenção das suas cadeias de valor e à luta pelo mercado global;
- O Estado enquanto definidor do investimento público nas infraestruturas físicas e digitais e criando condições para a reorientação das cadeias logísticas e das cadeias de valor, a favor da reconversão industrial e da reindustrialização do país;
- O Estado como ator no mapeamento de todos os recursos nacionais, com uma política de valorização desses recursos e visando, sempre que possível, a criação de condições para o seu aproveitamento e desenvolvimento sustentável e compatível com a proteção ambiental (e.g. a biomassa florestal; o lítio; o cobalto; as terras raras; as energias renováveis; os recursos biológicos marinhos).

O PAPEL DAS EMPRESAS

Não vamos ter ilusões: neste novo ciclo económico o papel do Estado dever ser mais interventivo na economia, para impedir o colapso de empresas relevantes, para investir nos serviços públicos, para dar maior segurança ao mercado de trabalho e para promover uma melhor distribuição da riqueza e reduzir as desigualdades. Se este papel do Estado não for assumido, teremos uma recessão muito mais prolongada, uma economia cada vez mais "zombie" e em estado de coma, um exército crescente de desempregados e crescente instabilidade social.

A atividade económica deve estar organizada para servir o bem comum. Amartya Sen, um dos grandes economistas do nosso tempo e Prémio Nobel, mostra no seu livro "Ética

e Economia", que o princípio estritamente restrito do comportamento por interesse pessoal na economia tem impedido a análise de outras perspetivas diferentes e mais significativas em temos de futuro.

A teoria económica corrente identifica a racionalidade do comportamento humano com a consistência da escolha e a maximização do interesse pessoal. Amartya Sem demonstra que não há provas para concluir que a maximização do interesse pessoal conduz necessariamente às condições económicas ideais. Na sequência da crise da Covid-19 e das vulnerabilidades identificadas do modelo de desenvolvimento económico e social, é mais urgente do que nunca procurar respostas, **pensar fora das ortodoxias de direita e de esquerda e encontrar um equilíbrio virtuoso entre Estado e Mercado,** que promova a segurança económica dos cidadãos e os padrões de bem-estar e qualidade de vida que são parte integrante do contrato social que faz funcionar os sistemas democráticos.

É importante buscar um modelo que assegure um equilíbrio virtuoso entre Estado e mercado, porque o papel do mercado, e em particular das empresas é essencial para criar riqueza e prosperidade. O crescimento económico implica utilizar de forma inteligente e mais eficiente a capacidade produtiva instalada, atrair investimento interno e externo (para aliviar alguma da fatura do Estado no Plano de Recuperação Económica), atacar o défice de competitividade com melhor organização e gestão das empresas, mais aposta na educação, no conhecimento, na tecnologia e na formação de gestores e trabalhadores.

É muito importante o Estado reunir com as empresas dos vários setores, por *clusters*, fazer o levantamento de toda a situação, definir os critérios de apoio e condicionar esse apoio a uma aposta forte das empresas na manutenção dos postos de trabalho e na sua responsabilidade de gestão eficiente dos capitais a que têm acesso para reinventarem os seus planos de negócio e apostarem em áreas e produtos que assegurem uma maior sustentabilidade em termos de futuro. Não é aconselhável um modelo em que o Estado pura e simplesmente despeja dinheiro em cima dos problemas.

É crucial prestar atenção às pequenas e médias empresas (PME), porque representam mais de 95% do tecido empresarial português e empregam mais de 75% das pessoas. A saída da economia do estado de coma, a sua recuperação e a criação de condições para o crescimento económico, implica ter empresas mais saudáveis, ajudá-las a resolver

problemas de financiamento e considerar a possibilidade de aliviar a sua carga fiscal, que é muito elevada e torna o país menos competitivo.

Neste contexto, é muito importante pensar num **Pacto Estado/Empresas**, que regule o papel de ambos, no âmbito deste Plano de Recuperação Económica. Neste Pacto, o papel do Estado na economia tem de ser explicitado juntamente com os critérios de apoio às empresas e as condicionalidades associadas para a manutenção do emprego e a exigência de um esforço das empresas para reinventarem os seus planos de negócio, serem mais competitivas e lutarem por nichos do mercado global, onde podem fazer a diferença. E temos exemplos do que ocorreu na resposta a esta crise sanitária, com a reinvenção do trabalho de empresas para produzirem máscaras e equipamentos de saúde recorrendo inclusive à impressão 3D. Portugal pode marcar a diferença pela sua capacidade de adaptação e pela sua inserção em redes globais. O mesmo se pode dizer da cooperação entre empresas, Universidades e centros tecnológicos, porque tudo isso pode ser potenciado no quadro europeu e global. Se este Plano de Recuperação Económica conduzir à consolidação de empresas nacionais como campeãs globais, isso seria extraordinário para o país.

O Estado Português pode justificar parte da reconversão industrial e da reindustrialização do país como um esforço europeu para manter dentro do continente a capacidade produtiva de bens essenciais e estratégicos. O conceito definido pela União Europeia de "soberania estratégica" abre caminho para Portugal renovar a sua base industrial e fazer crescer a economia produtiva.

Ao nível deste Pacto entre Estado e empresas é importante reconhecer o papel das empresas como motor real do crescimento e da criação de riqueza, mas é essencial que o Estado exija também às empresas, que são candidatas à injeção de capital público, que se comprometam a melhorar a qualidade da gestão; a capacidade de identificar e explorar os nichos certos do mercado globalizado; a capacidade de logo que possível abrirem capital e evitarem um excessivo foco no financiamento pela dívida; a capacidade de aumentarem a sua competitividade, não através de baixos salários mas através de inovação tecnológica; a capacidade de se internacionalizarem e evitarem uma excessiva dependência do mercado interno; a capacidade das empresas cooperarem entre si e criarem massa crítica para intervirem nos nichos do mercado global; a capacidade das empresas nacionais não perderem o comboio da globalização e apostarem nos mercados que crescem.

É crucial que este Pacto Estado/empresas seja uma plataforma para corrigir muitas das vulnerabilidades do nosso tecido empresarial, elevá-lo a um novo patamar e reorientar as empresas portuguesas para explorarem vantagens competitivas no mercado global, criarem aceleradores de negócios, venderem não só produtos mas também ideias e serviços, produzirem uma nova geração de campeões globais, ligarem o design à engenharia, e transformarem ideias em negócios à escala global. Com as imensas possibilidades abertas com a digitalização dos negócios, é preciso pensar a médio e longo prazos e alinhar o novo ciclo de desenvolvimento económico e industrial com as linhas de força da globalização ajustada, identificando os nichos onde as empresas podem competir e internacionalizar-se.

Quando a economia portuguesa for mais saudável e as empresas estiverem capitalizadas, é importante o Estado ter uma estratégia de saída, porque o seu papel não deve ser o de substituir-se às empresas, mas pelo contrário, criar condições para elas poderem operar, crescer e competir.

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Se olharmos para os 46 anos de democracia, é inevitável constatar que o país avançou muito em termos de Educação, Saúde, Ciência, Tecnologia, Inovação e construção de infraestruras mas não avançou tanto em termos do desenvolvimento de um modelo económico que seja inclusivo e mude a condição do país, tirando-o da cauda da Europa. Este Plano de Recuperação Económica pode ser uma oportunidade para avançarmos mais um ou vários patamares neste desafio que é fulcral. **Para isso temos que identificar quais são os fatores críticos que determinam o sucesso de um país.** Eles estão especificados no livro "Porque é que as Nações Falham?" de Daron Acemoglu e James Robinson. Os três fatores que eles identificam como cruciais para o sucesso de um país são a **qualidade das instituições, a inteligência das políticas públicas, em particular das políticas económicas, e a capacidade de criar mercados inclusivos**, isto é, mercados que permitam e assegurem a participação do maior número de pessoas nas atividades económicas.

Nos 46 anos de regime democrático o país soube criar algumas instituições fortes e de qualidade. É importante neste novo ciclo **continuar a melhorar a qualidade das instituições e a qualidade do Estado,** que é fulcral para o futuro, mas também ver o que se pode fazer em termos das políticas económicas e da criação de mercados inclusivos.

Neste contexto é importante não nos atermos a tabus e dizer claramente que precisamos de uma nova síntese criativa entre as diferentes teorias económicas. Temos que abandonar a ortodoxia de direita e de esquerda e os modelos dogmáticos. Keynes, face à Grande Depressão de 1929, foi capaz de encontrar a solução para o desemprego maciço, aumentando a procura interna com a intervenção do Estado, e foi buscar elementos à teoria monetarista, com as reduções das taxas de juro e com as isenções fiscais combinadas com o programa de intervenção do Estado nas infraestruturas e nas obras públicas. Foi assim que Keynes salvou o capitalismo e por isso foi tão atacado, em especial pelos economistas mais liberais, que então aceitavam o desemprego como natural, aceitavam a falência e o fecho das fábricas como natural e aceitavam que milhões e milhões de pessoas fossem para a ruína. **Mas a teoria económica não deve confinar-se à teorização lúgubre da necessidade do sofrimento humano. Pelo contrário, deve encontrar soluções para o minimizar sempre**.

O keynesianismo respondeu aos problemas concretos da primeira metade do século XX, e não é repetível, mas mostra claramente que hoje, no século XXI, com a crise sanitária e a exposição das vulnerabilidades do modelo económico vigente, precisamos de um modelo novo e de um renascimento da teoria económica e da teoria política.

AS MODALIDADES PARA A ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO EXTERNO E A CRIAÇÃO DE CONSÓRCIOS INTERNACIONAIS

O país continua a ter um problema de atração de investimento externo, apesar de ter melhorado nos últimos anos. Mas o rácio Investimento/PIB é ainda muito baixo e o país tem um problema de reposição do seu *stock* de capital. Isto pode vir a mudar no futuro, tendo em conta dois fatores que são chave:

- **Portugal tem alguns recursos minerais estratégicos, como o lítio, o cobalto, o níquel, o nióbio, o tântalo e as terras raras**, que são cruciais para se fazer a transição energética, para o fabrico das novas baterias e também para a indústria eletrónica de alta precisão. A Europa é pobre nestes recursos e o continente tem todo o interesse em não ter uma dependência total do exterior nestes setores estratégicos.
- **O mar e em particular a Zona Económica Exclusiva (ZEE), com a extensão da plataforma continental**, oferece a Portugal uma oportunidade de ouro porque no arquipélago dos Açores existem a norte, nos fundos marinhos, crostas de níquel, cobalto e manganês (as crostas são as de mais fácil extração); o arquipélago tem a

sul uma das maiores manchas de sulfuretos polimetálicos do mundo e estes têm galena (donde se extrai chumbo), calcopirite (donde se extrai cobre) e esfalerite (donde se extrai zinco); e o arquipélago dos Açores é atravessado pela Fratura Dorsal Atlântica que permitiu a criação de uma série de campos hidrotermais onde existem ocorrências de ouro, cobre, prata, zinco e chumbo, mas que, neste caso, não devem ser extraídos. Estes campos hidrotermais têm associados recursos biológicos únicos, que vivem nas profundezas do oceano; sobrevivem a partir de uma espécie de quimiossíntese, porque a energia de que precisam resulta da síntese química dos sulfuretos de hidrogénio, que são letais para outras espécies. É um mistério biológico que interessa sobretudo às ciências da saúde e à indústria farmacêutica.

Em resumo: **o país tem recursos que com uma visão a médio e longo prazo podem transformar-se em fontes de criação de riqueza e valor**, ao mesmo tempo que com as novas tecnologias se deve assegurar um desenvolvimento sustentável destes projetos, no respeito escrupuloso pela preservação dos ecossistemas. Alguns destes recursos são de minerais estratégicos que interessam quer às indústrias tradicionais quer às novas indústrias. Não podemos ter uma civilização tecnológica avançada sem recursos minerais estratégicos, que são vitais para a indústria eletrónica de alta precisão, os computadores, telemóveis, todo o tipo de *gadgets* eletrónicos, e depois também as baterias e os materiais para a transição energética. Neste contexto o país deve desenvolver um projeto e uma visão para atrair investimento externo e construir consórcios internacionais para aproveitar estes recursos. Os países que estão interessados podem ser a Alemanha (que já concorreu no Pacífico à exploração de uma zona com sulfuretos polimetálicos), a França, os EUA e Canadá, para além do Japão e da Índia.

Mas é essencial nesta visão construir um modelo de participação que retire ilações do que a Noruega fez para o desenvolvimento da sua indústria de petróleo e gás, sendo hoje um dos países mais ricos e mais sustentáveis do mundo, nomeadamente o seguinte:

- **Atrair o investimento externo com base em consórcios internacionais**, mas nunca esquecendo de associar cláusulas específicas para a participação das empresas portugueses e Centros de Investigação e Universidades nacionais, garantindo o estabelecimento de contratos benéficos para as economias, instituições e cidadãos locais, e preservando o interesse da exploração de recursos no longo prazo, face ao valor futuro de determinados minerais. Será ainda importante incluir nas

considerações contratuais os três eixos centrais que assegurem a sustentabilidade económica, a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social das operações.

- **Definir o conteúdo local (*local content*)** destes projetos para termos uma plataforma que permita a criação de valor em Portugal.
- **Assegurar a endogeneização da tecnologia e do conhecimento** para permitir criar no país novos *clusters* industriais com as competências nacionais associadas.

Finalmente é preciso ter em atenção que num país como o nosso, todas estas iniciativas vão ser imediatamente confrontadas por perspetivas antagónicas. A defesa do ambiente é essencial e todas as políticas públicas devem prestar atenção à necessidade de assegurar a sustentabilidade ambiental e proteger os ecossistemas, não só em terra, mas também no mar.

E é por isso que, como se vai detalhar na parte final deste documento, onde se elencam os projetos concretos para cada um dos setores, é vital Portugal aderir ao Projeto Internacional Argo, que colige informação sobre o mar, com base em boias de sensores que descem até 2000 metros de profundidade em ciclos de 10 dias. Esta informação está a revolucionar a oceanografia e a climatologia e vai permitir mudar a nossa relação com o mar, fazendo intervenções com base na ciência e no conhecimento. E isso muda tudo, não só em termos da proteção dos ecossistemas, mas também da necessidade de lançarmos, em particular nos Açores e na Madeira, as bases de uma **grande Universidade do Atlântico**, em ligação com as outras Universidades portuguesas e Centros de Investigação, transformando os Açores e a Madeira numa plataforma tecnológica para o estudo do clima, do oceano, da terra e da meteorologia. Os Açores são uma das melhores localizações do mundo para este tipo de estudos e é fulcral ter um modelo integrado que contemple todas as vertentes: o oceano, o clima, a atmosfera, a previsão meteorológica, o mapeamento de recursos nacionais, a criação de *clusters* para o aproveitamento e desenvolvimento sustentável desses recursos.

3. PLANO PARA A RECUPERAÇÃO ECONÓMICA EM PORTUGAL

Na sequência de tudo o que antes foi referido vamos identificar alguns projetos concretos em cada setor essencial da atividade económica respondendo à questão: O QUE FAZER NO *DAY AFTER*?

FINALIDADE, VISÃO, MISSÃO E OBJETIVOS

FINALIDADE

Portugal como potência atlântica do *softpower* para a reinvenção do seu papel geopolítico e económico no Século XXI.

Num tempo de ameaças, e aproveitando o caminho que Portugal já vem percorrendo e os objetivos traçados, importa pensar na melhor maneira de revitalizar a economia e combater a pobreza. Há um consenso maioritário sobre a opção de uma economia verde que seja mais neutra em carbono, mais regeneradora de recursos, mais geradora de emprego e socialmente mais justa, de acordo com a seguinte Visão:

VISÃO

Recuperar a economia e proteger o emprego no curto prazo, e assegurar, no médio e longo prazo, a transformação da economia portuguesa tornando-a mais sustentável social, ambiental e economicamente, mais resiliente, mais inclusiva, mais eficiente na gestão dos recursos, mais digitalizada, mais inovadora, mais interconectada e capaz de competir à escala europeia e global, com base numa massa crítica equipada para fazer a diferença.

A Missão, que se pretende transversal a toda a ação pública e privada, é a seguinte:

MISSÃO

Criar condições para construir uma economia socialmente justa, digital, verde e competitiva, baseada num amplo consenso nacional, que possa contribuir para a criação de emprego e de bem-estar social, dando passos seguros para o desenvolvimento harmonioso do país, diminuindo as assimetrias económicas, sociais e do território.

As opções que se assumem são construídas a pensar em 9 objetivos estruturados da seguinte forma:

OBJETIVOS

1. Terminar a construção de uma rede estratégica de infraestruturas de transportes e mobilidade, ambientais e de energia, indispensáveis à sustentabilidade, competitividade e conetividade do território.
2. Reforçar a aposta nas qualificações da população portuguesa a todos os níveis, para superar este défice crónico, acelerar a Transição Digital e apostar nas infraestruturas digitais em todos os setores e na Administração Pública, incentivando novos modelos de trabalho e de produção que incorporem as tecnologias associadas à digitalização.
3. Reforçar o Serviço Nacional de Saúde (SNS), aumentando a sua capacidade de resposta e fazendo evoluir a sua organização para a diversificação e flexibilização de serviços de saúde e potenciando o *cluster* de saúde nacional de vantagens competitivas e de afirmação no mercado internacional.
4. Investir no Estado Social, contribuindo para a criação de riqueza e de emprego e para que as pessoas em situação de pobreza e exclusão social possam viver com dignidade e participar ativamente na sociedade.
5. Apostar na reindustrialização do país e desenhar fileiras estratégicas associadas às energias renováveis, ao hidrogénio verde, à bioeconomia sustentável, aos recursos minerais e ao mar, garantindo a descarbonização das atividades e assegurando uma transição justa.
6. Prosseguir com a reconversão industrial e preparar o tecido industrial para os desafios do futuro, garantindo a transição energética e a descarbonização, adotando modelos de uma economia circular e apostando também nas cadeias curtas e nos recursos endógenos.
7. Apostar mais do que nunca na eficiência energética, na incorporação crescente de energias de fontes renováveis e no apoio à produção renovável descentralizada, de forma a assegurar a transformação da matriz energética nacional, a criação de emprego intensivo e especializado e o combate à pobreza energética.
8. Promover a coesão do território por via de programas orientados para a preservação da biodiversidade, a valorização do capital natural e a transformação da paisagem, apostando numa floresta ordenada e resiliente e numa atividade agrícola adaptada ao território, preparada para enfrentar os efeitos das alterações climáticas e para cadeias curtas de distribuição e de consumo.
9. Desenvolver cidades mais verdes e promotoras de uma melhor vivência em comunidade, com apoio à habitação de longa duração, e aposta na mobilidade urbana elétrica e ativa, com a construção de ciclovias e desenvolvimento de novas soluções de logística urbana.

EIXOS ESTRATÉGICOS

1. Uma rede de infraestruturas indispensáveis
2. A qualificação da população, a aceleração da transição digital, as infraestruturas digitais, a ciência e tecnologia
3. O reforço do setor da saúde e a capitalização da resposta à crise
4. O Estado Social
5. A reindustrialização do país com os *clusters* dos recursos minerais estratégicos, energias renováveis, hidrogénio, bioeconomia sustentável e o *cluster* do mar
6. A reconversão industrial com a reorientação das cadeias logísticas e de abastecimento, a fabricação de máquinas e equipamentos e a economia circular
7. A transição energética e a eletrificação da economia
8. A coesão do território, com a inclusão do interior na economia nacional, a dinamização da agricultura e da floresta e a transformação da paisagem
9. Um novo paradigma para as cidades e a mobilidade sustentável
10. Cultura, Serviços, Turismo e Comércio

A matriz apresentada a seguir (figura 10) mostra as relações entre os objetivos e os eixos estratégicos para o desenvolvimento do Plano.

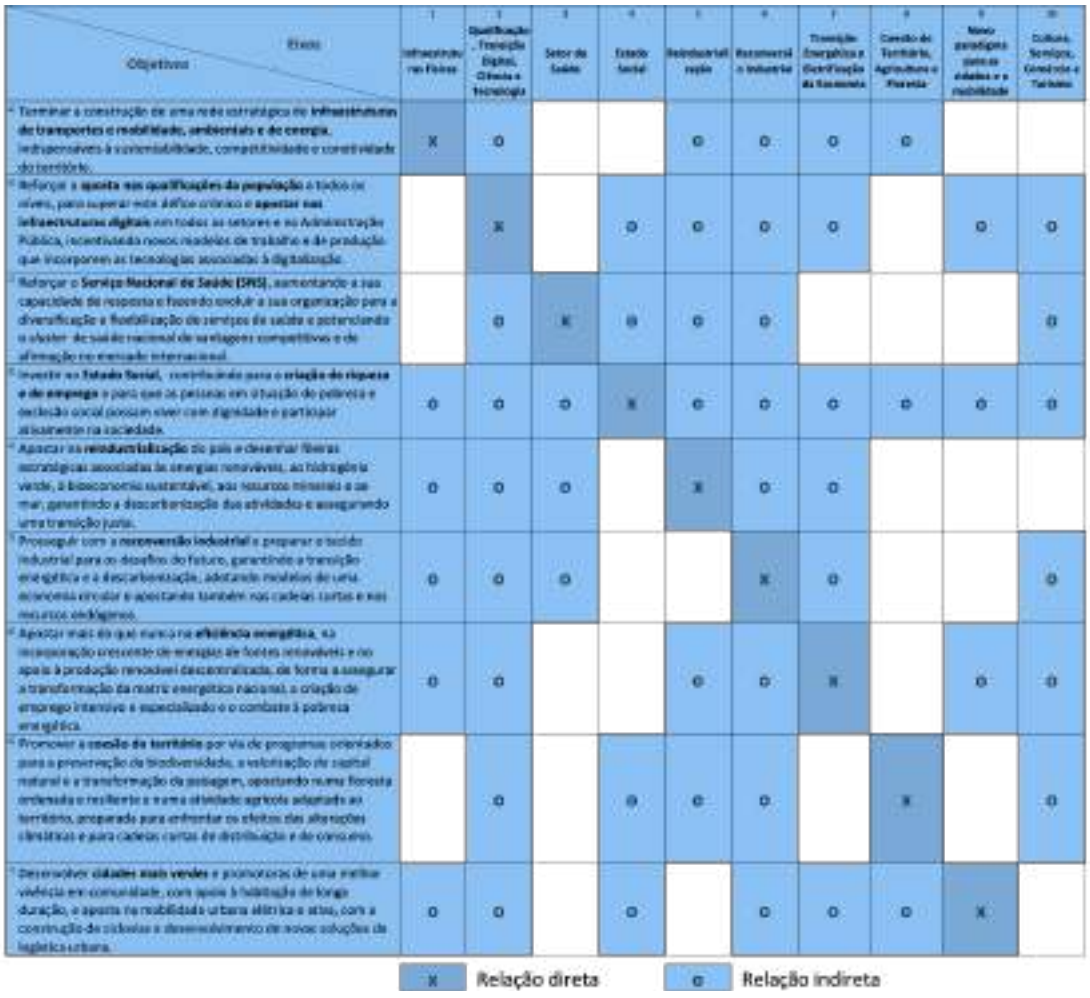

Figura 10

CONDIÇÕES DE BASE

a) Uma administração pública que responda aos novos desafios

b) Uma justiça eficiente e eficaz, ao serviço dos direitos e do desenvolvimento económico-social

c) Um correto aproveitamento dos recursos financeiros

d) Um território resiliente, que valorize o seu capital natural, ordenado numa estrutura polinucleada

e) Preservação da Segurança Interna e eficácia da Proteção Civil e dos Serviços de Emergência

EIXOS ESTRATÉGICOS: PROGRAMAS DE INVESTIMENTO

3.1.1. Uma Rede de Infraestruturas Indispensáveis

O Plano de Recuperação Económica é essencial para o país terminar a construção de algumas infraestruturas que são indispensáveis para ter sucesso no século XXI, um século que vai ser marcado pelo paradigma da conetividade. Como antes foi referido o país tem acumulado muitas polémicas sobre as infraestruturas. É agora o tempo de as fazer. Nesse sentido, e como antes se justificou, é essencial realizar as seguintes ações no âmbito do tema infraestruturas de transportes e mobilidade:

Rede de infraestruturas de transportes e mobilidade

Ferrovia

- Concretizar o Plano Ferroviário do país, concluindo os projetos em curso e modernizar a rede, porque uma rede ferroviária elétrica nacional é mais competitiva, mais limpa e está em sintonia com os esforços de descarbonização da economia. Destacam-se dois projetos em curso; a construção do eixo Sines-Madrid e a renovação da Linha da Beira Alta. Estes dois eixos são fundamentais para o tráfego de mercadorias para Espanha (alargando o *Hinterland* portuário ao mercado ibérico) e aumentando a quota de transporte internacional de mercadorias para o centro da Europa.
- Construir um eixo ferroviário de alta velocidade Porto-Lisboa para passageiros, começando com o troço Porto-Soure (onde existem mais constrangimentos de circulação). Esta ligação potenciará a afirmação das duas áreas metropolitanas do país e o seu funcionamento em rede (como dispõe o PNPOT.) Para além dos ganhos de conetividade e articulação, esta obra trará grandes ganhos ambientais por dispensar as ligações aéreas. Uma posterior ligação a Espanha pode favorecer todo o litoral português e facilitar o equilíbrio financeiro da exploração. A ligação Porto-Vigo, bem como outras "amarrações ibéricas", devem ser equacionadas no médio prazo.
- Ampliar a rede de ligações ferroviárias nacionais para o país ficar dotado de uma rede de transportes públicos e de mercadorias que seja competitiva e mais sustentável quando comparada com o transporte rodoviário.

Marítimo-portuário

- Investir nos portos de Sines e de Leixões para aumentar ainda mais a sua competitividade em termos de instalações e equipamentos para receber grandes navios; para isso, é necessária maior extensão de cais, mais áreas de manuseamento de cargas, e estruturação das plataformas logísticas por forma a aumentar o valor das cadeias logísticas que passam pelos portos.
- Consolidar um *hub* portuário nacional polivalente e que responda às exigências da procura nos segmentos da navegação comercial, turismo, transporte de longa e curta distância, pensando os portos para a integração das cadeias logísticas que servem, e completando-os com os investimentos necessários; a digitalização dos portos e o investimento na rede de comunicações móveis 5G é fundamental para aumentar a eficiência de todos os

processos, reduzir custos e aumentar a competitividade; transformar os portos em plataformas de promoção da economia azul e prepará-los para integrarem a matriz energética do futuro.

- Construir em Sines um terminal portuário de minérios para exportação dos recursos minerais estratégicos, em particular o lítio e, caso se decida desenvolver a Zona Económica Exclusiva (ZEE), o níquel, o cobalto, o manganês e os sulfuretos polimetálicos.
- Resolver o problema dos portos do Algarve, apostando em Portimão, tendo em conta as melhores acessibilidades, as infraestruturas existentes e a capacidade de expansão; transformar o porto de Portimão numa plataforma de ligação com o Norte de África, em especial Casablanca e Tanger; utilizar o porto de Faro para desenvolver o setor da náutica de recreio.
- Resolver os problemas estruturais do porto de Lisboa, criando condições para o estabelecimento de uma plataforma de negociação que conduza a um pacto entre as empresas e as entidades sindicais que salvaguarde o funcionamento de uma estrutura que é vital e cuja paralisação continuada leva a uma degradação que afasta os operadores internacionais.
- Desenvolver um plano para reconverter o Porto da Praia da Vitória, nos Açores, numa espécie de estação para fornecer gás natural liquefeito aos navios que cruzam o Atlântico, estabelecendo um polo de *bunkering* no centro do Atlântico.

Transportes públicos e mobilidade sustentável

- Alargar a rede de Metropolitano de Lisboa para zonas densamente povoadas da cidade e da sua periferia imediata, e introduzir novas formas de transporte em sítio próprio, garantindo ofertas de transporte público mais eficientes, atrativas e sustentáveis e promover.
- Reforçar a oferta e promover a expansão de sistemas de metro ligeiro na Área Metropolitana do Porto, em zonas onde a procura justifique esta tecnologia e construindo uma nova ponte para o metro a montante da ponte da Arrábida, complementado a oferta como novas formas de transporte em sítio próprio.
- Desenvolver sistemas de transportes coletivos em sítio próprio nas cidades de média dimensão (Braga, Guimarães, Aveiro, Coimbra, Leiria, Évora, Faro, entre outras), aumentando a oferta de transportes públicos de passageiros que conduza à redução da dependência de transporte individual nos acessos aos principais centros urbanos e à descarbonização.

Ligação Aérea

- Construir o Aeroporto para a grande Área Metropolitana de Lisboa, tendo em conta que as ligações aéreas são fundamentais na *performance* da economia portuguesa, e isso tem a ver não só com o turismo, que é um setor crucial da economia, mas também com muitas outras fileiras económicas.
- Assegurar que todo o país, em particular a região norte, onde há uma concentração elevada de empresas exportadoras, tenha uma cobertura adequada de ligações aéreas, que são essenciais para estimular a competitividade.

As infraestruturas que forem consideradas no âmbito do Plano de Recuperação Económica devem ser aquelas que permitam a Portugal ficar conectado globalmente e, para isso, os portos, as plataformas logísticas, a inserção nas redes comerciais e energéticas é crucial, bem como as ligações ferroviárias e rodoviárias.

No que concerne ao tráfego marítimo mundial, ele está a mudar; há um alargamento na cadeia logística de transporte; regista-se o crescimento de grandes *hubs* portuários em especial na Ásia; assistimos também à alteração das rotas marítimas com a concentração dos fluxos de tráfego. Estas tendências vão ser ajustadas no novo ciclo económico que se vai iniciar pós-pandemia, a hiperglobalização vai ser mais atenuada mas é conveniente não esquecer que mais de 90% do comércio no mundo se faz por mar. É previsível que haja uma redução, mas ainda assim o comércio mundial por mar vai continuar a ser decisivo e é importante o país reforçar a competitividade dos seus portos, em particular Sines e Leixões, reforçar as suas plataformas logísticas e aproveitar todas as potencialidades que possuem tendo em conta que em termos estratégicos as operações portuárias vão deslocar-se cada vez mais de águas interiores com fundos baixos, assoreamentos contínuos e reduzidos espaços para manobras, para o foco passar a ser nas águas profundas, próximas das margens oceânicas abertas onde não existam impedimentos e as operações são menos onerosas e mais seguras. **Os portos produzem riqueza, são uma alavanca para as exportações nacionais, geram valor**, e por isso o Plano de Recuperação Económica oferece uma oportunidade única para abrir novas janelas para o futuro.

Nesse sentido, é importante Portugal tirar partido do Projeto de Rede Transeuropeia de Transportes, aprovado em 2013, com o mecanismo "Interligar a Europa". No seu sistema de 9 eixos ou "corredores", que atravessam a Europa, a Rede Europeia tem carácter multimodal e começa e acaba em portos. Para Portugal é crucial articular a sua rede de transportes com a Rede Europeia explorando o corredor Atlântico que tem 4 alinhamentos, sendo que 3 têm origem em portos nacionais:

- Sines / Lisboa-Madrid-Valladolid;
- Lisboa-Aveiro-Leixões / Porto;
- Aveiro-Valladolid-Vitória-Begoña-Bilbau / Bordeaux-Paris.

Portugal pode também explorar o corredor mediterrânico da Rede Europeia de transportes que liga a Península Ibérica ao sudoeste da Europa, sul de França, norte de Itália e Europa central.

Esta Rede Transeuropeia liga entre si 82 Aeroportos, 90 Portos, 88 nós urbanos. O Plano de Recuperação Económica do país deve investir na ligação dos portos e aeroportos nacionais à Rede Transeuropeia pois isso aumenta a competitividade do país, abre novas portas ao incremento da exportação nacional e à valorização dos produtos nacionais e permite explorar a cadeia de valor.

No que respeita à otimização das infraestruturas de ambiente e energia, o Plano de Recuperação Económico deve privilegiar os seguintes investimentos:

Rede de infraestruturas de ambiente e energia

Ciclo Urbano da Água

- Reabilitar o stock de ativos no ciclo urbano da água, assegurando o prolongamento da vida útil dos ativos e o seu bom estado de funcionamento, de acordo com a adoção das melhores práticas.
- Investir no reforço e resiliência dos sistemas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de drenagem de águas pluviais, de modo a garantir a eficiência da prestação dos serviços e a melhoria ou manutenção da qualidade dos serviços prestados, a otimização da capacidade instalada e aumento da adesão ao serviço, a redução das perdas de água e o controlo das infiltrações e de afluências indevidas (atendendo ao seu elevado impacto no aumento da eficiência dos sistemas e ao imediato retorno económico dos investimentos nestas melhorias).
- Promover a transição para uma economia circular e de baixo carbono do setor da água, através do reaproveitamento dos recursos e subprodutos resultantes do ciclo urbano da água, assegurando a crescente utilização de águas residuais tratadas para fins não potáveis, especialmente em regiões com escassez de água e nos setores mais intensivos no uso (agricultura, municípios, hotelaria e turismo).
- Promover a eficiência da recolha e tratamento de águas residuais para melhorar a qualidade das massas de água, visando a redução da poluição urbana nas massas de água, quer através da remodelação, beneficiação e construção de sistemas de saneamento que possam apresentar mau funcionamento, quer da realização de intervenções nos sistemas em baixa ou das suas ligações aos sistemas em alta (com prioridade para zonas com elevada densidade populacional e com forte presença industrial que têm ainda níveis de acessibilidade física do serviço baixos quando comparados com os padrões de qualidade do serviço estabelecidos pelo regulador).
- Descarbonizar o setor da água, incluindo a vertente da adaptação às alterações climáticas e minimização do risco nos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Gestão de Recursos Hídricos

- Investir nos sistemas de gestão dos aquíferos nacionais, reforçar a rede de recolha e tratamento da informação, aumentar as competências na modelagem e simulação dos aquíferos, para melhorar todo o processo de tomada de decisão, otimizar o uso da água, minimizar o desperdício e assegurar a sustentabilidade.

- Proteger e valorizar os recursos hídricos, assegurando o desenvolvimento de uma solução para regularização dos caudais do rio Tejo por via de reforço de capacidade de armazenamento no rio Ocreza.

Gestão de Resíduos

- Aumentar a circularidade da economia, reduzindo resíduos e aumentando a reutilização, indo ao encontro das metas de prevenção, de reciclagem e de deposição em aterro, banindo o descartável (começando pelo plástico) e apostando na recolha e valorização multimaterial e de biorresíduos.

Redes de energia

- Investir na rede nacional de transporte de eletricidade, incluindo a concretização das interligações a Espanha, já previstas, como forma de dar robustez a um sistema de produção cada vez mais assente em fontes renováveis e assegurar a capacidade de exportação.
- Modernizar a rede de distribuição (média e baixa tensões), cujo desenvolvimento deverá acompanhar os novos desafios que se colocam ao setor energético, particularmente os da digitalização, da produção descentralizada e da mobilidade elétrica.
- Construir a rede de alta tensão que liga Ferreira do Alentejo ao Algarve e que é importante para a exportação de energia, em particular da energia solar.
- Construir um gasoduto para a exportação de gases renováveis a partir de Sines, e com destino ao centro da Europa.
- Reforçar as interligações energéticas da Península Ibérica com França, concretizando os compromissos já negociados e assegurando que este projeto seja um pilar do mercado energético europeu.
- Concretizar a interligação elétrica a Marrocos.

3.1.2. A Qualificação da População, a Aceleração da Transição Digital, as Infraestruturas Digitais, a Ciência e Tecnologia

Portugal tem um défice de qualificação da sua população, principalmente de um vasto segmento da população ativa, que é um dos problemas estruturais mais persistentes do país e que condiciona significativamente os níveis de produtividade e crescimento económico e a capacidade de inovação e adaptação à mudança. Neste sentido, é importante, no âmbito do Plano de Recuperação, reforçar o investimento na Estratégia Portugal 2030 e continuar a apostar na melhoria das qualificações da população portuguesa.

Este défice estrutural do país, que o mantém afastado dos padrões europeus, é uma das condicionantes para enfrentar os novos desafios do futuro, como a digitalização e a transformação da economia.

O Relatório 2020 do Semestre Europeu destaca, entre outros aspetos, os progressos do sistema de ensino português registados na última década, reconhecendo, no entanto, que há ainda problemas importantes a abordar. No percurso escolar dos jovens, persiste um elevado nível de reprovações e taxas ainda significativas de abandono escolar. Este relatório destaca ainda que a população portuguesa tem uma elevada percentagem de pessoas com baixos níveis de instrução, sendo que apenas metade tem como habilitação mínima o ensino secundário.

Os défices de qualificação escolar constituem um fator de desigualdade social e económica que tende a ser reproduzido através da desigualdade escolar que continua elevada. Esta desigualdade escolar pode ser enfrentada com base em programas de investimento de maior porte orientados para o apoio aos estudantes de famílias com maiores dificuldades económicas, para a requalificação e modernização da rede de escolas, bem como para o rejuvenescimento, formação e atualização do corpo docente.

Assim, em linha com a Estratégia Portugal 2030, importa continuar a apostar no reforço das qualificações e das competências dos recursos humanos nacionais, contribuindo para a sua empregabilidade. O país precisa de ter recursos humanos com as qualificações e competências necessárias ao desenvolvimento e transformação económica, ambiental e social que se pretende promover, destacando-se os seguintes eixos de intervenção:

- Combater o abandono e insucesso escolar;
- Recuperar o défice de escolarização dos adultos, em especial dos adultos jovens, e reforçar a qualificação e formação profissional;
- Alinhar a qualificação dos jovens com as novas especializações económicas, dando particular atenção às competências digitais, e à sua inserção profissional;
- Promover a formação contínua e a aprendizagem ao longo da vida, incluindo a reconversão de competências dos adultos menos qualificados, facilitando a sua inserção no mercado de trabalho;
- Criar condições para aumentar o número de jovens que frequentam, com sucesso, o ensino superior;
- Promover a formação avançada de recursos humanos em todas as áreas do conhecimento.

Será ainda fundamental garantir a requalificação dos trabalhadores dos setores e territórios que possam ser mais afetados pela transformação da economia e pela transição energética, de forma a não deixar ninguém para trás, aspetos que devem ser contemplados no Plano para a Transição Justa.

A transição digital é um dos instrumentos essenciais da estratégia de desenvolvimento do país, em linha com as orientações do Pacto Ecológico Europeu e com os investimentos da União Europeia no período de programação 2021-2027. O país tem feito um esforço para a adoção de tecnologias digitais nos processos produtivos e nos modelos organizacionais, mas é preciso fazer muito mais. O atraso no processo de transição digital em muitas empresas e organismos da Administração Pública tornou-se evidente com a crise da Covid-19 em domínios como os da desmaterialização dos processos, organização do teletrabalho ou competências de uso das tecnologias digitais, sobretudo em contextos novos e fora das atividades rotineiras. Acresce que, apesar das várias iniciativas para melhorar as habilitações e competências digitais, o défice de competências nesta área continua a constituir um obstáculo importante para Portugal.

As novas tecnologias digitais, como os sistemas de inteligência artificial, a tecnologia 5G, a computação em nuvem e de proximidade e a Internet das coisas, constituem-se, no seu conjunto, como um dos principais alicerces da transição energética da economia, em particular dos setores industriais estratégicos para Portugal e do seu tecido empresarial. Como tal, a transição digital deve ser assumida como catalisador da transformação

industrial em curso. Um elemento propulsor desta transformação é o **alargamento da fibra ótica para cobrir todo o país**, o que é muito importante para não termos um país a várias velocidades, ao mesmo tempo que reforça a coesão territorial e a integração do interior na economia nacional e global, promovendo plataformas digitais para vender produtos, bens e serviços *online*. O outro elemento propulsor, e estratégico para o futuro, é **a utilização da nova geração de tecnologias móveis, a rede 5G**, para alavancar a conectividade do país, inserindo-o nas redes globais, potenciando o *know-how* e experiencia existentes nas empresas tecnológicas portuguesas, construindo uma plataforma competitiva que providencie soluções para gerir as cidades inteligentes, para lançar e dinamizar a internet das coisas, para potenciar o *Big Data* e apara desenvolver o ecossistema de inovação pondo-o ao serviço da transformação da economia. A par disso, importa também criar condições favoráveis ao setor público para prestar melhor serviço e, consequentemente, uma melhor qualidade de vida ao cidadão. Para tanto, urge incentivar a adoção, por parte das empresas e do Estado de ferramentas e instrumentos mais modernos que contribuam para a criação de mais e melhor emprego, bem como incentivar a aposta em novos modelos de produção que incorporem as tecnologias associadas à digitalização.

O Plano de Recuperação Económica deve contemplar também um **grande projeto nacional para completar as infraestruturas tecnológicas e de gestão**, nomeadamente das escolas, universidades e centros tecnológicos e de investigação. As infraestruturas tecnológicas – centros tecnológicos e outros centros de *interface* – têm apoiado o crescimento da produtividade e da competitividade das empresas portuguesas, em particular das PME, que têm dificuldade em desenvolver projetos de I&D isoladamente. É muito importante dar toda a atenção à instituições e protagonistas capazes de executar os projetos de I&D, de os ligar às empresas e de potenciar as suas aplicações na economia.

A crise sanitária mostrou a flexibilidade e capacidade de organização e adaptação que o sistema tecnológico nacional tem, incluindo as Universidades, Centros de Investigação e algumas empresas, para responder ao desafio. É importante o país reforçar e consolidar todas as infraestruturas tecnológicas e digitais, aumentar o poder das redes, e reforçar as tecnologias de informação e comunicação e as competências de gestão.

A crise sanitária mostrou ainda a capacidade de resposta do sistema científico português e o valor da aposta feita ao longo dos anos. Os centros tecnológicos nas áreas das

ciências da saúde, da investigação médica e biológica, mas também nas áreas da Engenharia e Tecnologia, das Ciências e das Tecnologias Digitais Aplicadas, revelaram uma resposta marcante. É crucial o Plano de Recuperação continuar a apostar no reforço das Instituições de Ensino Superior e do Sistema Científico português, consolidando a sua capacidade de resposta a problemas novos, identificando e desenvolvendo as competências para o futuro, continuando o investimento na capacidade para a produção e difusão do conhecimento, no reforço da formação de investigadores e em mecanismos de estímulo ao trabalho colaborativo e multidisciplinar. Áreas importantes como a Ciência de Dados, Estatística, Ciências da Computação e da Programação, bem como todos as competências nas áreas das Engenharias, que são cruciais para o futuro, devem ser estimuladas.

Face a tudo isto e também a algumas fragilidades que o sistema de ensino e de investigação nacional ainda tem, é importante o Plano de Recuperação Económica considerar os seguintes investimentos:

Programa de qualificação de adultos
Reforço dos programas de qualificação de adultos visando generalizar o nível secundário, nas dimensões escolar e profissional e alargar a formação profissional pós-secundária, promovendo a articulação entre escolas, instituições do ensino superior, centros de formação profissional, empresas e administração pública central e local.

Programa de apoio social a estudantes em todos os graus de ensino
Aumentar o investimento nos programas de ação social para os ensinos básico, secundário e superior, para estimular e assegurar o acesso ao ensino das crianças e jovens de famílias mais carenciadas, e contrariar a tendência para o abandono e diminuição de estudantes que se revela em cada crise económica e social.

Programa de requalificação e modernização das redes de escolas e de centros de formação profissional
Investir na requalificação e modernização da rede de escolas e de centros de formação profissional, com vários objetivos. Em primeiro lugar, corrigindo localizações segregadas que comprometem o futuro dos jovens que as frequentam. Em segundo lugar, melhorando as condições de trabalho e estudo nos edifícios onde tal for necessário e ampliando o leque de valências disponibilizadas. Finalmente, modernizando as infraestruturas tecnológicas de educação e formação, sempre que obsoletas. A gestão de todo este investimento deveria contar com a participação ativa das autarquias e das empresas.

Programa de rejuvenescimento do corpo docente e de formação de professores

Investir num programa de reformas antecipadas negociadas com os professores mais idosos e alargar o recrutamento de novos professores jovens. O programa deveria ser de adesão voluntária e os modos de acesso à carreira pelos novos docentes deveriam ser revistos.
Reformar e financiar o sistema de formação de professores em todos os domínios: na formação de base, na formação em exercício e na formação contínua. O programa deveria ser desenvolvido em negociação com as instituições do ensino superior implicadas na formação de professores, num tempo curto, para poder ter efeitos no processo de rejuvenescimento do corpo docente, assegurando que esse rejuvenescimento seria também um momento de requalificação da profissão.

A Transição Digital

Extensão da fibra ótica a todo o país

O alargamento da fibra ótica para cobrir todo o país é um fator crucial para a transição digital e ecológica, para o aumento da competitividade do tecido empresarial, para a coesão territorial e para o ecossistema da inovação e investigação. Este é um projeto estruturante para o futuro de Portugal. É também urgente o reforço das linhas de comunicação submarinas de alto débito entre o Continente, os Açores e a Madeira, posicionando o país para assegurar o fornecimento e cobertura da rede 5G para a área do Atlântico.

Um plano de investimento para a literacia digital no sistema educativo

A integração transversal das tecnologias nas diferentes áreas curriculares dos ensinos básico, secundário, superior, e de formação profissional, visando a melhoria contínua da qualidade das aprendizagens e a inovação e desenvolvimento do sistema educativo, dotando os cidadãos das competências digitais necessárias à sua plena realização pessoal e profissional, bem como a igualdade de oportunidades no acesso a equipamentos e recursos educativos digitais de qualidade e o investimento nas competências digitais dos docentes, e formadores. Devem ainda dotar-se estas instituições de recursos informáticos, reforçando as ligações à rede tanto para alunos como para professores e dotando o sistema escolar de uma infraestrutura digital adequada. O apetrechamento tecnológico das escolas e das famílias (equipamentos, ligações e conteúdos) e a capacitação de professores e formadores são decisivos para o futuro. O programa de requalificação de recursos humanos em tecnologias digitais deve ser alargado a todos os setores e envolver todos os níveis de ensino.

Um plano de investimento na Administração Pública

Um plano de investimento na Administração Pública com o objetivo de acelerar o processo de transição digital, permitindo a todos os organismos públicos o reforço das suas competências no uso das tecnologias digitais e na flexibilização e simplificação dos processos de trabalho. O papel dos organismos públicos e da Administração Pública é essencial para a implementação do Plano de Recuperação Económica e a simplificação e eficiência dos processos. A digitalização da Administração Pública pode ter um impacto forte na implementação de todas as medidas. Promover a modernização dos sistemas informáticos da Administração Pública (*hardware* e *software*), integrando todas as plataformas, em termos da sua interoperabilidade e portabilidade, no sentido de aumentar a eficácia e rapidez de todas as intervenções, designadamente através da criação de uma *Loja de Cidadão Virtual*. Reforçar o programa de qualificação da Administração Pública (incluindo a restruturação e reativação do INA), ligado ao rejuvenescimento dos seus quadros e à capacidade de atrair jovens talentos, para a

aceleração do processo de digitalização, integrando as tecnologias da Inteligência Artificial, Ciência dos Dados e Máquinas que aprendem, para processar a informação e melhorar a gestão dos processos, a compreensão das realidades complexas e suportar a tomada de decisão. Tudo isto deve ser feito no contexto da implementação de um sistema de planeamento estratégico e de prospetiva, que tenha também em conta a necessidade de antecipar e gerir os riscos. O processo de digitalização deve incluir também a gestão do património do Estado e a rede diplomática e consular portuguesa no mundo.

Um plano de investimento no tecido empresarial

- Um plano de investimento direcionado para as empresas com o objetivo de recuperar o atraso existente em alguns setores em relação ao processo de transição digital, permitindo o seu acesso a meios tecnológicos digitais que promovam a modernização dos processos de trabalho e de produção, desmaterializem os *workflows*, cubram os défices de competência no uso de tecnologias digitais e adaptem as empresas à organização do teletrabalho e à flexibilização das suas cadeias de funcionamento. A capacidade de as empresas nacionais digitalizarem os seus processos e produtos pode ter uma importância maior não só na resposta à crise, mas também na competitividade futura da economia. O aumento das competências digitais e a qualificação dos recursos humanos das empresas, combinado com o Plano Nacional de Literacia de Adultos, é crucial porque trabalhadores com mais competências significa empresas mais competitivas e emprego mais qualificado.
- Um plano de investimento para acelerar a transição digital das empresas apoiando a concretização da Indústria 4.0 e facilitando o acesso aos meios digitais e a aquisição de equipamentos e de competências para a digitalização dos processos de trabalho e dos produtos, permitindo às PME ultrapassarem os défices de competência no uso de tecnologias digitais. Este plano pode ter um impacto grande na melhoria de competitividade do tecido empresarial português.

Uma aposta na ciência e tecnologia

Um plano de investimento nas Universidades, Politécnicos, Centros de Investigação e Centros Tecnológicos

Para cobrir fragilidades que ainda existem na capacidade do sistema científico em termos de disponibilidade de meios tecnológicos e do acesso ao uso das tecnologias de informação e comunicação e reforçar o apoio à formação de investigadores. Todas as iniciativas em curso, como a Iniciativa Nacional de Competências Digitais, a Rede de Escolas Superiores de Sistemas Digitais, os Centros Colaborativos de Formação, a Rede de Escolas de Pós-Graduação de âmbito empresarial, devem ser reforçadas e potenciadas com um novo ciclo de investimento e desenvolvimento.

Programa de capacitação dos centros tecnológicos e de investigação aplicada

Financiamento de equipamentos tecnológicos, instalações, estruturas de mediação empresarial, envolvendo investimento e recursos altamente qualificados e visando a difusão tecnológica, a valorização acelerada de conhecimento, a vigilância tecnológica e de mercado, a preponderância da I&D colaborativa de aplicação industrial, de melhoria da produtividade e da organização industrial. Revisão do enquadramento legislativo associado e centralização no IAPMEI do seu acompanhamento. As iniciativas em curso, como o Roteiro de Infraestruturas Científicas 2020, a Rede de Laboratórios Associados, com o reforço das carreiras científicas, a

Rede de Laboratórios Colaborativos, com reforço do emprego científico, o Projeto Investigar+, com o apoio a novos projetos de I&D e o Projeto PERIN (*Portugal in Europe Research and Innovation*) bem como as parcerias GoPortugal, com o MIT, Carnegie Mellon e Universidade de Austin, devem ser revisitados para incrementar a sua atividade, tendo em conta o impacto muito positivo no sistema universitário e científico português. É imperioso incrementar a ligação de todo este sistema com o tecido empresarial, para se materializarem projetos de alto valor acrescentado em áreas tecnológicas promissoras e que vão formatar o futuro. O projeto para a Rede Ibérica de Computação Avançada e Supercomputação Verde é também muito importante para o país, tendo em conta o seu pioneirismo na ligação da supercomputação à sustentabilidade energética, com a aposta nas energias renováveis. O papel do Centro de Computação Avançada da Universidade do Minho deve ser reforçado, porque é um elemento crucial para a sustentabilidade deste projeto.

O espaço e o desenvolvimento das tecnologias que lhe estão associadas, incluindo as telecomunicações, sistemas cibernéticos, realidade aumentada, observação da Terra, sistemas de navegação e tecnologia de lançamento de satélites, pode proporcionar a Portugal um desígnio para alavancar competências e posicionar o país em nichos do mercado científico global. O programa Internacional de lançamento de satélites nos Açores e o ecossistema criado pode impulsionar a produção e utilização de dados baseados em plataformas tecnológicas específicas, dedicadas à observação da Terra.

Programa Portugal como Centro Europeu de Engenharia

É vital Portugal reforçar o seu papel como Centro Europeu de Engenharia, tendo em conta que a revolução tecnológica em curso e a reindustrialização do país necessitam de mão de obra qualificada e em particular de engenheiros, não só de *software* ou eletrotecnia, mas engenheiros mecânicos, civis, químicos, mineiros, físicos tecnológicos, aeroespaciais e outros. Esta componente é vital para a transformação da economia e recomenda-se fortemente a criação de kits pedagógicos ilustrativos das profissões mais necessárias para atrair estudantes do ensino secundário.

3.1.3.O Setor da Saúde e o Futuro

O setor da saúde é um importante polo de desenvolvimento do país, tem uma importância central na economia nacional, emprega cerca de 300 000 profissionais, gera cerca de 30 mil milhões de euros de volume anual de negócios e participa também nas exportações. O sistema de saúde em Portugal tem evoluído rapidamente, a sua produção científica tem crescido, tem já uma parcela importante de investimento em Investigação e Desenvolvimento, representando quase 11% do total do investimento empresarial em I&D do país. O setor da saúde tem um enorme desafio pela frente, estará na primeira linha a lidar com o envelhecimento da população. O aumento da esperança de vida, a diminuição da natalidade e o envelhecimento estão a anular os padrões de mobilidade e mortalidade da população e a gerar um número maior de doenças crónicas. Portugal é o quinto país mais envelhecido do mundo e esta alteração demográfica coloca ao sistema de saúde desafios de uma dimensão nova, exigindo respostas ao nível da investigação, de novos

produtos e de novos serviços. A visão para o futuro da saúde passa por uma abordagem multidimensional, com uma aposta no SNS, nos recursos humanos, nos hospitais e equipamentos, nos centros de saúde e na preparação do SNS para novas situações de emergência.

É também necessário investir na investigação e desenvolvimento, apoiar as empresas da área da saúde, em particular as das biotecnologias. O reforço e consolidação do sistema existente deve ser combinado com um maior estímulo ao desenvolvimento das indústrias de saúde e toda a fileira das biotecnologias da saúde, que vão ser essenciais para responder a novos desafios. A pandemia mostrou o papel do conhecimento científico na resposta à crise sanitária. As biotecnologias permitem identificar os agentes patogénicos e aumentar a capacidade de diagnóstico.

A competitividade económica e a estabilidade social de Portugal passarão sempre por um investimento sustentado nas ciências da vida e na capacidade produtiva para abastecer este setor crucial para o futuro, que já hoje representa 9% do PIB nacional e é responsável por 1,5 mil milhões de euros de exportação de produtos de elevado valor acrescentado por ano.

No âmbito do Plano de Recuperação Económica é essencial contemplar para o setor da saúde os seguintes investimentos:

O Reforço do investimento no Setor da Saúde

Um plano de investimento para reforçar o Serviço Nacional de Saúde

Um plano de investimento para reforçar o sistema de saúde nacional em particular o SNS não só em termos de equipamentos, mas também de recursos humanos, aumentando a sua capacidade de resposta e fazendo evoluir a sua organização para ser mais flexível e mais rápido mantendo e consolidando a sua qualidade e sustentabilidade. A conclusão da rede do SNS com o novo Hospital de Lisboa Oriental, o novo Hospital do Seixal, o novo Hospital de Évora, o novo Hospital do Algarve, a requalificação do parque e da tecnologia hospitalar e a ampliação da Rede Nacional de Cuidados Continuados para a dimensão já prevista, é essencial para o futuro. O país deve resolver um dos problemas essenciais do SNS, que é a excessiva ida às urgências, o que cria constrangimentos em todo o sistema. Por isso é vital dotar os Centros de Saúde de meios de diagnóstico em termos de radiologia e de colheita de análises, porque isso remove um dos principais entraves ao funcionamento eficaz do SNS.

Programa Nacional de Investimento na Prevenção da Doença

O foco das políticas de saúde deve aliar o tratamento da doença com a sua prevenção. As doenças mais frequentes nas sociedades modernas, como a diabetes, a hipertensão, doenças respiratórias, cardiovasculares e cancro devem ser prevenidas através da mudança de comportamentos relacionada com a alimentação e estilo de vida. Isto deve ser feito com o desenvolvimento de uma cultura nutricional e de atividade física, que deve ser pilotado pela rede de Centros de Saúde, e que comece nas escolas e se propague ao conjunto da sociedade.

Deve ser estabelecido um código nutricional que seja refletido na venda de todos os produtos alimentares, promovendo os mais saudáveis, como os que não usam pesticidas nocivos e cancerígenos. Toda esta política conduzirá a um funcionamento mais equilibrado do Serviço Nacional de Saúde e à redução do uso excessivo de medicamentos, que tem efeitos secundários graves.

Um plano de investimento para a investigação na área das Ciências de Saúde

Um plano de investimento direcionado para os centros de investigação e para as empresas que trabalham na área das ciências de saúde para potenciar as ideias e ganhos que resultaram da resposta à crise, nomeadamente em termos da fabricação de equipamentos essenciais em território nacional e do uso da impressão 3D para dotar o *cluster* de saúde nacional de vantagens competitivas para poder afirmar-se no mercado internacional. No entanto, hoje, os problemas de saúde não se resolvem apenas com as áreas da medicina e biologia. É por isso importante envolver todas as disciplinas e áreas científicas, para estudar e produzir conhecimento sobre saúde, numa perspetiva multidisciplinar e transversal.

Programa de investimento para as biotecnologias da saúde

Para apoiar e estimular as empresas inovadoras, capazes de criar e produzir soluções em termos de produtos e serviços. O país tem condições para criar um tecido económico robusto na área das ciências da saúde, com a ampliação do *cluster* das biotecnologias. Para isso, além do investimento em I&D e em projetos de longo prazo é essencial o país rever o enquadramento legal que está desajustado e levanta barreiras à inovação. A revisão da certificação de novos produtos é também essencial.

Programa de investimento para transformar Portugal numa "fábrica da Europa"

Com base numa política transversal capaz de transformar o país num *Hub* Internacional em Ciências da Saúde, produzir medicamentos inovadores e dispositivos médicos inovadores, aumentar o número de patentes, reforçando o investimento em investigadores e na formação de novos quadros, atraindo para o país consórcios internacionais para o desenvolvimento clínico de novas soluções.

Este conceito de "fábrica da Europa" deve levar o país a organizar, de forma articulada, a investigação de base, a transferência de tecnologia, a investigação aplicada e condições para desenvolver e consolidar empresas de alta tecnologia. Tudo isto passa pela adequação dos instrumentos de financiamento das agências nacionais e da UE à realidade das ciências da saúde, e passa também pela revisão do enquadramento legal, de molde a remover barreiras de entrada e estimular a inovação. O enquadramento regulamentar foi desenhado para a indústria farmacêutica tradicional e deve adequar-se às novas áreas, como o *software* médico e dispositivos médicos, como é o caso dos ventiladores.

Programa de consolidação da fileira de *safety* e meios de proteção individual

A resposta extraordinária que as empresas e o sistema científico português deu à crise sanitária levou à criação de uma fileira de produtos nacionais em termos de equipamentos de proteção. Os meios de proteção individual vão continuar a ser procurados, mesmo depois dos efeitos da pandemia terminarem. É importante o país rever o sistema de certificação deste tipo de equipamentos médicos para que as empresas e os centros tecnológicos que os criaram sejam capazes de os exportar e consolidar uma nova fileira exportadora do país. Mas mais importante

do que isso é o país explorar a capacidade de utilizar as valências que existem na metalomecânica ligeira e na indústria de moldes para, com base na impressão 3D e nas tecnologias digitais, criar produtos inovadores para os profissionais de saúde, da proteção marinha e da proteção civil. O país continua a importar muitos equipamentos ligados ao *safety* e o alinhamento entre as empresas e o mercado pode desenvolver uma fileira de produtos complexos com alto valor acrescentado, incorporando a realidade aumentada, a inteligência artificial e o tratamento de dados.

Plano de investimento para a infraestrutura nacional de terapia oncológica com protões

Este projeto implica a reconversão do Centro Nuclear de Sacavém e a criação de um polo de terapia oncológica com protões, baseado em Loures, mas cooperando estreitamente com Coimbra e Porto, e que deve ser integrado na rede de IPO's de Lisboa, Porto e Coimbra. Este polo de medicina nuclear oncológica abre portas para o país reforçar as suas valências nesta área.

3.1.4. Estado Social

A pandemia provocada pela COVID 19 evidenciou a importância de políticas sociais eficazes, articuladas e com os recursos necessários para enfrentar crises de origem diversa. É por isso necessário identificar as vulnerabilidades e reforçar as estruturas existentes, criando condições para melhorar o combate às desigualdades e à pobreza. Tratar a pobreza e promover a inclusão social é um fator crucial para a recuperação económica. Existe hoje, mais do que nunca, a necessidade de repensar todo o sistema de proteção social e a sua configuração, porque a pandemia mostrou falhas no acesso aos serviços da população mais pobre, que está fora da economia formal. Há uma interação forte entre a pobreza e a exclusão social e a menor capacidade de crescimento da economia e por isso o combate deve ser feito articulando as duas vertentes.

O desenvolvimento do Estado Social, traço civilizacional distintivo do espaço europeu, é condição indispensável de redução das desigualdades sociais nas sociedades modernas e de eliminação da pobreza. Mais especificamente, em processos de desenvolvimento económico acelerado é a atuação do Estado Social que permite compensar os efeitos inigualitários dos processos de destruição criativa que acompanham, com frequência, transições mais rápidas e profundas. Neste Plano de Recuperação, os investimentos no Estado social estão distribuídos pelo presente capítulo bem como pelos capítulos sobre as qualificações, destacado porque o défice de qualificações continua a ser um dos

obstáculos ao desenvolvimento do país, e no capítulo sobre o setor da saúde, autonomizado no quadro de maior centralidade que este adquiriu no contexto da crise atual.

As maiores disponibilidades de investimento permitidas pelo financiamento europeu do programa de recuperação económica colocam duas questões novas. Em primeiro lugar, a possibilidade de concretizar hoje investimentos sociais já previstos, mas necessariamente programados com precaução no quadro financeiro anterior. Em segundo lugar, a necessidade de enfrentar, desde o início, problemas sociais que podem ser agravados pelo próprio sucesso do programa de recuperação.

De entre os programas de investimento social que não são novidade, mas que passaram a ser possíveis com escala ampliada no novo quadro financeiro deve destacar-se, à cabeça, **o provimento público de habitação**, seja por construção, de raiz, de habitação social, mas não de bairros sociais, seja por recuperação de parte do parque habitacional devoluto e sua redistribuição. A vulnerabilidade diferencial ao contágio na presente pandemia veio demonstrar, uma vez mais, a necessidade de suprir com urgência as debilidades no acesso à habitação, hoje um importante fator de desigualdade social e segregação territorial. A execução de um programa de habitação social pode resolver um problema que é crónico no país e que a crise veio acentuar.

Ainda no domínio da concretização mais alargada de investimentos sociais já previstos, deveria também ter prioridade a **ampliação e qualificação da rede de cuidados para a população mais idosa**. Também neste caso os programas deveriam ser concebidos e executados como políticas de proximidade e de cooperação com o setor social. O investimento na rede permitirá a sua ampliação rápida, mas não garantirá a sua sustentabilidade futura, a qual requer a criação de um novo modelo contributivo a estudar com base na experiência internacional já disponível. A crise pandémica tornou mais visível os problemas que o setor de cuidados a idosos enfrenta e isso exige que, neste novo ciclo, o Estado tenha uma visão mais integrada em relação a este setor e procure não só a construção de respostas mas também a supervisão e monitorização dessas respostas.

Os problemas que poderão ser agravados pelo sucesso do próprio programa de recuperação incidem, nomeadamente, nos domínios do emprego e da sustentabilidade da segurança social. Recuperar a economia modernizando-a profundamente, mobilizando os mais recentes avanços tecnológicos e qualificando os postos de trabalho,

contribuirá para aumentar o desemprego estrutural entre uma população com idade e formação de base dificilmente passíveis de requalificação. **Apoiar a manutenção de alguns postos de trabalho menos qualificados em atividades com procura social** para não deixar para trás este setor da população ativa, **bem como a criação de emprego social** em áreas como o cuidado ou a limpeza de florestas, para dar apenas dois exemplos, seriam programas que contribuiriam para desagravar aquele tipo de desemprego.

Finalmente, a modernização da economia, aumentando a componente intensiva em capital, pesará sobre o **financiamento da segurança social**, hoje indexada às remunerações do trabalho seja na componente paga pelos trabalhadores seja na que é paga pelas empresas. Esta segunda componente poderia passar a ser indexada ao rendimento das empresas, medido pelo valor acrescentado, embora inicialmente em termos complementares do atual modelo de financiamento, evoluindo gradualmente em resultado da monitorização dos resultados da reforma. Neste domínio, mais do que investimento, será eventualmente necessário um ajustamento gradualista das regras em vigor que calibre melhor a compatibilização entre os incentivos à criação de emprego e à inovação tecnológica e organizacional, em permanente concertação com os parceiros sociais. Aliás, nos domínios do emprego e da segurança social, em geral, a valorização do diálogo social permitirá contrariar os riscos de polarização, individualização e fragmentação das relações de trabalho que afetam a coesão social necessária à sustentação do próprio regime democrático.

É imperioso colocar as pessoas no centro do Plano de Recuperação, o que significa reduzir as desigualdades e erradicar a pobreza, apoiando sobretudo os setores mais vulneráveis e carenciados da população, os idosos e os desempregados, e valorizando a qualidade do emprego, promovendo nomeadamente a redução das formas precárias do seu exercício **Os incentivos à qualidade do emprego deverão ser a regra em novos investimentos e projetos de interesse estratégico**. . As pessoas são a base do sistema democrático e a ação para preservar a sua dignidade é elemento indissociável do contrato social que rege os estados democráticos avançados. Estes princípios gerais deverão ter uma concretização especial no plano de resposta ao desemprego gerado pela crise atual que ameaça prolongar-se por vários anos.

Os programas de reforço do Estado Social a concretizar no âmbito do Plano de Recuperação devem suprir carências existentes no passado recente de difícil resolução num quadro financeiro mais restritivo, bem como para contrariar eventuais efeitos

perversos do processo de desenvolvimento económico que se pretende intensificar e aprofundar. Inclui programas nos domínios da habitação, emprego e apoio social.

Neste contexto, o Plano de Recuperação Económica deve dar toda a ênfase aos seguintes programas de investimento:

Programa de recuperação do edificado devoluto para habitação social e para arrendamento a preços acessíveis
Deverão ser lançadas, em articulação com as autarquias, medidas de estímulo à requalificação e reabilitação de habitações devolutas para serem atribuídas a famílias e pessoas carenciadas. Paralelamente, deve ser promovido um programa de gestão do património imobiliário do estado, para identificação dos imóveis passíveis de serem reabilitados e orientados para o arrendamento social. Para contrariar o estigma e "guetização" que caracteriza os chamados bairros sociais, cuja situação de pobreza e exclusão ficou bem patente no contexto da presente pandemia, estes programas devem privilegiar a criação de habitação social inserida nos meios residenciais existentes. Simultaneamente, é crucial reforçar os programas de arrendamento a preços acessíveis para a classe média, em particular para os jovens, tendo em conta a necessidade de estabilizar as suas condições de vida e de inserção no desenvolvimento económico e social do país.

Programa de construção de habitação social
Reforçar os programas existentes de construção de habitação social, com a participação das autarquias, inserida em meios residenciais existentes e não em territórios segregados em termos sociais e étnicos, sempre que não for possível a provisão de habitação pública por via da recuperação de património devoluto.

Programa de ampliação e requalificação da rede de cuidados a idosos
Investir na construção de uma rede de cuidados da população idosa, em colaboração com as autarquias e o setor social, bem como na identificação, requalificação e legalização condicionada dos estabelecimentos da rede existente, sempre que tal seja necessário e possível. A nova rede deverá responder à procura com critérios sociais, tornados viáveis, a prazo, por novos sistemas contributivos a instituir.

Programas de apoio à manutenção de postos de trabalho e de criação de emprego social
Garantir que setores menos qualificados da população ativa cujo emprego esteja ameaçado pela modernização da economia possam ver os seus postos viabilizados durante um período de transição, por via de apoios públicos à manutenção de serviços em processo de automatização, por exemplo, em funções de atendimento. Reforçar programas de emprego social que sejam capazes de quebrar ciclos de pobreza e de exclusão económica e social que a atribuição de subsídios não garante. Deverá ser promovida a manutenção e criação de postos de trabalho mesmo que sem grande valor económico, mas de elevado valor social, que permitam a inclusão profissional e social de trabalhadores menos qualificados, de todas as idades. Estes postos de trabalho devem ser criados pelo Estado, central e local, mantendo-se os atuais sistemas de incentivos às empresas que se disponibilizarem para participar no programa.

Programa de apoio ao emprego no pós-pandemia
Criar um modelo transitório de incentivo ao emprego duradouro que cruze recursos de política ativa, isenções para-fiscais e incentivos fiscais para contrariar a persistência de níveis de desemprego elevado no pós-pandemia. Associar estas medidas transitórias de manutenção de emprego a programas de formação e qualificação de modo a promover não apenas a manutenção dos níveis de emprego, mas a requalificação das pessoas e a reconversão das empresas.

3.1.5. A Reindustrialização do País – Uma Indústria Competitiva e de Futuro

A reindustrialização do país passa por um programa capaz de criar condições económicas favoráveis à emergência e consolidação de empresas competitivas à escala global, utilizando as tecnologias digitais, a Inteligência Artificial, a Impressão 3D, o *Big Data*, as máquinas que aprendem, a robótica avançada, as nanotecnologias, o poder dos sensores, para desenhar e criar produtos com alto valor acrescentado e competitivos. **A reindustrialização do país deve assentar em empresas que funcionam como unidades produtivas digitalmente integradas, que casam o mundo físico e digital, para crescer nos mercados europeus e globais**. O país tem hoje um sistema científico equipado, Centros Tecnológicos e de Investigação de primeiro plano, investigadores reconhecidos e empresas de ponta em muitas áreas-chave. O que falta é um programa de investimento direcionado para o apoio à I&D e à transferência da investigação para produtos competitivos, consolidando um *cluster* num setor pujante da economia. É evidente que é preciso continuar a apostar na educação e formação de investigadores, para alimentar o crescimento deste setor, mas trata-se agora de aproveitar esta janela de oportunidade para dar um salto industrial que pode ser um elemento transformador da economia portuguesa.

Este programa de reindustrialização pode cobrir todos os setores da economia, em particular da indústria transformadora, dos moldes e injeção de plásticos, à química, metalomecânica, têxteis e calçado, à indústria automóvel e aeronáutica, até à ciência dos novos materiais e produtos compósitos. Pode atuar na mobilidade elétrica para fornecer componentes para veículos, sistemas de carregamento e *software*. Pode atuar no setor energético, para alavancar o potencial do país, dinamizando o solar e a biomassa, e apostando no desenvolvimento do *software* para as redes elétricas inteligentes e para a Internet das Coisas. Pode ainda intervir no setor da construção naval, na reparação de navios e no seu desmantelamento. Pode ser crucial para a indústria do tratamento de resíduos com a invenção de soluções tecnológicas para a reciclagem de sucatas e o processamento de resíduos. Pode exponenciar a indústria de serviços, articulando-a com a engenharia, o *design* e o *software* para gerir produtos complexos.

A história mostra que a aposta nos recursos endógenos e na economia produtiva é crucial para o sucesso dos países e Portugal tem recursos que são essenciais para a transição energética e para a evolução futura das sociedades.

Sejamos claros: as visões liberais extremistas que prevaleceram no passado conduziram o país à perda de grande parte da sua indústria e a um certo culto de desprezo pelos recursos nacionais. Há décadas atrás Portugal pescava a maior parte do peixe que consumia; hoje importa mais de 70%. Tinha uma indústria de construção naval e metalomecânica que era referência no mundo, Há décadas atrás o país produzia riqueza a partir do mar; hoje a Bélgica, que tem 100 quilómetros de costa, produz três vezes mais riqueza do mar que Portugal, e a Dinamarca, com metade da população, produz 6 vezes mais riqueza. Temos de recuperar o tempo perdido e isso é possível.

Na energia de fonte renovável, Portugal conta com um percurso notável, dispondo de potencial para alcançar a total descarbonização do Sistema Elétrico Nacional e fundamental para o posicionamento de Portugal na produção de hidrogénio verde. Adicionalmente, possui um forte setor primário na fileira florestal, agroalimentar, pesca e aquicultura (incluindo algas e microalgas) e *know how* científico suficiente para fazer emergir o nosso potencial em vários setores relacionados com a bioeconomia. Portugal tem ainda jurisdição sobre extenso território marítimo, dotando-o de elevadas condições de biodiversidade e disponibilidade de recursos de base biológica usufruindo, adicionalmente, de uma forte base científica nas ciências marinhas e biotecnológicas que poderão servir de base para a transformação bioeconómica das suas indústrias.

A UE depende em 90% do exterior para suprir os materiais críticos de que necessita internamente. Mais de metade do volume de negócios da indústria transformadora

nacional é gasto na aquisição de matérias primas. A prioridade deve, por isso, residir na regeneração desses materiais, que existem disponíveis na tecnosfera e à sua recuperação dentro da economia nacional, criando novas fileiras para uma indústria sustentada em modelos de economia circular.

Por outro lado, tanto no território terrestre como no marinho, com a extensão da plataforma continental, Portugal tem reservas de minerais estratégicos e vitais para a transição energética (no continente lítio, nióbio, tântalo e terras raras; a norte dos Açores crostas de níquel, cobalto e manganês e a sul dos Açores uma das maiores manchas de sulfuretos polimetálicos do mundo; ocorrência de ouro, prata, cobre, zinco e chumbo nos campos hidrotermais da Fratura Dorsal Atlântica, nos Açores).[4] Não podemos ter uma civilização tecnológica avançada e pensar que não precisamos de recursos minerais estratégicos. Precisamos e o seu controlo é decisivo para a evolução geopolítica do século XXI, sendo fundamental assegurar a rigorosa avaliação dos impactos ambientais das atividades extrativas.

Para se alcançar um futuro de baixo-carbono, haverá necessariamente um aumento substancial na procura de matérias primas minerais fundamentais para a fabricação de tecnologias de energias mais limpas (solar, eólica) **e para a eletrónica de alta precisão**. É esta a conclusão do último relatório do Banco Mundial (*The Growing Role of Minerals and Metals for a Low Carbon Future*). A transição energética implicará um aumento exponencial da procura de matérias-primas minerais estratégicas, em relação à produção atual, como Lítio (965%), Cobalto (585%), Grafite (383%), Indio (241%).

Do mesmo relatório sobressai o facto de que não há reservas atualmente conhecidas para satisfazer nenhum dos cenários de transição estabelecidos nos acordos de Paris de 2015. Por isso é importante que os países com potenciais recursos minerais invistam na sua prospeção, aumentando deste modo o conhecimento e reduzindo a incerteza,

[4] Na Zona Económica Exclusiva, com a extensão da plataforma continental, Portugal ficará sob sua jurisdição com uma área de 4 milhões de km2, que é cerca de 40 vezes a área continental. Em termos de recursos minerais estratégicos, a ZEE tem a norte dos Açores crostas de níquel, cobalto e manganês e a sul dos Açores uma das maiores manchas de sulfuretos polimetálicos do mundo. Os Açores são ainda percorridos pela chamada Fratura Dorsal Atlântica, uma imensa falha geológica ao longo da qual se formaram diferentes campos hidrotermais onde se regista a ocorrência de ouro, prata, cobre, zinco e chumbo. Todos estes minerais são estratégicos: o lítio e o cobalto são vitais para a transição energética, em particular para os carros elétricos. Não há eletrificação da frota automóvel e resposta à ameaça climática sem lítio e cobalto, e ainda por cima as reservas de cobalto no mundo são escassas. O níquel, o manganês, o cobre, o chumbo e o zinco são minerais fundamentais para a indústria de equipamentos, para a metalomecânica, para as baterias, para todos os fabricantes industriais.

permitindo um melhor planeamento e minimizando impactes ambientais. Aos governos cabe definir políticas de incentivo à prospeção de minerais com vista à sua apropriação de um modo sustentável.

Sendo certo que as novas descobertas serão em ambientes geológicos mais complexos e a profundidades maiores, é fundamental o investimento nas novas tecnologias de mineração, com particular relevo para técnicas de prospeção não-invasivas (i.e., métodos geofísicos amigos do ambiente para exploração em hard-rock), a automação, robótica e as tecnologias *digital mining* e *smart mining*, que reduzem o consumo de energia, o consumo de água e minimizam os riscos ambientais.

É neste contexto, de desenvolvimento sustentável da indústria mineira, que foi recentemente criado pelo Banco Mundial um grande fundo fiduciário para financiar o programa *Climate-Smart Mining for Energy transition*, com o objetivo de ajudar os países com recursos e reservas minerais a beneficiarem da crescente procura de minerais, para a transição energética de baixo carbono, mas num enquadramento de sustentabilidade da sua exploração.

Portugal deve dar prioridade aos chamados minerais de alto impacto (aqueles que vão ter uma elevada procura na transição energética), como o Lítio, em duas linhas de ação principais: a prospeção para identificação de recursos exploráveis numa abordagem sustentável, e o planeamento da exploração (caso seja tomada a decisão política para avançar), envolvendo todos os *stakeholders* da cadeia produtiva mineral e garantindo a minimização dos impactes ambientais, pegada de água, redução de consumo de energia e investimento na reciclagem e na economia circular. Ou seja, é necessário implementar no terreno o conceito de *blockchain* (i.e., rastreamento da matéria prima desde a origem até ao destino final de forma a garantir a sustentabilidade de todos os processos). Os incentivos a estas duas linhas de ação devem ser ponderados e fruto de uma decisão política.

Portugal tem reservas e uma produção significativa dos chamados *cross-cutting minerals*, como o cobre e zinco (metais que não terão uma procura tão significativa na transição energética, mas terão sempre grande importância em todos os setores industriais que necessitam de matérias primas minerais).

As minas de Aljustrel e de Neves Corvo têm reservas conhecidas para 10 ou 20 anos de produção. É importante investir-se na prospeção em novas áreas da chamada Faixa

Piritosa Ibérica, que se estende de Alcoutim a Águas de Moura (Bacia do Sado). É particularmente importante o investimento na prospeção a norte de Aljustrel, onde existe um grande potencial de recursos abaixo das areias da bacia do Sado e onde o desconhecimento é maior. Numa primeira fase, deve ser dada prioridade ao investimento na prospeção dessa área, envolvendo as novas tecnologias de prospeção e caracterização através de dados sísmicos e o know-how existente nos centros de investigação, universidades e organismos do Estado.

Portugal tem um passado de extração mineral considerável, e é importante considerar a recuperação/retratamento dos rejeitados e escórias das minas dentro do novo conceito "**Transformar o problema ambiental dos resíduos mineiros numa oportunidade de recuperação de recursos com valor**" uma vez que aqueles podem conter metais considerados agora como estratégicos. É o caso das lavarias das minas de Aljustrel e Neves-Corvo que, para além de poder permitir recuperação de metais como o cobre, chumbo e zinco, pode permitir recuperar metais de alta tecnologia, como o índio e o selénio.

Por todos estes fatores é importante o **investimento na educação, formação e investigação na área dos recursos minerais, enquadrado neste novo conceito de *Climate-Smart Mining for Energy transition***. A formação e investigação de uma nova geração de engenheiros deve privilegiar as novas tecnologias de prospeção, mineração, a automação, as tecnologias de Inteligência Artificial e IOT que são a base da chamada *digital mining* e *smart mining*.

O Plano de Recuperação para Portugal deve preconizar uma maior independência industrial, tecnológica e material. Neste quadro, preconiza-se uma visão para o reforço de agregados dinâmicos associados a fileiras industriais, expressa numa política de *clusters*, promovendo contratos-programa e redefinindo os programas mobilizadores de desenvolvimento industrial e tecnológico, devendo o objetivo de densificação estar em consonância com os alvos estratégicos da captação de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), também esta reorientada para uma economia com foco na sustentabilidade e neutra em carbono.

Neste contexto, o Plano de Recuperação deve, na sua concretização, assegurar a articulação de 3 eixos centrais: a sustentabilidade económica, a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social. É importante assegurar sempre que as decisões

sobre estes projetos não se dispersem por uma multiplicidade de organismos, incluindo autarquias, mas sejam tomadas pelos órgãos superiores de soberania, como estabelece a Constituição.

O Plano de Recuperação Económica do país deve contemplar nesta área os seguintes projetos de investimento:

O *cluster* de engenharia de produtos e sistemas complexos com base nas tecnologias digitais

A aplicação das Tecnologias Digitais, da Inteligência Artificial, da Ciência de Dados, da Robótica Avançada, pode reformatar e dar maior competitividade a múltiplos setores da economia nacional, criando um *cluster* nacional de engenharia de produtos e sistemas complexos. Este *cluster* pode intervir no mar (com a pesca, aquacultura e transformação do pescado, baseado no tratamento de dados com base na inteligência artificial e na criação de gémeos digitais); na fileira da floresta (com a integração das cadeias do mobiliário, cortiça, pasta e papel); na agricultura (com a digitalização dos processos de produção e trabalho e o impacto na gestão das cadeias de produtos como frutos, hortícolas, vinho, azeite, cortiça); na construção naval (com a reparação e desmantelamento de navios); na indústria aeronáutica (com a fabricação de componentes); no tratamento e reciclagem de resíduos (com o imenso potencial e valor desta fileira); na mobilidade elétrica (com a fabricação de componentes, sistemas de carregamento e software); no setor energético (com o desenvolvimento das tecnologias do solar, biomassa e *software* para redes elétricas inteligentes); nos serviços (com a integração entre as tecnologias digitais, a engenharia e o *design*); na indústria transformadora (com os moldes e injeção de plásticos, a ciência dos novos materiais e produtos compósitos, passando pela metalomecânica e fabricação de bens de equipamento e máquinas até aos têxteis, incluindo os tecidos inteligentes e a química). As indústrias de defesa, que têm uma importância crescente no PIB nacional, e abrangem desde a construção naval à aeronáutica, os sistemas complexos de software, a prevenção dos ciberataques, os têxteis inteligentes e a ótica de alta precisão, são outra fileira que pode promover a reindustrialização, com um investimento direcionado para o conhecimento, a tecnologia, a inovação, a engenharia e o *design*.

Todo este *cluster* pode dar ao país conhecimento e tecnologia e abrir um novo mercado que consiste na venda desse conhecimento. Até hoje o país não investiu neste novo segmento do *marketing* global que é a venda de conhecimento e tecnologia, que traz grande valor acrescentado.

O *cluster* das Indústrias e da Economia de Defesa

O *cluster* da economia de Defesa representa hoje 3% do PIB nacional e aglutina os Centros Tecnológicos da Forças Armadas, com uma rede de empresas nacionais e internacionais, Universidades e Centros de Investigação. Participam diretamente mais de 80 entidades e indiretamente mais de 300. O *cluster* alimenta mais de 200 empresas exportadoras e cobre a indústria aeronáutica (com a fabricação de estruturas e componentes e a manutenção de motores), a indústria espacial (com os satélites e mini lançamentos) e a indústria de defesa (com os sistemas navais, a vigilância marítima e a ciberdefesa). Este *cluster* cria emprego muito qualificado e tem capacidade para potenciar o desenvolvimento de tecnologias e soluções em ligação com outros setores, como a ótica de precisão, o têxtil inteligente, a engenharia aeronáutica e naval. Este *cluster* promove o duplo uso de bens e serviços e contribui para a competitividade e a internacionalização da economia portuguesa. A colaboração com empresas internacionais, como a Embraer e a Airbus potencia a integração das cadeias e sistemas tecnológicos e abre novas perspetivas para produtos de alto valor acrescentado. É necessário reforçar o investimento neste *cluster*, porque ele é uma alavanca para o desenvolvimento tecnológico do país. Projetos relacionados com a mobilidade aérea urbana; com os microlançadores e os microssatélites; com a inovação no desenho e fabricação de estruturas aeronáuticas; com a vigilância marítima, o comando e controlo, a ciberdefesa, sistemas submarinos; são projetos mobilizadores, que podem alavancar as competências e a competitividade de várias fileiras da indústria nacional, e que devem ser apoiados. A criação de um laboratório conjunto para reforçar as redes e as parcerias existentes, visando a internacionalização das empresas e o desenvolvimento das cadeias de valor, é crucial para o futuro. A execução dos investimentos previstos na Lei de Programação Militar, para construção de 6 novos navios-patrulha oceânicos deve ser fortemente apoiada e é muito importante assegurar a participação dos Estaleiros de Viana do Castelo, aumentando a capacidade produtiva nacional, à semelhança do que fazem outros países europeus. É também importante fazer investimentos no Alfeite, tendo em conta o que pode representar, como empresa-âncora para o setor da construção naval. O Alfeite é um ativo que deve ser valorizado, porque tem externalidades muito positivas para a competitividade e incorporação tecnológica no conjunto de empresas que operam no setor naval.

O *cluster* das renováveis

O reforço da cadeia de valor das renováveis

A aposta na energia de fonte renovável já deu provas de ser geradora de valor e emprego, como o demonstra o *cluster* eólico existente em Portugal. Assim, tirando partido das condições favoráveis do nosso mercado laboral, deve relançar se os esforços para atrair e estabelecer parte da cadeia produtiva de componentes tecnológicos necessários para a indústria das energias renováveis em Portugal, tirando partido da clara aposta de crescimento deste segmento de mercado nas próximas décadas, para dar resposta aos objetivos nacionais estabelecidos.

Uma questão importante para aumentar a penetração das energias renováveis na matriz energética e a eficiência do sistema é permitir a hibridização dos espaços dos parques eólicos, autorizando a instalação de parques solares. O perfil das produções eólica e solar é diferente, mas complementar, e a hibridização não só aumenta a eficiência, como não exige mudanças adicionais em termos do enquadramento regulatório, porque os pontos de entrada na rede se mantêm.

O *cluster* do hidrogénio verde

A promoção de uma nova fileira industrial para o hidrogénio verde

Apesar das tecnologias de produção do hidrogénio ainda não terem atingido a maturidade comercial e enfrentarem um desafio para a redução dos custos de produção, a importância do hidrogénio para o futuro *mix* energético deve ser reconhecida. O hidrogénio é um portador de energia de elevada densidade, o que lhe permite ser uma solução para processos industrias intensivos, armazenar energia produzida através de fontes renováveis e possibilitar o surgimento de outros combustíveis de base renovável, contribuindo para potenciar o cumprimento dos objetivos nacionais de incorporação de fontes renováveis no consumo final de energia e para a descarbonização. Neste sentido, o hidrogénio pode ser também uma solução para a descarbonização de algumas das indústrias que têm maior dificuldade em fazê-lo, como as siderurgias, as cimenteiras e as indústrias químicas. Portugal, pela sua localização geográfica, pela elevada e crescente penetração de renováveis no seu sistema elétrico, pela competência do seu setor industrial, pela excelência dos seus recursos humanos na área da engenharia e pela vantagem competitiva já demonstrada ao nível da produção de eletricidade renovável com custos cada vez mais competitivos, apresenta condições muito favoráveis e competitivas para a produção de hidrogénio verde e para o desenvolvimento de cadeias de valor zero-emissões baseadas no hidrogénio para o mercado doméstico e para exportação. Pretende-se assim promover uma nova fileira industrial com potencial exportador e gerador de riqueza, em torno do hidrogénio verde, para o que se desenvolveu uma Estratégia para o Hidrogénio visando orientar, coordenar e mobilizar o investimento público e privado em projetos nas áreas da produção, do armazenamento, do transporte e do consumo e utilização de gases renováveis em Portugal. Da mesma forma, será importante capitalizar estes investimentos infraestruturantes numa política industrial mais alargada, que atraia e dinamize o tecido empresarial e industrial numa trajetória de maior valor acrescentado em produtos verdes e inovadores. Para esse efeito, entre outros projetos e iniciativas neste domínio, está a ser promovido um projeto âncora de grandes dimensões à escala industrial de produção de hidrogénio verde, que, além de fundamental para criar uma economia do hidrogénio em Portugal, permite criar emprego e valor e promover a descarbonização da indústria.

Depois de todos os desenvolvimentos que aconteceram em Portugal ao nível das empresas, dos projetos de demonstração e protótipos, do envolvimento dos Centros Tecnológicos e das Universidades, e das Políticas Públicas que estão anunciadas, é agora crucial dar os passos para criar o mercado nacional do hidrogénio. Para isso é importante ter em conta que o hidrogénio já existe com aplicação industrial como matéria prima da indústria petroquímica e por isso é possível, através de regulação a ser ponderada e desenhada, estabelecer uma certa percentagem de hidrogénio renovável que a indústria petroquímica deve utilizar. É também importante regulamentar uma certa percentagem de hidrogénio renovável que deve ser injetado na rede nacional de gás natural. Estas regras podem estimular as empresas nacionais de hidrogénio para passarem à fase de produção industrial, dando-lhes escala e fazendo mover o sistema na direção certa com maior consumo de produtos nacionais renováveis e maior progresso nas metas da descarbonização

O *cluster* da bioeconomia sustentável

Um plano de investimento para potenciar a transição para uma bioeconomia sustentável transformando os processos produtivos, valorizando os recursos endógenos florestais, de base agrícola e marinhos e inovando as indústrias de forma a diminuir a dependência dos recursos fósseis. É necessário criar uma forte diferenciação positiva e uma obrigação de utilização dos recursos internos na grande distribuição e a promoção das exportações. Esta nova abordagem virada para a bioeconomia sustentável deve considerar a digitalização (contribuindo para aumentar a eficiência dos processos produtivos e de utilização de biomassa) e os novos desenvolvimentos tecnológicos (nomeadamente a impressão 3D), novos produtos de base biológica e novos mercados, e mudanças industriais e organizacionais, tais como simbioses industriais. Os produtos e as cadeias de valor de base biológica têm sido identificados como um dos caminhos mais promissores para alcançar uma economia circular eficiente em termos de recursos. No que concerne ao meio marinho, as possibilidades são imensas, em termos da aquacultura, das tecnologias de processamento de energia, do uso de algas para substituir fertilizantes químicos, da biofarmacêutica para a fabricação de componentes para medicamentos, da criação de produtos biodegradáveis para substituir os plásticos, da criação de produtos de alta qualidade, de cosmética e de outras áreas da saúde, a partir de microalgas. Existem também aplicações das biotecnologias na agricultura, com a criação de produtos biofertilizadores e bioestimulantes a partir de algas e microalgas, para regenerar os solos, estimular as colheitas e melhorar a produção. Estima-se que, ao nível nacional, a bioeconomia (que engloba a produção de recursos biológicos renováveis e a conversão destes recursos, resíduos, subprodutos e fluxos secundários, em produtos com valor acrescentado, nomeadamente, em alimentos, em produtos de base biológica, serviços e energia) represente cerca de 43 mil milhões de euros de volume de negócios e 320 mil postos de trabalho. Em Portugal, as potenciais bioindústrias estão, nomeadamente, relacionadas com a atividade industrial da floresta, elencada nas diversas cadeias de valor: madeira, papel, resina e cortiça, entre outras, que, além de contribuírem para a economia nacional, gera fluxos residuais que vão ser uma fonte de matéria prima para a bioindústria a nível regional e local. Este projeto deve ter em consideração as inovações de base biológica emergentes, nomeadamente, nas seguintes fileiras:

- Fileira especializada do têxtil e do calçado;
- Fileira dos materiais de construção;
- Fileira especializada da resina.

Valorização da biomassa florestal residual

Um projeto de investimento para a floresta, desenhando um modelo capaz de assegurar a limpeza da floresta e a valorização da biomassa florestal residual, baseado na criação de uma cadeia de centrais de biomassa e de biorrefinarias integradas multiprodutos e na promoção de pequenas centrais para geração local de energia (calor ou calor e eletricidade) descentralizadas. A concretização deste projeto pode ser marcante para o interior do país na medida em que assegura a limpeza da floresta, cria emprego, valoriza os recursos nacionais e muda o paradigma vigente.

A biomassa florestal, através da gaseificação e pirólise, pode servir para produzir hidrogénio e esta pode ser uma plataforma para se promoverem sinergias entre o cluster do hidrogénio e a floresta, dando escala à produção nacional e criando no território pequenos projetos industriais que podem funcionar como âncoras para o desenvolvimento do interior e para a coesão do território. É importante, para isso se materializar, continuar a promoção do emparcelamento dos minifúndios e a reordenação do território e da floresta.

O *cluster* do lítio, do nióbio, do tântalo e das terras raras

Um Plano de Investimento para valorizar os recursos minerais estratégicos continentais

Este plano deve visar em particular o lítio, o nióbio, o tântalo e as terras raras, devendo propiciar um estímulo às empresas para desenvolverem estes recursos, e encontrarem, em particular para o lítio, um processo de tratamento que possa aumentar a sua competitividade e gerar valor, associada com o desenvolvimento de fileira industrial nacional de valorização do recurso, aplicando os princípios de *Green Mining*.

Para isso é essencial promover um plano de investimento que identifique a tecnologia apropriada, promova a colaboração dos organismos públicos como o LNEG (Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia), as Universidades, os Centros de Investigação e as empresas, para se criar um novo impulso que possa arrastar o setor mineiro para um novo ciclo de desenvolvimento e o país para a abertura de novos motores da economia, e de criação de riqueza e emprego local e nacional. Uma coisa é certa: estes minerais estratégicos têm um futuro promissor e não só no âmbito da transição energética. Tendo em conta a importância de mapear os recursos geológicos e de monitorizar estes projetos, todas as valências do Estado nesta área devem ser concentradas numa única instituição, obrigando ao reforço significativo dos meios existentes.

O *cluster* do mar

Um Plano de Investimento para valorizar e dar sustentabilidade à fileira alimentar do mar, em particular às pescas e às empresas do setor

Este plano visa dotar estas empresas de meios tecnológicos adequados e de competências para usarem a informação coligida sobre o mar, promovendo assim uma intervenção no mar baseada no conhecimento e na ciência, preservando os cardumes e assegurando a sustentabilidade futura desta fileira que é indispensável na indústria nacional e no equilíbrio da balança alimentar nacional. É necessário um forte investimento na tecnologia e inovação, em termos de sistemas de processamento da informação (obtida com a participação no Projeto Argo), com aplicação da Inteligência Artificial, das Máquinas que Aprendem e da simulação do comportamento dos cardumes, com base em Gémeos Digitais (à semelhança do que faz a Noruega), para aumentar a produtividade e a cadeia de valor das pescas, assegurando a

proteção dos cardumes e dos ecossistemas. O Plano deve contemplar incentivos para a renovação da frota de pescas, o reforço das cadeias de distribuição e a promoção de um *marketing* competitivo do produto. A ponderação de uma aliança estratégica com a Galiza, pode tornar o eixo Portugal/Galiza num dos principais *hubs* europeus da fileira alimentar do mar, e isso pode ser um ativo importante para fazer crescer todo este setor.

Um Plano de Investimento direcionado para economia azul

O mar oferece oportunidades para se desenvolverem novos motores da economia através da exploração sustentável dos recursos marinhos e pode abrir novas janelas para o futuro a um conjunto de empresas que se debatem para encontrar o seu caminho. As empresas portuguesas que atuam no setor marinho podem servir de plataforma de desenvolvimento de novas áreas como as biotecnologias, a indústria alimentar, os biocombustíveis (baseados nas algas e microalgas, onde Portugal tem vantagens reconhecidas), a indústria farmacêutica e as ciências da saúde, a indústria cosmética.

Ponderar um Plano de Investimento para promover o aproveitamento das crostas de níquel, cobalto e manganês, a médio prazo

Estes recursos são provavelmente os mais fáceis de produzir porque ocorrem nos leitos marinhos e podem ser removidos por sistemas robotizados, o que apela para a construção de consórcios em que podem participar o Estado português, empresas nacionais, Centros de Investigação nacionais (atenção às capacidades que o país tem em robótica e automação de sistemas), mas também empresas internacionais, em particular alemãs, japonesas, francesas, enfim, de países avançados e com indústrias que requerem o acesso a matérias primas estratégicas. Os procedimentos e as modalidades referidas anteriormente (no ponto 3) devem verificar-se.

Ponderar um Plano de Investimento nos sulfuretos polimetálicos, a médio prazo

Os minerais estratégicos que se extraem dos sulfuretos polimetálico (como o chumbo, que se extrai da galena, o cobre que se extrai da calcopirite, ou o zinco, que se extrai da esfalerite), têm uma galáxia de aplicações que interessam a toda uma cadeia de indústrias.

É, por isso, fulcral atrair grandes empresas e parceiros internacionais, constituindo consórcios internacionais com a participação do Estado português e empresas e Centros de Investigação, garantindo a criação de riqueza e emprego nacional. As experiências em curso no Pacífico, sob jurisdição da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (*International Seabed Authority – ISA*), são importantes para balizar este tipo de exploração e assegurar a sua sustentabilidade económica e ambiental.

Plano de Investimento para Portugal aprofundar o conhecimento sobre o mar e criar, com base nas estruturas existentes, uma grande Universidade do Atlântico, nos Açores e na Madeira

Este projeto deve mobilizar as estruturas existentes nos Açores e na Madeira, em cooperação com outras Universidades e Centros de Investigação (a Base das Lages pode ser reconvertida num centro tecnológico avançado). Este projeto visa estudar o oceano, o clima, a terra e a atmosfera, criando um polo ligado ao *Atlantic International Research – AIR Centre* e ao Observatório do Atlântico, e assente numa rede de instituições nacionais e internacionais, que pode atrair financiamentos múltiplos. Aprofundar o conhecimento sobre o mare sobre as relações mar-clima, é fundamental para assegurar a proteção dos ecossistemas, mapear os recursos e assegurar o aproveitamento sustentável da economia azul. É portanto, crucial para Portugal participar em projetos internacionais na área da Oceanografia e do Clima, como o projeto Argo, e coligir e tratar a informação sobre o oceano, apostando nos equipamentos e infraestruturas necessários para assegurar a observação e monitorização do mar.

Neste âmbito, refere-se, por exemplo, o projeto Argo, que usa boias de sensores que descem até 2 000 metros de profundidade e sobem em ciclos de dez dias e fornece informação detalhada sobre a pressão, temperatura, nível de oxigénio, nível de CO_2, acidificação, recursos biológicos, conteúdo em plástico, etc… Com base nesta informação, que está a revolucionar os estudos de Oceanografia e de Climatologia, é possível mudar a nossa relação com o mar, compreender melhor o funcionamento de todos os sistemas do oceano e intervir no mar com base na ciência e no conhecimento. E isso muda tudo, como mostra a experiência da Noruega, que com base na informação do projeto Argo, está a usar a Inteligência Artificial e as Máquinas que Aprendem (*learning machines*), para modelar o comportamento dos cardumes de salmão com base em gémeos digitais (*twin digitals*). Os resultados são espetaculares: os cardumes de salmão na Noruega, que estavam em processo de extinção, recuperaram e a pesca hoje é feita nas alturas próprias, com base no ciclo de vida dos cardumes, tornando-se mais sustentável e mais eficaz. Promover a aplicação deste tipo de conhecimento e tecnologia ao nosso cluster das pescas é essencial para tornar a pesca mais sustentável. A Universidade do Atlântico nos Açores, com um polo na Madeira, deve promover a Investigação oceanográfica e climatológica. Acresce ainda que toda essa informação é vital para mapear os ecossistemas e desenvolver uma estratégia consistente para a sua proteção.

A Universidade dos Açores é uma referência nas ciências do mar e na vulcanologia e pode ser uma referência para os estudos do Atlântico, do clima, da interação entre a terra e a atmosfera, tendo em conta as vantagens da localização dos Açores para este tipo de estudos. Ao mesmo tempo, a Universidade do Atlântico e os seus Centros de Investigação, articulados com outras Universidades e Centros Nacionais pode lançar projetos para a monitorização dos ecossistemas marinhos e ajudar na definição e proteção das áreas mais críticas, tendo em conta a importância capital de antecipar as alterações climáticas e melhorar as previsões meteorológicas. Este projeto pode atrair financiamento de muitos parceiros internacionais, pois os resultados interessam não só a países como a muitas empresas. Esta é a oportunidade de o país reforçar as suas capacidades e competências para investigar as alterações climáticas, compreender a complexidade das interações em causa e posicionar-se com base no conhecimento e na investigação na linha da frente deste desígnio nacional e europeu.

É importante dizer que hoje com o poder dos sensores, a informação que podemos coligir, em particular dos oceanos, permite intervir no mar com base na ciência e no conhecimento, fazendo uma exploração sustentável destes recursos e ao mesmo tempo protegendo os ecossistemas.

Plano de apoio ao projeto ACT - Atlantic Lab for Future Technologies

Este plano pode reforçar o papel de Portugal na economia do conhecimento, criando um polo europeu para o desenvolvimento, teste, demostração e qualificação de produtos e serviços tecnológicos inovadores, de suporte à economia azul. O teste e demonstração de futuras tecnologias oceânicas é crítico para promover desenvolvimentos posteriores e afirmar o papel do país em áreas tecnológicas avançadas. Este projeto pode ainda capacitar o país para as oportunidades do oceano e gerar emprego e qualificação da indústria nacional. Ele deve promover a cooperação de instituições nacionais de I&D. O projeto ACT envolve uma plataforma colaborativa do Fórum Oceano, do CEEIA, do Colab+ Atlantic, da Wavec e do INESCTEC. É um projeto que pode valorizar ativos importantes do país, como os equipamentos de monitorização oceânica existentes na região norte (Observatório RAIA), a infraestrutura de testes de tecnologias TEC4SEA, o piloto de demonstração da Aguçadora e o piloto de demostração de Viana do Castelo. As mais valias para a região norte são importantes, com a capacidade de gerar emprego qualificado, reforças a capacidade industrial e garantir a continuidade do ecossistema de inovação, explorando as cadeias de valor e atraindo mais investimento externo.

O apoio a este projeto é uma plataforma para alavancar as capacidades de Portugal na economia azul.

Programa para situar Portugal como o mais importante ator no combate às práticas ilegais no Atlântico Norte

A extensão da Plataforma continental lança desafios da maior importância para garantir a soberania do país no Oceano. Portugal deve desenvolver ferramentas (diretas e indiretas) de vigilância marítima para o combate à pesca ilegal, ao trabalho forçado nos navios e aos tráficos ilícitos, com uma liderança da Marinha Portuguesa, devendo a ação estender.se até ao Golfo da Guiné, agregando outros países (nomeadamente CPLP) neste projeto.

Plano para criar, em Lisboa, a Praça Financeira do Mar

As principais instituições financeiras internacionais têm hoje departamentos que se dedicam aos investimentos financeiro no mar. Este plano destina-se a assegurar as condições para Portugal criar em Lisboa um Centro Financeiro para a Economia do Mar, atraindo as principais instituições internacionais, com base na imagem do país como promotor natural da economia azul. Este plano deve envolver instituições financeiras e seguradoras, atraídas por um quadro regulatório burocrático simplificado e grande virtualização e digitalização das operações. Um *hub* financeiro em Portugal, ligado à economia do mar, com o apoio da União Europeia e da Autoridade Marítima Internacional, pode ser um *game changer* para a concretização do cluster do mar, a mobilização do investimento estrangeiro e para a consolidação de uma plataforma diferenciada ligada à economia azul.

3.1.6. A Reconversão Industrial

Os setores tradicionais da nossa economia têm sido essenciais para o desenvolvimento económico do país. É necessário preparar o nosso tecido industrial para os desafios do futuro, garantindo a transição energética e a descarbonização, adotando modelos de economia circular e a transformação digital das empresas e apostando também nas cadeias curtas e nos recursos endógenos.

O papel dos empresários portugueses tem sido notável, depois da crise de 2007/2008 e das crises subsequentes e muitos souberam reinventar as suas empresas, redesenhar a sua carteira de produtos e internacionalizarem-se. Os exemplos são inspiradores em todos os setores, dos têxteis ao calçado, da cortiça ao vinho, do turismo à fabricação de máquinas e equipamentos.

Proteger a sociedade e a sua saúde assenta também numa gestão eficaz dos materiais e dos produtos já mobilizados na economia, minimizando a extração e reduzindo a deposição final de resíduos, e na valorização dos recursos humanos associados. Esse foco pode também contribuir para suprir assimetrias e reduzir a dependência do mercado externo.

Prosseguindo, igualmente, o objetivo de alcançar uma maior independência industrial e tecnológica e simultaneamente de aumentar o valor acrescentado nacional na integração nas cadeias de produção e logística globais, são propostas as seguintes medidas para a recuperação do tecido empresarial nacional, incluindo programas dirigidos à internacionalização e ao reforço do posicionamento dos produtos nacionais nas cadeias de valor internacionais. A reconversão industrial em Portugal pode ser ainda mais profunda e consistente se a UE tomar este projeto como estratégico, no quadro de uma espécie de "soberania industrial europeia", identificando as fragilidades reveladas pela crise em termos da dependência da Europa de equipamentos críticos fabricados no exterior, e abrindo caminho à reorganização das cadeias de produção e das cadeias logísticas. Portugal tem um conjunto de empresas que se adaptaram rapidamente à crise, dos têxteis à fabricação de máquinas e equipamentos, revelando uma capacidade de inovação notável, recorrendo à impressão 3D, à ciência dos materiais, à combinação da Engenharia com o Design, para transformar a fabricação de produtos complexos. Tudo isto reforça o posicionamento da indústria portuguesa para desempenhar um papel ainda mais relevante no futuro e há que encontrar as formas de potenciar a resposta e os produtos criados, à escala europeia e global, porque a fileira dos "Meios de Proteção Individual" vai continuar a ser procurada mesmo depois da crise.

Plano de Investimento para reorientação das cadeias logísticas e de abastecimento

A indústria de bens e equipamentos é muito relevante na economia portuguesa e tem um potencial enorme para crescer, articulado com a necessidade de o país ter também uma estratégia de substituição de importações e conseguir produzir algumas matérias-primas e componentes.

Tendo em conta a necessidade de se avaliar a excessiva dependência do país e da Europa, do abastecimento externo (em especial da China), no que concerne a equipamentos e bens essenciais em áreas como a saúde, as máquinas, a eletrónica, a energia, a alimentação, entre outros. Este programa deve permitir a aquisição e endogeneização nacional de produtos inovadores, devendo ser definidas regras de acesso ao mercado em função do desempenho ambiental dos produtos. Este programa deve estar alinhado com outros planos de investimento, nomeadamente, o da bioeconomia sustentável, e ter a capacidade de atrair as empresas nacionais que apresentem projetos de reconversão industrial que sejam competitivos e que permitam fortalecer a indústria nacional e que ao mesmo tempo revelem capacidade para identificar e explorar os nichos certos do mercado globalizado, a capacidade de incorporarem inovação tecnológica e se internacionalizarem. Um critério importante no financiamento pelo Estado deve ser a capacidade de as empresas cooperarem entre si e criarem simbioses industriais e massa crítica para intervirem no mercado interno e no mercado europeu e global, ao mesmo tempo que privilegiam as cadeias curtas de produção e consumo.

Plano de Investimento para as indústrias metalomecânicas, de produção de bens de equipamento e desenvolvimento de processos

A indústria de bens de equipamento é muito relevante na economia portuguesa e tem um potencial enorme para crescer, articulado com a necessidade de o país ter também uma estratégia de substituição de importações e conseguir produzir algumas matérias-primas e componentes que hoje são importados. Um Programa de investimento na produção de bens de equipamento e desenvolvimento de processos, que possa atrair o interesse de consórcios de investigação em desenvolvimento industrial e de tecnologias de processo, de produção aditiva, visando fortalecer a produção nacional e criar um *cluster* forte nesta área que pode potenciar as capacidades do país e aumentar a competitividade das suas exportações, em especial para os mercados globais. Este é um setor de enorme potencial para a promoção da economia circular, que pode tirar proveito da aposta na atualização, remanufactura ou reciclagem de equipamentos e produtos, podendo também potenciar outros setores como a construção naval e as indústrias *offshore,* como a aquacultura e as energias renováveis oceânicas.

Plano de Investimento em empresas na Área da Economia Circular

Portugal, apesar de estar na média da UE em reciclagem, tem uma baixa taxa de circularidade de materiais: reintroduz muito pouco material recuperado na sua produção em relação às matérias-primas. Por outro lado, apesar dos recursos humanos com competências profissionais e tecnológicas reconhecidas, a indústria nacional tarda na aposta na atualização e remanufactura de equipamentos e produtos. Existem também oportunidades no tratamento de resíduos e na reciclagem, para mobilizar o país e, em particular, o interior, para uma nova abordagem que pode ditar um dos caminhos do futuro. Só a UE produz cerca de 4 mil milhões de toneladas de resíduos por ano e a sua reciclagem pode reduzir em cerca de 25% as necessidades da Europa em termos de minerais estratégicos. Este mercado representa cerca de 650 mil milhões de euros e as empresas que desenvolverem os processos tecnológicos adequados para tratar estes resíduos e recuperarem, entre outros, os elementos minerais, poderão ter um futuro promissor e afirmar toda uma nova fileira económica. É conveniente que o país explore estes nichos de mercado, alargando-os a outras áreas da economia circular, e seja capaz de marcar uma nova etapa na busca de novos paradigmas económicos. Propõe-se por isso um projeto de investimento que possa alavancar esta área de atividade, contribuindo igualmente para o cumprimento dos objetivos ambientais a que estamos obrigados.

Programa para a descarbonização da indústria nacional

Este é o momento para garantir uma maior eficiência na gestão da energia e dos recursos, assegurar a descarbonização dos processos industriais e adotar modelos de economia circular, estabelecendo simbioses industriais que permitam tornar a indústria nacional mais competitiva e, ao mesmo tempo, mais sustentável. Neste quadro, preconizam-se, por um lado, o desenvolvimento de Roteiros Setoriais para a Descarbonização da indústria, que podem assumir um papel de destaque, ao abordar as oportunidades e desafios que cada setor enfrenta. Por outro lado, a criação de incentivos à eficiência energética e de recursos, à eletrificação, à incorporação de hidrogénio renovável, a processos de baixo carbono e à incorporação de modelos de economia circular, em linha com o identificado nos respetivos Roteiros, promovendo a transição justa e apoiando aqueles para quem esta transição apresente maiores desafios, em linha com o Plano para a Transição Justa. Subprogramas específicos devem ser criados para algumas das indústrias mais poluentes, como as cimenteiras, siderurgias e petroquímicas, alavancando as competências nacionais em I&D em processos novos para a fabricação de cimentos e outros produtos, que podem reduzir substancialmente as emissões de CO2 destas indústrias. Em particular, na fabricação de cimentos, os novos processos tecnológicos com base na fusão e na eletrificação, reduzem as emissões de CO2 em cerca de 2/3 e têm um potencial que deve ser explorado, com base também na venda do conhecimento e da tecnologia. As cimenteiras têm feito um caminho – que deve ser acelerado - no sentido da descarbonização, que passa também pelo aumento do coprocessamento de resíduos, a preparação dos fornos para o uso de gás natural ou hidrogénio (muito menos poluentes), a substituição do *clinquer* por outros materiais, a eletrificação dos processos industriais e a aposta em tecnologias de rutura, como o *pure oxifuel* ou o *Laylac*. Na área das siderurgias, a passagem do alto forno para o forno elétrico reduziu drasticamente as emissões, e a utilização crescente de energias renováveis pela indústria vai consolidar este caminho. No que concerne à indústria petroquímica, a utilização do hidrogénio renovável como matéria-prima pode contribuir para a descarbonização. O desenvolvimento de todos estes projetos pode ser marcante para consolidar o processo de descarbonização de algumas das indústrias mais poluentes do país.

Programa de reconversão e de apoio à transição da indústria automóvel e da mobilidade

Portugal, enquanto país produtor de veículos e de componentes, deve conseguir dar o salto para o fabrico dos veículos do futuro. A indústria automóvel tem no país um papel relevante, destacando-se, como maior exportador nacional, a Autoeuropa e toda a galáxia de indústrias e empresas que estão associadas à indústria automóvel, em termos de componentes e fornecedores de outros equipamentos e serviços. É crucial pensar de forma integrada todas as políticas públicas nesta área para a transição se efetuar de forma gradual, evitando a criação de milhares de desempregados e a falência de setores críticos, pois isso pode voltar a população contra as políticas seguidas e marcar um retrocesso assinalável.

Tendo em conta a importância da indústria automóvel na estrutura produtiva do país e a crise provocada neste setor pela pandemia, com a queda drástica de vendas, é importante equacionar políticas de estímulo à procura, através do abate dos segmentos mais antigos e poluentes da frota, com um sistema de incentivos à sua substituição preferencialmente por carros elétricos ou híbridos.

Não podemos esquecer que o modelo vigente de mobilidade é a base do funcionamento da economia atual e mexer nele drasticamente pode afundar setores inteiros de atividade, em particular as pequenas e médias empresas de transportes e de fornecedores de serviços e equipamentos. Neste quadro, a produção de bicicletas e de autocarros com novas motorizações são também apostas estratégicas.

Programa de apoio à internacionalização das empresas

Programa de apoio à internacionalização das empresas, e da economia, suportada por fatores competitivos intangíveis e capazes de fomentar o reposicionamento nas cadeias de valor internacionais e expressos em instrumentos do marketing digital.

Fazer um marketing mais agressivo, logo que as condições o permitam, para atrair a atenção para Portugal no mercado global em relação a toda uma gama de produtos e equipamentos incluindo os meios de proteção pessoal que surgiram como resposta à crise. O objetivo é dar visibilidade aos produtos portugueses no mercado global e a resposta do país à crise cria uma oportunidade de ouro para promover essa visibilidade. Isto é também relevante para um setor como o turismo, que é urgente reanimar. Uma campanha bem direcionada pode servir de plataforma de reanimação deste setor ao mesmo tempo que promove a imagem do país como destino seguro.
A realização de "*Show Rooms* Digitais" de produtos portugueses das várias fileiras da indústria à agricultura, do têxtil à fabricação de máquinas e equipamentos, do *software* ao *design*, das soluções tecnológicas ao k*now-how*, pode ser um meio eficaz de tornar o país ainda mais visível nas redes globais de consumo.

Programa de valorização dos produtos exportados e promoção da marca Portugal

Programa de valorização dos produtos exportados, da diversificação dos mercados e da integração de serviços, reforçando dinâmicas de proximidade aos mercados finais e de autonomia estratégica nos segmentos maduros da procura europeia, devendo ser articulada um reforço da componente atlântica nos mercados de destino das exportações.

O Plano prevê iniciativas ao nível da UE para evitar que produtos concorrentes entrem no espaço europeu com certificações falsas. A UE não deve ter *double standards* que penalizam a indústria europeia exigindo que os produtos de fabrico europeu têm de obedecer a todas as exigências, quer em relação à mão de obra e à proteção dos direitos quer em relação aos padrões ambientais e de sustentabilidade, e os produtos que são fabricados fora da Europa não têm este nível de exigências. Isto prejudica as empresas nacionais e europeias e não é justo.

O Plano de Recuperação Económica deve ajudar as empresas e produtos portugueses multiplicando as iniciativas para promover a "Marca Portugal" criando um selo de certificação do esforço verde da indústria nacional e da aposta em energias renováveis. Esse selo deve ser emblemático e associado aos produtos nacionais com uma imagem de marca: "Estes produtos portugueses foram produzidos no país que tem 57% da eletricidade gerada por fontes renováveis.

A unificação da "Marca Portugal", e o fim da multiplicação avulsa de marcas, é importante para alavancar toda a capacidade exportadora. A ligação da Marca Portugal ao mar e à sustentabilidade energética, com as energias renováveis, pode estabelecer um símbolo diferenciador e moderno capaz de ser reconhecido nos mercados internacionais. Este é um objetivo que deve ser perseguido para melhorar o *marketing* político e económico do país e colocá-lo num novo patamar.

Programa de atração de investimento externo

Programa de atração de investimento externo para densificar cadeias de produção e de centros de engenharia, de forma a obter produção de materiais básicos, de equipamentos mecânicos e eletrónicos, sensores, medicamentos e outros produtos e dispositivos médicos, produtos alimentares, tecnologias associadas às mudanças energética e ecológica.

3.1.7. A Transição Energética e Eletrificação da Economia

Esta é outra área em que o país tem feito o seu caminho nomeadamente com o sucesso da aposta nas energias renováveis e a transformação da matriz energética nacional, cuja dependência do exterior em termos das fontes primárias de energia, apesar de ter diminuído, ainda permanece muito alta. A descarbonização do sistema energético nacional – com uma inquestionável aposta na energia de fonte renovável com soluções de armazenamento e o fim da produção de eletricidade a partir de carvão – deverá manter-se. Devem assim prosseguir os investimentos previstos no PNEC 2030 e, em particular, na energia de fonte solar, quer através da realização de novos leilões de capacidade solar, incluindo armazenamento, quer através da aposta no autoconsumo e nas comunidades energéticas. Esta é uma forma de não só dinamizar a economia como de combater a pobreza energética junto das famílias mais vulneráveis. De notar que a indústria solar é muito recurso intensiva, sendo geradora de emprego, sobretudo nas componentes de montagem, instalação e manutenção.

Os projetos no domínio do Hidrogénio e do autoconsumo e comunidades de energia, e outros que estão igualmente em desenvolvimento, surgem numa lógica de complementaridade através da combinação de instrumentos centralizados de promoção de energias limpas com processos descentralizados que, pela sua própria natureza, reforçam a coesão social e territorial, criam novas oportunidades, contribuindo para a redução das desigualdades atualmente existentes, nomeadamente através da criação de emprego, da melhoria da competitividade das empresas distribuídas no território nacional.

Nesta transição, a promoção da competitividade passa pela redução do custo das empresas com a energia e uma gestão mais eficiente de recursos. Para este efeito, a redução dos consumos de energia assume-se como a principal aposta – eficiência energética. Por outro lado, é fundamental prosseguir com a eletrificação da economia, garantindo preços de eletricidade competitivos e, com uma incorporação crescente de fontes renováveis, incluindo os gases renováveis, que permitam o abandono dos combustíveis fósseis. Para que isso aconteça, é fundamental que sejam dados os sinais certos à economia, discriminando positivamente os comportamentos mais sustentáveis e promovendo os investimentos necessários. Em complemento, o preço dos combustíveis fósseis, que desceu vertiginosamente durante o período da pandemia, pode pôr em causa a justa competição entre fontes energéticas, se aqueles mantiverem as isenções fiscais que, apesar de em *phasing out*, ainda beneficiam. Este é o tempo de considerar a aceleração do fim desses benefícios, promovendo a sua substituição por incentivos que acelerem a descarbonização da economia.

Neste contexto o Plano de Recuperação deve considerar as seguintes iniciativas:

Dinamizar as redes energéticas inteligentes

Programa de promoção das redes inteligentes

Um projeto de investimento em conjunto com as empresas e os operadores da área da energia para acelerar a digitalização do setor da energia, o desenvolvimento de redes elétricas inteligentes e a adoção de *smart meters*. As redes inteligentes são o futuro, elas são mais flexíveis e resilientes e permitem acomodar as outras fontes de energia, nomeadamente as energias renováveis.

Aposta nas energias renováveis

Promoção de leilões de capacidade renovável e o armazenamento de energia

O objetivo nacional, explicitado no Plano Nacional Energia Clima (PNEC), de atingir 47% até 2030 de fontes renováveis no consumo final de energia, implica duplicar a capacidade instalada em tecnologias renováveis para a produção elétrica por volta do ano de 2027, onde a tecnologia solar contribuirá com cerca de 8,1 a 9,9 GW (em 2030). Apesar da energia solar ser uma das fontes endógenas renováveis mais abundantes em Portugal, esta tem uma expressividade extremamente reduzida comparando com outros países europeus com condições de exposição solar manifestamente inferiores.

Assim, pretende-se prosseguir com a promoção leilões de atribuição de capacidade de injeção com origem renovável, para pontos de rede existentes ou a construir, incluindo a introdução da dimensão de armazenamento.

Apoio ao autoconsumo e às comunidades de energia renovável

Programa de apoio à produção renovável descentralizada

Este Programa visa alavancar novos projetos de Comunidades de Energia Renovável (CER) e de autoconsumo, coletivo e individual, abordando as diversas valências necessárias à disseminação destes projetos, incluindo a sensibilização e informação, formação, dinamização dos atores.

A aprovação do regime jurídico do Autoconsumo a partir de fontes de energia renovável e da constituição de Comunidades de Energia Renovável vem promover a disseminação da produção distribuída, ou seja, da produção no próprio local de consumo ou muito próximo deste, o que se traduz em redução de custos com as redes de transporte e distribuição, redução das perdas e otimização das soluções de produção de energia. Facilita também a participação ativa de cidadãos, empresas e demais entidades públicas e privadas na transição energética, através da produção, consumo, partilha, armazenamento e venda de energia produzida a partir de fontes de energia renovável. Os processos descentralizados, pela sua própria natureza, reforçam a coesão social e territorial e criam novas oportunidades, contribuindo para a redução das desigualdades atualmente existentes, nomeadamente através da criação de emprego, da melhoria da competitividade das empresas distribuídas no território nacional.

Acelerar a eletrificação da economia

Garantindo preços de eletricidade competitivos

Para alcançar os objetivos de neutralidade carbónica, garantindo simultaneamente uma transição justa e coesa, assegurando o bem-estar social para todos, implica que contexto regulatório, social e de mercado dê os sinais adequados aos cidadãos e às empresas para ativar a sua contribuição para esse objetivo.

A eletrificação da economia, associada a uma profunda descarbonização do setor electroprodutor, é um dos principais vetores de descarbonização e pode ser uma solução para uma larga maioria de consumos de energia. Para esse efeito, é necessário assegurar a competitividade do preço da eletricidade face às alternativas fósseis, cujo preço deve refletir o impacte ambiental associado à sua utilização. Importa, por isso acabar com as isenções ao consumo de combustíveis fósseis e reforçar a aplicação da taxa de carbono, prosseguindo um movimento de reequilíbrio fiscal, em linha com o objetivo de transição justa, mediante a transferência progressiva da carga fiscal sobre o trabalho para a poluição e o uso intensivo de recursos.

3.1.8. Coesão do Território, Agricultura e Floresta

O Plano de Recuperação Económica deve dar uma atenção particular a esta área que é a chave para mobilizar o interior do país, dinamizar aí a atividade económica, criar emprego e aumentar a coesão territorial.

Temos um Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) que integra as opções certas para o território e para a política de paisagem com que queremos renovar a nossa prática florestal e edificar uma floresta geradora de benefícios para o futuro.

O desafio para o setor florestal em Portugal coloca-se ao nível da estrutura de propriedade, extremamente fragmentada, e da atratividade e do rendimento dos proprietários, só possível com o investimento na conversão em paisagens diversificadas capazes de promover bem-estar às populações e às comunidades locais, para além de tornar os territórios mais resilientes ao risco de incêndio.

O que a pandemia nos mostra é que não podemos menosprezar os riscos. O que a ciência nos diz é que o risco das alterações climáticas é real e já se faz sentir. Portugal é um dos países europeus potencialmente mais afetado pelas alterações climáticas e por isso é necessário criar um território mais adaptado. Destaca-se por isso o Plano de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas que estabelece as principais vulnerabilidades e as linhas de ação para as enfrentar.

O Plano de Recuperação deve dar primazia aos seguintes investimentos:

Plano de investimento direcionado para o interior, a Economia Local e o Espaço do *Hinterland* Ibérico

Portugal é um País com muitas assimetrias e uma das mais profundas é a diferença entre o desenvolvimento do litoral e do interior. No entanto, se olharmos para as últimas décadas, existem cidades do interior que têm protagonizado ciclos de desenvolvimento apoiados nas suas Universidades, Politécnicos e Centros Tecnológicos e de Inovação. De Bragança a Évora, de Castelo Branco à Covilhã e ao Fundão, de Viseu a Faro, o interior do país revela hoje um novo dinamismo e pode protagonizar um eixo estratégico de mudança dentro do Plano de Recuperação Económica.

É preciso descentralizar o crescimento e descentralizar o país. Nesta perspetiva, é importante combinar a estratégia, o modelo de desenvolvimento económico e o salto tecnológico para a economia local adquirir escala.

Este grande plano de investimento na ciência, tecnologia, conhecimento e recursos humanos deve ser desenhado para construir espaços geoeconómicos integrados e consolidar o *cluster* agrícola e florestal de Bragança, Douro, Castelo Branco, Santarém e Évora; o *cluster* digital do Fundão; o *cluster* de Viseu e Vila Real como paradigmas da cidade do futuro; o *cluster* da Covilhã e de Castelo Branco como polo das ciências biomédicas; o *cluster* de Elvas como centro de novas culturas e produtos naturais; o de Chaves, Vidago, Curia, Pedras Salgadas, Luso, Manteigas, Monchique e São Pedro do Sul com o *cluster* das águas termais; de Montesinho, com o *cluster* da valorização dos recursos naturais; do vale do Côa como grande polo de valorização da paisagem e do território. Estes projetos, se bem desenhados, podem ser transformadores do país, do interior e contribuir para a construção de uma economia mais justa, equilibrada e inclusiva.

Neste contexto, é importante fazer o seguinte:

- **Explorar o conceito de *Hinterland* Ibérico**: pôr as cidades perto da fronteira espanhola a dialogar umas com as outras e criar condições para se desenvolverem espaços geoeconómicos integrados. A geoeconomia é uma das chaves do desenvolvimento no século XXI e para Portugal isto é crucial, porque estes espaços geoeconómicos potenciam a intervenção das empresas portuguesas no mercado ibérico, alargam o raio de alcance da atividade económica, permitem superar as debilidades do mercado interno português e criar projetos-âncora que dinamizem o desenvolvimento para o futuro.
- **Neste quadro é relevante identificar para as cidades de média dimensão e áreas adjacentes, as suas valências e cadeias de valor,** desenvolver um modelo que ligue a economia local, a inovação tecnológica proporcionada pelas instituições científicas locais e nacionais, e promover áreas-chave de crescimento, criando *clusters* que dinamizem todo o ciclo económico.
- Na linha do que tem sido feito nos últimos anos no país, é possível construir em **Bragança, Douro, Castelo Branco, Santarém e Évora uma rede para a valorização económica das culturas agrícolas, identificação sistemática de pragas e doenças de culturas agrícolas e florestais, a investigação dos mecanismos de transmissão de infeções e da interação homem-animal na propagação de vírus**. Estes polos de investigação sobre os riscos biológicos podem catalisar as ligações com as empresas

agrícolas, ajudando a melhorar os sistemas de produção e processamento, alavancando o crescimento económico local, ligado à inovação tecnológica e à investigação. Estes projetos estão alinhados com o objetivo da UE para a coesão e a sustentabilidade dos territórios.

- O Fundão é uma cidade que pode servir de âncora a um grande projeto digital, reforçando a capacidade instalada e alargando o envolvimento com projetos empresariais e investindo também na atração de recursos humanos qualificados. A ligação com outras cidades em Portugal e em Espanha pode dinamizar a criação de um espaço geoeconómico integrado que seja propulsor de novas atividades e tecnologias.
- Viseu, Guimarães e Vila Real são cidades que há muito apostam na mobilidade inteligente, que têm projetos inovadores na gestão dos ciclos urbanos, que estão na linha da frente na luta pela descarbonização e transição energética; este programa é crucial para o futuro e apoiar todas estas valências de Viseu e Vila Real para criar cidades inteligentes e depois vender esse conhecimento nos mercados nacional, europeu e global, pode ser um projeto-âncora decisivo para o futuro.
- Covilhã e Castelo Branco têm hoje condições para consolidar um polo de inovação biomédica, reforçando a capacidade instalada nessa área, combinando os sistemas e tecnologias de saúde com projetos empresariais, atraindo investimento interno e externo, e recursos humanos qualificados. Existem condições para se criar um espaço geoeconómico integrado, que dialogue com Espanha e com o mercado europeu e amplie o raio de alcance dos produtos portugueses.
- Elvas tem condições para construir um Centro de Desenvolvimento, Promoção e Valorização de novas culturas e produtos naturais para o mercado nacional e europeu, estimulando a valorização do território com novas atividades agrícolas e recorrendo a uma forte aposta no conhecimento e na biotecnologia. A criação de um espaço geoeconómico integrado com o outro lado da fronteira pode servir de arranque para um novo ciclo de desenvolvimento.
- Chaves, Vidago, Curia, Pedras Salgadas, Luso, Manteigas, Monchique e São Pedro do Sul, entre outros têm um recurso natural importante com as suas águas termais, e no âmbito da valorização do interior, tendo em conta o papel das águas termais e as suas aplicações terapêuticas é importante desenhar um projeto integrado para avaliar este recurso, as suas características químicas, organolíticas e terapêuticas, identificar o potencial socioeconómico que pode ser promovido, integrar com a oferta turística local e consolidar um polo de desenvolvimento sustentável, ligado às atividades económicas associadas.
- Montesinho tem condições para consolidar um projeto sustentável de valorização dos recursos naturais da região, de promoção de novas culturas e produtos naturais para o mercado nacional e internacional, incluindo a observação e caracterização biológica, ecológica e paisagística, o estudo das alterações climáticas e impactos na biodiversidade, na qualidade da água e na saúde dos solos, tudo ligado à valorização dos recursos endógenos e ao desenvolvimento de sistemas sustentáveis que suportem as comunidades locais e contribuam para a criação de espaços geoeconómicos integrados.
- O Vale do Côa tem condições para a consolidação de um grande polo de valorização da paisagem e do território, com a observação e caracterização biológica, ecológica e paisagística, a ligação ao estudo dos impactos das alterações climáticas e ao desenvolvimento de processos para a melhoria da qualidade da água e da saúde dos

solos, com integração na oferta turística virada para a natureza e a valorização dos recursos endógenos.

- A Madeira e os Açores têm condições excelentes para serem promovidas como paraísos da biodiversidade, ligados à diferenciação da oferta turística, à observação e caracterização biológica, ecológica e paisagística, apoiando a proteção das reservas naturais, e desenhando projetos integrados para valorizar os recursos e apoiar o desenvolvimento das comunidade locais.

Os projetos-âncora que foram elencados e em que as autarquias locais e o governo têm desenvolvido um trabalho meritório, podem crescer e impor-se como polos de desenvolvimento local beneficiando de investimentos direcionados para a inovação, a tecnologia, o conhecimento, a qualificação dos recursos humanos e a criação de escala para potenciar a formação de espaços geoeconómicos integrados.

Este eixo estratégico de desenvolvimento pode transformar ainda mais o interior do país, reduzir as assimetrias no desenvolvimento e contribuir para a construção de um país mais sustentável, mais equilibrado, mais inclusivo e mais justo.

Programa de promoção de "Autarquias-Laboratório"

Este programa visa identificar as "Autarquias-Laboratório" que existem no país, como é o caso de Sintra, Viseu e Bragança, que têm plataformas colaborativas, envolvendo autarquias, empresas, Universidades e Politécnicos e Centros Tecnológicos, que servem de motores de transformação e desenvolvimento local. O reforço e disseminação de "Autarquias-Laboratório" deve ser fortemente apoiado, porque elas criam condições para dinamizar a economia das regiões, maximizam as sinergias e o aproveitamento dos recursos locais, integram e exponenciam as cadeias de valor, criam economias de escala e dão dimensão às empresas, promovem uma cultura ligada à tecnologia e ao conhecimento e podem constituir plataformas propulsoras da economia nacional.

Cidades mais competitivas na economia global

Macrorregiões

Um projeto de Investimento para as áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto visando construir duas macrorregiões competitivas globais, utilizando a sua escala para desenvolver soluções de cidades mais inteligentes e eficientes, com maior aposta nos sensores, na Ciência dos dados, na Inteligência Artificial e na inovação, para poderem intervir à escala global. Isto pressupõe a aposta na virtualização dos serviços e da indústria e no reforço da interconetividade de todas as redes (energéticas, comerciais, cadeias de valor, plataformas logísticas, resíduos) e de um uso eficiente e circular dos seus recursos. Pressupõe mapear todas as redes de inovação e investir no desenvolvimento das soluções e redes tecnológicas. Significa apostar na Internet da Energia e nas Redes Inteligentes e valorizar a localização estratégica das duas cidades para promover produtos e operações globais. Este projeto implica envolver nele não só as autarquias das grandes áreas metropolitanas, mas toda a rede de inovação destas cidades e potenciá-la, nomeadamente as empresas e setores industriais, as Universidades e Institutos Politécnicos, os Centros de Investigação e Desenvolvimento e os Centros de Engenharia e Tecnologia, os

Laboratórios de Estado e Centros Tecnológicos, os Parques Tecnológicos e os Centros de Investigação e Desenvolvimento das empresas multinacionais.

Clusters tecnológicos regionais

Um projeto de investimento para as outras cidades como, por exemplo, Aveiro, Braga, Bragança, Guimarães, Coimbra, Leiria, Setúbal, Évora, Faro, Guarda, visando promover a sua competitividade e baseada no que antes foi sugerido para Lisboa e Porto mas adaptado às realidades locais de cada cidade para reforçar a interconetividade regional, promover a virtualização dos serviços e da indústria, criar espaços geoeconómicos integrados, e mapear as redes de inovação e estimulá-las. Devem também ser criados *clusters* tecnológicos especializados, que atraiam novos habitantes, apoiem a agenda da descentralização, e sejam geradores de riqueza e emprego a nível local. Estes *clusters* regionais devem também ser líderes em outro tipo de projetos no âmbito da valorização do capital natural, do *cluster* do mar e da paisagem rural e agrícola. O envolvimento das autarquias é essencial bem como dos Parques Tecnológicos regionais, das Universidades e empresas.

Guimarães é um excelente exemplo de iniciativa da autarquia para a promoção da digitalização da economia e reforço da aposta na educação e formação para novas competências e para a inovação, através de projetos como o *getDigital* ou os projetos colaborativos com empresas sobre a Fábrica do Futuro, a Logística Inteligente, o *e-commerce* e a agricultura sustentável. Iniciativas como estas devem ser apoiadas e disseminadas à escala do País.

Desenhar planos de paisagem

Programa de Transformação da Paisagem

Um projeto de investimento para desenvolver o Programa de Transformação da Paisagem (PTP) dirigido a territórios vulneráveis decorrentes da conflitualidade entre a perigosidade e a ocupação e uso do solo, com o objetivo de promover a transformação coletiva de paisagens mais resilientes, sustentáveis e geradoras de riqueza. Este Programa integra várias áreas programáticas, entre as quais os "Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)", as "Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)", o programa "Condomínio de Aldeia (que visa a reconversão de áreas de matos e floresta em redor dos aglomerados populacionais em outros usos, desde que naturais ou seminaturais e estrategicamente geridos) e o programa "Emparcelar para Ordenar", para aumentar a dimensão física dos prédios rústicos em contexto de minifúndio e, assim, aumentar a viabilidade e sustentabilidade económica, social e ambiental.

Para dar cumprimento aos desígnios deste Programa, serão disponibilizados instrumentos financeiros de suporte ao ordenamento do território através da paisagem, à revitalização das atividades e ao fomentar de novos potenciais, a partir dos recursos endógenos, e ao incremento da multifuncionalidade, impulsionando as atividades económicas diretas e complementares relevantes e com valor na requalificação e gestão dos territórios mais vulneráveis.

Remuneração de serviços de ecossistemas

Um projeto de investimento centrado no papel da agricultura e floresta na prestação de serviços de ecossistemas, prevendo mecanismos de remuneração desses serviços, em áreas de grande suscetibilidade a incêndios e à desertificação e de elevado valor ambiental, reconhecendo e valorizando os usos do solo que contribuem para múltiplos objetivos ambientais, designadamente a preservação da biodiversidade, a conservação do solo, o sequestro de carbono e a gestão dos recursos hídricos.

Restauro de ecossistemas

Um programa de Investimento para restaurar ecossistemas de referência, como é o caso da Rede Nacional das Áreas Protegidas, de forma a preservar os valores em presença ao mesmo tempo que aumenta a resiliência e a capacidade de os sistemas enfrentarem os impactos das alterações climáticas e da perda da biodiversidade.

Combater a desertificação

No sentido de contrariar a expansão das áreas suscetíveis à desertificação e preservar e valorizar os sistemas de gestão sustentáveis, como é o caso do montado ou das culturas extensivas e em mosaico, importa canalizar incentivos dirigidos a zonas áridas, semiáridas e sub-húmidas, que assegurem paisagens vivas saudáveis e resilientes, suporte de vida e dos ciclos globais. Planear a paisagem para estas áreas, onde a água é um bem escasso, implica o desenvolvimento de paradigmas alternativos que passam pelo uso adequado de plantas na recuperação, adensamento e rearborização de áreas, pela aplicação de técnicas de controlo de vegetação não destrutivas para o solo e de técnicas de utilização de água sustentáveis, nomeadamente sistemas de gestão coletiva e eficiente da água, criando assim uma barreira contra a desertificação. Para combater a escassez de água que nesta altura atinge o sul do país, e que pode transformar-se num problema crónico e estrutural, todas as soluções devem ser ponderadas, desde a construção de reservatórios à dessalinização, quando esta se justificar do ponto de vista dos custos e da minimização do impacto ambiental. A experiência do Porto Santo é um exemplo que pode ser inspirador.

Estímulo a uma agricultura mais ecológica e sustentável

Um programa de investimento direcionado para os agricultores e empresas agrícolas, para estimular a produção agrícola nacional. Este programa deve envolver o apoio à modernização tecnológica das empresas e digitalização dos seus processos de trabalho e a aposta na transição para uma agricultura ecológica e sustentável, articulando o apoio com a necessidade de proteção dos solos agrícolas e a valorização das diferentes culturas nacionais. Tudo o que possa impulsionar este setor e promover uma política de substituição de importações dos bens alimentares, é estratégico para o país. A proposta de reforma da PAC, enquanto instrumento fundamental para apoiar os agricultores na transição para um sistema alimentar sustentável, foca-se já na sustentabilidade, no clima, na segurança dos alimentos e no desenvolvimento socioeconómico dos territórios rurais.

O setor agroalimentar, ligado à agricultura local, cria um novo paradigma assente no estímulo da agricultura local e das cadeias logísticas locais, o que é excelente para criar âncoras de desenvolvimento no território. No que concerne à agricultura industrializada é urgente repensar o modelo tendo em conta a riqueza dos solos em algumas zonas do país, mas também os constrangimentos em termos da água e recursos. É vital preservar e assegurar sempre a sustentabilidade do ciclo da água e a gestão dos aquíferos. Questões como as culturas agrícolas, as cadeias de valor, a sustentabilidade dos projetos, a gestão da água e a proteção dos solos, a definição dos perímetros de rega e a necessidade de desenvolver um modelo equilibrado entre a agricultura local e ecológica e a agricultura industrial, são cruciais para o país não ser confrontado com as consequências de um modelo agrícola insustentável que degrade os solos e a água e crie enormes fragilidades para o futuro.

Gestão de Recursos Hídricos

Adaptar as regiões hidrográficas aos riscos de inundações e aos fenómenos de seca, com vista a prevenir os riscos e as consequências de eventos extremos, agravados em contexto de alterações climáticas. Os fenómenos de seca e de escassez hídrica impactam severamente nas atividades económicas que dependem desses recursos e poderão, caso nada seja feito, impactar mesmo nas disponibilidades para consumo humano. Cabem, aqui, as medidas prioritárias dos Planos Regionais de Eficiência Hídrica do Alentejo e do Algarve que passam pelo aumento da eficiência hídrica, pelo fomento da utilização de águas residuais tratadas e pelo reforço da capacidade de armazenamento local. Paralelamente, deve ser considerado o estudo de projetos de dessalinização, com base numa análise custo/benefício e na minimização dos impactos ambientais.

Intervenções no Litoral

No quadro da adaptação do território às alterações climáticas, assume particular relevância a valorização e defesa do litoral, conforme consagrado no Plano Litoral XXI, tendo presente que o litoral é particularmente vulnerável à erosão costeira e a galgamentos costeiros com efeitos muito significativos e gravosos. Os impactos decorrentes das alterações climáticas, designadamente a subida do nível médio do mar e a modificação do regime de agitação marítima, da sobre-elevação meteorológica e da precipitação poderão traduzir-se no estabelecimento ou variação da intensidade da erosão e na modificação da frequência e intensidade das inundações costeiras, aumentando ainda mais a exposição de pessoas, bens e sistemas naturais a situações de risco. A extensão de linha de costa de litoral baixo e arenoso e baixo rochoso suportado por dunas em situação crítica de erosão é de 180 km, com taxas de recuo de magnitude variável. Destaca-se que 14% da costa continental está artificializada, quer devido à existência de infraestruturas portuárias, quer à necessidade de salvaguardar aglomerados urbanos, face à elevada taxa de erosão.

Importa por isso concretizar as intervenções de proteção do litoral e intervenções na linha de costa para reduzir as vulnerabilidades e reforçar a proteção, designadamente reabilitação e reforço das infraestruturas de proteção, reabilitação do sistema costeiro, reforço do cordão dunar e recargas de areia.

Programa para o desenvolvimento de um Centro de Competências para a gestão de riscos naturais e de saúde pública e aumento da resiliência do país

Portugal pode enfrentar riscos significativos no futuro, não só em termos de novas pandemias, mas também no âmbito do risco sísmico, energético, climático, ciberataques riscos naturais de diversa índole. É importante o país investir nas suas capacidades e recursos humanos direcionados para a identificação e prevenção de riscos, e desenvolvimento de estratégias de resposta e resiliência do território. O papel dos municípios neste plano é crucial e a melhoria da articulação ao nível nacional, regional e local, com o desenvolvimento de um sistema integrado de informação é mandatório.

3.1.9. Um Novo Paradigma para as Cidades e a Mobilidade

Sendo nas cidades (zonas urbanas e suburbanas) que se concentra a grande maioria da população portuguesa e, em consequência o tecido empresarial e o maior consumo de energia e de materiais, as cidades assumem um dos principais focos de intervenção no contexto de um plano para a recuperação verde, visando o desenvolvimento de cidades mais verdes e inteligentes. Ao longo dos últimos anos o país tem feito um percurso assinalável nesta área. O caminho que tem sido seguido deve ser aprofundado nomeadamente com a maior aposta nos transportes públicos, eletrificação crescente da frota automóvel e cidades mais amigas dos peões. Deve ainda apostar-se em parques urbanos requalificados, verdes, e promotores de uma melhor vivência em comunidade, bem como na necessidade de se repensar soluções de logística urbana, e apoiar a habitação de longa duração nos edifícios reabilitados, com vista a atrair moradores permanentes que impulsionem a economia local e o comércio de proximidade.

Neste quadro o Plano de Recuperação deve ter em conta os seguintes investimentos:

Mobilidade Sustentável em cidades mais verdes

Programa de eletrificação de frotas urbanas

Acelerar a mobilidade elétrica nas cidades, incluindo a frota de transportes públicos com veículos de zero emissões (elétricos ou a hidrogénio), que é crucial para combater a poluição, e mudar o paradigma da mobilidade nas cidades tornando-o mais limpo e mais sustentável. Será também importante melhorar a rede de carregamento de veículos elétricos.

Reforço da oferta de soluções de mobilidade ativa nas cidades e reorganização da circulação

Apoiar a construção de ciclovias e intervenções no espaço urbano que promovam e facilitem a mobilidade ativa e a intermobilidade entre a bicicleta e o transporte coletivo, e criar ciclovias com continuidade espacial até zonas suburbanas, que permitam deslocações em segurança.

Considerar a reorganização da circulação nas cidades, tirando partido da redução nas deslocações devido ao teletrabalho, de modo a reconverter espaços destinados ao automóvel para outras funções, como vias de circulação para transportes coletivos, ciclovias, e zonas verdes e de lazer.

Novas soluções de Logística Urbana

Desenvolver novas soluções de logística urbana, que permitam apoiar a sua descarbonização e aumentar a eficiência do sistema de mobilidade e de entregas, através do desenho de soluções e aplicações de micrologística que permitam otimizar, em particular, as entregas geradas pelo e commerce.

Cidades +

Programa Cidades + Verdes

Com esta iniciativa reconhece-se a importância das áreas verdes como um recurso ambiental, social e de saúde pública, com efeitos benéficos na saúde física e mental das populações. São áreas fundamentais ao fornecer oportunidades para atividade física, ligação à natureza, contribuindo para equilíbrio psicológico e mental, fatores críticos para melhorar a qualidade de vida urbana.

Pretende-se estimular iniciativas de criação ou alargamento de espaços verdes multifuncionais, melhorando a ligação campo-cidade, criando nichos ecológicos diversificados em várias formas: do grande espaço naturalizado de lazer e recreio à simples rua ou praça arborizada. Estes espaços deverão ser integrados na estrutura ecológica contribuindo para o funcionamento do ciclo da água, regulando a infiltração e os escoamentos, a amenização climática, o movimento das massas de ar, salvaguardando o solo produtivo e combatendo a poluição atmosférica.

Privilegiam-se iniciativas em aglomerados de elevada densidade urbana, com carência de espaços verdes e com problemas de qualidade do ar e ruído. Devem também ser valorizados aspetos de caráter social ou económico para os quais esta iniciativa possa contribuir.

Ecobairros

Apoiar atividades de proximidade associadas à promoção e disseminação de cadeias curtas de produção e consumo, circulares e descarbonizadas, dinamizando o mercado de produtos locais e sustentáveis.

Esta iniciativa pode incluir a promoção de cadeias curtas de produção e consumo de produtos alimentares ou outros, o apoio a iniciativas que visem a reparação e remanufatura de equipamentos ou produtos à escala local, sistemas de partilha de equipamentos ou serviços. Pretende-se privilegiar as iniciativas integradas, em áreas geográficas previamente delimitadas e que possam acomodar as iniciativas a apoiar. Para além dos objetivos

ambientais identificados devem ser valorizados aspetos de caráter social ou económico para os quais esta iniciativa possa contribuir.

Apostar na melhoria da qualidade do ar

Um projeto de investimento para a concretização das medidas dos Planos de Melhoria de Qualidade do Ar e criação de Zonas de Emissões Reduzidas para abordar os pontos mais poluídos do país em termos de qualidade do ar, com consequências para a saúde dos cidadãos.

Edifícios Sustentáveis

Programa de reabilitação de edifícios

Lançar uma nova geração de programas de reabilitação urbana nas áreas metropolitanas e em cidades de média dimensão do interior, incluindo o edificado e o espaço público, dinamizando não só a recuperação das cidades, mas promovendo também o emprego e a inclusão social. Neste sentido, é importante reabilitar, tornar os edifícios descarbonizados, energeticamente mais eficientes e promover a adoção de energia de fontes renováveis. Com este Programa, pretende-se contribuir para reduzir a fatura de energia, melhorar o nível do conforto e da qualidade do ar interior, reduzindo a pobreza energética e beneficiando a saúde. Esta iniciativa está alinhada com a Estratégia de Longo Prazo para a Renovação de Edifícios no parque de edifícios residencial e de serviços. O combate à pobreza energética e a ligação às comunidades de energia deverá também ser assegurado.

A participação do Estado como ator central neste projeto, tendo em conta toda a rede de edifícios públicos que gere, pode ser uma alavanca impulsionadora e decisiva. Será, por isso, igualmente lançado o novo Programa ECO.AP, tendo como horizonte 2030, reafirmando a prioridade da eficiência energética, alinhada com a descarbonização, a promoção das fontes de energia renovável e a eficiência de recursos nos serviços da administração pública.

Neste quadro, deverá ser dada especial atenção a edifícios públicos ou onde se prestam serviços públicos como os hospitais, escolas, tribunais, instituições de solidariedades social, mas também a habitação social. Esta dinâmica deverá ainda ser estendida a edifícios privados, mediante a criação dos instrumentos adequados.

Promoção da habitação de longa duração e comércio local em cidades

Apoio ao arrendamento de longa duração

Um projeto de investimento para apoiar o retorno dos habitantes aos centros urbanos com vista ao arrendamento de longa duração, promovendo a atividade económica local e o consumo de proximidade através de mercados locais formais e de mercados temporários.

3.1.10. Cultura, Serviços, Turismo e Comércio

A importância do setor da **Cultura** no funcionamento das sociedades modernas é incontornável, pelas mais-valias e impactos que traz em termos de inovação e criatividade. Existe um conjunto de iniciativas do Governo para lidar com a situação de emergência vivida neste setor, que passa pelo apoio aos agentes culturais, e que deve ser reforçado para contemplar os produtores de bens culturais, nas áreas da música, literatura, teatro, cinema e artes plásticas.

No âmbito do Plano de Recuperação a cultura, as artes e a criatividade constituem um programa de ação abrangente e inovador, que terá como foco as novas gerações, os talentos emergentes, a maior interligação entre agentes culturais e meio envolvente, descentralizando as atividades e promovendo novas áreas, como a dos projetos artísticos que acompanham o desenvolvimento da rede de infraestruturas e equipamentos públicos do país. O programa deve contemplar também áreas ainda insuficientemente exploradas, embora com núcleos de talento nacional, e que operam no cruzamento das indústrias criativas com a transição digital, o uso sofisticado e integrado do design, a exploração das potencialidades da impressão tridimensional, a reativação inovadora do artesanato e dos materiais tradicionais combinados com as preocupações ecológicas, a redinamização do património cultural do país e a sua transformação em centros de incubação das artes e indústrias criativas.

O **comércio e os serviços** estão entre os setores mais afetados pela crise decorrente da pandemia COVID 19. Nesse sentido, entre outras medidas que podem ser identificadas, identificam-se oportunidades na área da economia circular que podem ser aproveitadas. Tratam-se de projetos transformacionais, associados à alteração de hábitos de consumo e que devem ser incentivados. Destacam-se as potenciais sinergias com a criação de cadeias curtas e com a promoção da economia da partilha.

Tendo em conta a importância do **turismo** em Portugal, que representa cerca de 13% do PIB nacional, importa direcionar programas de apoio específicos para a sua revitalização. Além do turismo convencional, é importante reforçar a diversificação da oferta e contemplar programas para o turismo da natureza e o turismo cultural.

Programa para a Cultura, Criatividade e Inovação

Artes visuais e arte pública nas infraestruturas e equipamentos públicos

Este programa visa patrocinar o exercício disseminado das artes, descentralizando as atividades culturais, promovendo a emergência de novos talentos, incrementando o interesse dos cidadãos pelas artes e promovendo uma maior ligação à sociedade, atraindo novos públicos e dando sustentabilidade ao setor. Desta forma, este programa deve cruzar a criação artística com o desenvolvimento das infraestruturas públicas (como eólicas, barragens, transportes) e dos equipamentos públicos (escolas, hospitais e outros).

Criatividade, Tecnologia e Digitalização

As áreas criativas, como a animação, design de som, de imagem, de produto, conteúdos para jogos, arte digital e o desenvolvimento das tecnologias associadas ao digital (realidade aumentada, realidade virtual, inteligência artificial) são as áreas de atividade com significativas taxas de crescimento económico a nível global e que continuarão a crescer no futuro.

Neste contexto, devem ser promovidas as seguintes iniciativas:

- Criação de um **fundo público para a criatividade digital**, para investir em projetos inovadores que associem arte e tecnologia;
- **instalação de incubadoras para a criatividade e arte digital**, com ligação às universidades e aos centros tecnológicos, para apoiar e promover projetos que incorporem tecnologia nos processos de criação artística.
- Criação de um **programa nacional de investigação e desenvolvimento para fileiras altamente especializadas na área da cultura** (conservação e restauro, talha dourada, frescos, têxteis, pintura, cerâmica e vidros, azulejaria, entre outras), através de bolsas de doutoramento/especialização e de emprego científico para museus e monumentos nacionais;
- Criação de um **Laboratório em Rede** (a partir dos já existentes em Portugal) **para a investigação dedicada à valorização do património cultural**, com especial enfâse na integração de metodologias das ciências físicas e dos materiais em abordagens interdisciplinares.
- Criação de um **programa para financiamento de digitalização de conteúdos e obras artísticas** (cinema, obras de arte) e de desenvolvimento de ferramentas tecnológicas para o património cultural (3D, realidade virtual), numa articulação entre instituições culturais (cinemateca, arquivo nacional sonoro, museus e monumentos,) empresas tecnológicas e Centros Tecnológicos e de Investigação.

Redes Artísticas

Portugal investiu durante muitos anos (fundamentalmente através de financiamento comunitário) em equipamentos culturais – cineteatros, cineclubes, teatros – muitos dos quais estão, hoje, fechados ou com utilização muito reduzida, por falta de investimento na sua modernização e falta de recursos profissionais para os gerir. Em simultâneo, existem muitos artistas e companhias artísticas com talento e capacidade para criar e programar, mas sem espaços de apresentação.

Existe também em todo o país um conjunto de centros de arte contemporânea que necessitam investimento em modernização tecnológica e infraestrutural, de apoio à divulgação, à circulação de obras de arte.

Por fim, os grandes centros urbanos concentram muitos artistas e criadores que não dispõem de espaços para criar, e em simultâneo, existem muitos espaços vazios no território, em especial nos territórios de baixa densidade populacional, que podem ser disponibilizados pelas autarquias e pela administração central para a criação de residências artísticas e espaços de criação e programação artística.

Neste sentido, devem ser implementados os seguintes projetos:

- Criação de uma **Rede Nacional de Cineteatros e Cineclubes**, através de um programa de investimento na modernização tecnológica e na capacitação profissional destes espaços e devolve-los à sua função, de criação e programação cultural com estruturas artísticas residentes.
- Criação de uma **Rede Nacional de Arte Contemporânea**, através de um programa de investimento para a capacitação dos espaços, desenvolvimento de ferramentas tecnológicas para digitalização e partilha de conteúdos e apoio à circulação de obras de arte e mobilidade de artistas.
- Criação de uma **Rede de Residências Artísticas**, através de um programa de investimento para melhoria das condições infraestruturais (físicas e tecnológicas) dos espaços vazios existentes e para apoio aos artistas e criadores, incentivando a sua mobilidade e fixação em territórios de baixa densidade.

"Saber Fazer Português": Artes e ofícios tradicionais

Programa de apoio às atividades artesanais assentes na tradição e na aptidão e habilidade técnica, tendo como objetivos centrais assegurar a transferência de conhecimento para as novas gerações, promover a inovação estratégica, a qualificação de produtos, a sua valorização cultural e económica (nos mercados nacional e internacional) e a criação de roteiros turísticos; para isto, deverão ser promovidas as seguintes iniciativas:

- Criação de um **"Centro Tecnológico Saber Fazer**", que deve ter uma abrangência territorial e promover programas de aprendizado das artes e ofícios tradicionais, que privilegiem a modernização e qualificação deste setor;
- Criação de um **programa de apoio ao desenvolvimento de negócios locais**, que incorporem os princípios da economia circular, através da aposta em produtos desenhados para longa duração, utilizando matérias primas naturais e promovam processos de produção limpos, com desperdício zero.

Eco-arte, Património Cultural e Natural

O cruzamento entre artes, ambiente e ciência é uma área de futuro a nível global, como plataforma para sensibilizar públicos para a realidade das alterações climáticas, a importância de preservar e proteger a floresta e a biodiversidade, adotar modos de vida mais sustentáveis e circulares.

Neste contexto, são propostos os seguintes projetos:

- Criação de uma **Rede de Eco Residências Artísticas**, em jardins de museus e monumentos, jardins botânicos, Museu de História Natural e outros espaços de biodiversidade do país, que deverá acolher artistas, cientistas e designers (nacionais e internacionais) cujo trabalho propõe a utilização de recursos ignorados, transformação de resíduos de forma inovadora, investigação das propriedades de espécies endémicas, criação novas economias locais ou regionais e desenvolvimento de projetos culturais de ligação a comunidades locais; esta Rede deve servir de base à criação artística plural e

transdisciplinar, aberta a várias áreas - da literatura às artes plásticas, da arquitetura à ciência e biologia, investigação de materiais e design;

- Promoção de um **Programa Arte e Floresta**, com o objetivo de sensibilizar, através da arte, as populações para alterar comportamentos de risco face aos incêndios rurais e promover a valorização e proteção dos seus territórios;
- Criação de um **Plano Nacional para a Integração dos Patrimónios Cultural e Natural,** visando a reabilitação e dinamização dos muitos monumentos e museus do país que integram património cultural com património natural e que podem ser importantes ativos para o desenvolvimento económico e a coesão territorial; a reabilitação conjunta deste património, cultural e natural, é, também um importante instrumento para o desenvolvimento de programas eco-artísticos.

Programa de apoio ao comércio

Criar um programa de ajuda financeira direta às pequenas e médias empresas de comércio a retalho que promovam a oferta de produtos nacionais, em articulação com as restantes iniciativas propostas para este eixo.

Programa de incentivos à reparação de equipamentos

Programa Portugal Repara

Programa de incentivos à reparação de equipamentos, orientada para facilitar a ligação entre o consumidor e as empresas de serviços de reparação, essencialmente as micro e pequenas e médias empresas, aproveitando sinergias existentes com pontos de atendimento disseminados pelo território e redes logísticas já existentes, visando combater a obsolescência programada e promover a extensão da vida útil dos equipamentos, designadamente equipamentos elétricos e eletrónicos. Esta iniciativa visa ainda promover o emprego em pequenas e médias empresas ligadas à reparação de equipamentos, criando uma rede nacional de reparadores enquadrados num mecanismo de reconhecimento de qualidade de serviço.

Plano de investimento para o Turismo

Promover programas de atração de turistas

O país deve promover um grande plano para captar a atenção dos mercados mais importantes com base nas valências que Portugal apresenta em termos da sua diversidade geográfica e paisagística. A oferta deve ser diversificada, explorando as diferentes partes do território e é importante apostar na qualidade e ter como indicadores não só o número de visitantes, mas também a rentabilidade por turista. O setor do turismo é importante, e tudo o que possa aumentar a sua resiliência deve ser explorado. Portugal pode combinar o turismo convencional com o turismo da natureza, o turismo da saúde, o turismo cultural, a náutica de recreio e construir uma oferta competitiva.

É importante para o futuro que o turismo se desenvolva em maior articulação com outros setores da economia, evitando o recurso sistemático a mão-de-obra precária e

desqualificada. Neste quadro, a diversificação da economia, das cidades e do país pode contrariar a excessiva dependência de um único setor.

Promoção do Turismo de Natureza

Outro fator diferenciador com potencial em Portugal é o turismo rural e de natureza. Portugal é um destino por excelência para a prática de Turismo de Natureza dado que é detentor de um riquíssimo património natural, dispondo de uma enorme variedade de paisagens e elevada diversidade de habitats naturais, com condições que permitem a realização de atividades de animação turística ajustadas aos diferentes segmentos do Turismo de Natureza. Reuniões com os operadores desta área, como de outros setores, devem ser promovidas com os organismos públicos que as supervisionam, para captar ideias e mobilizar as empresas para projetos que possam ser marcantes e trazer benefícios para a indústria em geral.

4. Investimento e Financiamento

E, se sem investimento não há ação, importa agora adequar as propostas deste Plano de Recuperação Económica de Portugal aos meios financeiros disponíveis. É crucial assumir uma perspetiva de curto prazo e uma de médio/longo prazo, e considerar o papel preponderante de diferentes atores nas diferentes fases.

A curto prazo, o Estado terá um papel decisivo no relançamento da economia e proteção do emprego, impedindo a estagnação das atividades económicas e dos serviços, e ajudando na capitalização de empresas e de famílias em dificuldades.

A médio prazo é necessário assegurar uma transformação da economia portuguesa, tornando-a mais sustentável social, ambiental e economicamente mais resiliente, mais digitalizada, mais inovadora, mais interconectada e capaz de competir à escala global com uma massa crítica equipada para fazer a diferença.

No médio/longo prazo teremos, portanto, o papel do Estado na definição de políticas e investimento público, assegurando a reorientação da nossa economia, mas o setor privado assumirá um papel crucial como motor de mudança e de investimento na nossa sociedade e atividade económica.

INVESTIMENTO PÚBLICO

O investimento público passa não apenas pelo investimento em infraestruturas físicas e digitais, mas também pelo investimento na educação, na qualificação da população adulta, na inovação e I&D, no Estado Social e nos serviços públicos, em particular na Saúde. Todos estes investimentos têm espaço no quadro do apoio europeu.

O investimento público deve ser direcionado para apoiar o crescimento da economia competitiva, justa, digital e que cresça em harmonia com o ambiente – apostar na reindustrialização, na digitalização, no desenvolvimento de infraestruturas para mobilidade elétrica e ferrovia, no desenvolvimento de alternativas energéticas como as energias renováveis e o hidrogénio.

Este Plano de Recuperação comporta um conjunto de investimentos de grande significado.

Instrumentos de mudança para acelerar o Investimento Público no curto prazo

Abordagem Institucional

- **Reforço do investimento nos serviços públicos**, melhorando a dimensão e a qualidade da intervenção pública, tendo em conta especialmente que a crise sanitária e o seu impacto económico exigem não apenas uma dimensão de sentido regulatória, mas também uma agenda de reconstrução assente num papel ativo e orientador do Estado;
- **Alterações qualitativas nos mecanismos facilitadores do investimento**, em termos de enquadramento legislativo e administrativo do ordenamento e da localização territorial, articulação com licenciamento ambiental, logística e infraestruturas de mobilidade de mercadorias (acesso das zonas industriais às redes viárias principais, plataformas intermodais, ligação das mesmas às redes ferroviárias e aeroportuárias);
- **Melhoria dos fluxos de enquadramento público entre investigação, inovação e transferência tecnológica**, realinhamento do papel do IAPMEI e da ANI, e de promoção da capacidade concorrencial das empresas, melhorando a articulação entre IAPMEI e AICEP, e entre estes e as entidades financeiras públicas.

Abordagem instrumental

- **Definição de um Programa Financeiro de Recuperação**, envolvendo a reprogramação do PT2020, na componente de sistemas de incentivo, em função das prioridades, e mobilização adicional do Fundo de Recuperação, e dos recursos próprios do IAPMEI e TP;
- **Integração dos instrumentos de financiamento e capitalização das entidades financeiras**, através do Banco Promocional a criar;
- **Abordagem integrada dos instrumentos de incentivo, de financiamento e capitalização**, de forma dirigida a um núcleo de empresas de elevado potencial de crescimento e de afirmação internacional;
- **Criação de instrumentos integrados de apoio** – contratos programa, com envolvimento dos diferentes mecanismos de financiamento.

INCENTIVOS PÚBLICOS

Serão importantes os estímulos e subsídios para apoiar a nossa indústria na transição para a sua digitalização e para uma produção baixa em carbono e circular – garantindo a melhoria dos processos de produção, da competitividade do nosso tecido empresarial e um aumento da criação de riqueza e de oportunidades de emprego. Queremos conceder também incentivos às famílias, e apostar na criação de novas competências dos cidadãos. Este racional, alinhado com os objetivos da recuperação económica, deve aplicar-se à concessão de benefícios e incentivos públicos dirigidos às empresas e famílias.

Os incentivos às empresas devem ser estabelecidos com base em critérios claros, como os seguintes:

- Indicadores quantitativos de liquidez e solvência; volume de investimento nos últimos anos; volume e crescimento das exportações; qualificação dos recursos humanos; importância geográfica;
- Dimensão sistémica, como a integração nas cadeias de valor global ou a elevada interconetividade com o tecido empresarial existente;
- Dimensão estratégica, como a redução do conteúdo importado das exportações ou a estratégia de substituição de importações;
- Segurança de abastecimento (energia, alimentação, etc.)
- Custos afundados;
- Dimensão Social, como a absorção de emprego ou a oferta de serviços de dimensão social.

Estas decisões deverão ser feitas com base numa política de avaliação dos investimentos públicos, considerando também a sua contribuição para uma economia neutra em carbono e circular. Para tal, referenciamos a Taxonomia Europeia, que define as atividades sustentáveis em linha com o Acordo de Paris. Devem claramente evitar-se investimentos e subsídios que prolonguem a vida das atividades poluentes e dependentes de combustíveis fósseis.

INVESTIMENTO PRIVADO

Ao investimento público, acresce uma contribuição crucial de investimento privado no desenvolvimento de projetos e infraestruturas, que incluem, por exemplo, investimentos associados aos leilões para parques solares e projetos da responsabilidade de entidades que desempenham funções de serviço público.

As empresas portuguesas, principalmente as PME, são das mais receosas no espaço europeu, relativamente ao acesso a financiamento. Na sequência da crise, tem havido uma queda significativa de investimento privado. Em Portugal, o investimento privado é muito baixo e constitui um entrave ao crescimento. O agravamento do problema com a crise pode tornar-se num bloqueio estrutural ainda maior. Por isso, no Plano de Recuperação, a questão do investimento privado é prioritária e o Banco de Fomento deve assumir um papel de destaque. As empresas portuguesas receiam a perda de controlo e queixam-se da complexidade da regulação e dos custos de entrada. Há um conjunto de propostas e recomendações da CMVM que pode contribuir para minimizar o problema. Estão neste caso a proposta de voto duplo (entrada de capital, mas com voto simples face a acionistas de longo prazo, com voto reforçado); vantagens fiscais para capital paciente; redução de despesas e requisitos legais; apoio a I&D sobre a atividade das PME, de modo a suprir a assimetria de informação entre as empresas e os investidores externos.

INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO

Instrumentos de Financiamento Comunitário

PLANO DE RECUPERAÇÃO PARA A EUROPA

A Comissão Europeia definiu um plano ambicioso e abrangente para a recuperação europeia - o Plano de Recuperação da Europa. O plano estabelece uma estratégia para relançar a economia europeia, impulsionar as transições ecológica e digital e tornar a economia mais justa, resiliente e sustentável para as gerações futuras, em linha com o Pacto Ecológico Europeu.

A execução do plano de recuperação exigirá investimentos públicos e privados significativos, que deverão ser apoiados pelo orçamento da EU tendo por base diversos instrumentos de financiamento:

QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL REFORÇADO – POLÍTICA DE COESÃO 2021-2027

- A Comissão propõe um orçamento da EU reforçado, com um amplo leque de elegibilidades centradas em cinco objetivos principais:
  1. Uma **Europa mais inteligente**, graças à inovação, à digitalização, à transformação económica e ao apoio às pequenas e médias empresas;

2. Uma **Europa mais verde**, sem emissões de carbono, aplicando o Acordo de Paris e investindo na transição energética, nas energias renováveis e na luta contra as alterações climáticas;
3. Uma **Europa mais conectada**, com redes de transportes e digitais estratégicas;
4. Uma **Europa mais social**, concretizando o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e apoiando o emprego de qualidade, a educação, as competências, a inclusão social e a igualdade de acesso aos cuidados de saúde;
5. Uma **Europa mais próxima dos cidadãos**, graças ao apoio a estratégias de desenvolvimento a nível local e ao desenvolvimento urbano sustentável na UE.

INSTRUMENTO EUROPEU DE RECUPERAÇÃO – NEXT GENERATION EU

- A Comissão propõe um instrumento de emergência que irá reforçar temporariamente (até 31 de dezembro de 2024) o orçamento da EU com novo financiamento, obtido nos mercados financeiros. Os fundos mobilizados serão canalizados através de programas da UE para apoiar as medidas imediatas necessárias para proteger os meios de subsistência, reerguer a economia e impulsionar um crescimento sustentável e resiliente. O financiamento proveniente do Next Generation EU será investido em três objetivos com instrumentos específicos:
  1. **Apoiar os Estados-Membros para que recuperem, reparem danos e saiam fortalecidos da crise**, através dos seguintes instrumentos:
     - **Mecanismo de Recuperação e Resiliência**, que visa apoiar investimentos e reformas essenciais identificadas no âmbito do Semestre Europeu;
     - **REACT-EU**, que visa investir em ações de reparação de danos da crise a curto prazo, como a recuperação dos mercados de trabalho e apoio aos sistemas de saúde;
     - **Mecanismo para uma Transição Justa**, assegura o financiamento da transição para a neutralidade carbónica nas regiões mais suscetíveis de terem impactes sociais negativos, assegurando uma transição justa.

  2. **Relançar a economia e ajudar a desbloquear o investimento privado,** através dos seguintes instrumentos:
     - **Reforço do Invest EU**, que assegura a mo0bilização de investimento privado em linha com as prioridades políticas da EU, incluindo um novo Mecanismo de Investimento Estratégico para investir em cadeias de valor cruciais para a futura resiliência e autonomia estratégica da Europa;
     - **Instrumento de Apoio à Solvabilidade**, com o objetivo de prestar apoio urgente a empresas sólidas ameaçadas pela crise e dar resposta a problemas de liquidez e solvabilidade. Este instrumento deverá ficar operacional ainda em 2020.

  3. **Colher ensinamentos da crise e dar resposta aos desafios estratégicos da Europa,** através dos seguintes instrumentos:
     - **Programa UE pela Saúde**, que investirá na segurança sanitária e na resiliência dos sistemas de saúde;
     - **Mecanismo de Proteção Civil da União (RescEU)**, que reforçará a capacidade de resposta do mecanismo de proteção civil, assegurando meios de preparação para responder a futuras crises;
     - **Reforço do Horizonte Europa**, para investir na inovação e na preparação para o futuro nos domínios da saúde, da resiliência e das transições ecológica e digital.

- Outros programas da UE, serão reforçados por forma a que o futuro quadro financeiro esteja plenamente alinhado com as necessidades de recuperação.

Instrumentos para acelerar a capitalização de empresas

As empresas portuguesas estão muito descapitalizadas e é essencial criar condições para o reforço dos capitais próprios através de políticas fiscais e financeiras adequadas. Por um lado é preciso apoiar a tesouraria das empresas, na linha do que o Governo tem feito, mas alargar esse apoio, com a criação de mecanismos como:

- **Criação de um fundo, de base pública, de capital e quase capital**, aberto a fundos privados, para operações preferencialmente em coinvestimento, dirigido a empresas com orientação exportadora e potencialidades de exploração de escala;
- **Redefinir e simplificar os instrumentos de capital e acesso ao financiamento**, em função das condições resultantes do ciclo de vida das empresas, suprindo a intervenção pública falhas de mercado, prioridades de desenvolvimento estrutural e estimulando ofertas de mercado em segmentos específicos. Revisão do sistema nacional de garantia mútua;
- **Criação de um banco promocional**, definindo uma matriz clara da operação em torno dos segmentos de empresas com maior capacidade de arrastamento e não numa lógica de assunção das operações de risco que o sistema financeiro convencional não está disponível para aceitar; **esta instituição terá também o mandato de um banco verde** para garantir uma maior capitalização de investimentos verdes, em linha com o Pacto Ecológico Europeu e os compromissos ambientais de Portugal, e simultaneamente, promover uma melhor coordenação e eficiência na distribuição dos diversos fundos ambientais disponíveis.
- **Desenvolvimento de uma abordagem integrada entre financiamento à exportação, seguros de crédito, estímulo ao investimento internacional**, que integrem a oferta de soluções, com maior presença dos estímulos públicos. Para ajudar a alavancar as exportações das empresas portuguesas, é central ter atenção aos seguros de crédito; o Centro de Competências deve desenhar mecanismos que facilitem o acesso a seguros de crédito às empresas, o que passa por criar uma verdadeira COSEC portuguesa.
- **Programa de apoio à reestruturação de empresas,** apoiando a recuperação e a realocação de capital em empresas mais produtivas, com reafectação de meios de produção e trabalhadores.
- A possibilidade de dedução de lucros nos últimos exercícios, mecanismos de incentivo e créditos fiscais para fomentar a revitalização das empresas, dedução de prejuízos acumulados, incentivos a fusões e aquisições para criar massa crítica na economia.
- **Programa de apoio à tesouraria das empresas**, com a dedução dos prejuízos fiscais gerados em 2020 e 2021 aos últimos exercícios financeiros; acelerar a conversão de créditos

de emergência às empresas através da integração de plataformas de dados que permitam respostas em tempo útil.

Prosseguir com reformas fiscais como fonte de financiamento

- **Prosseguir com reformas de fiscalidade verde,** com vista ao reequilíbrio fiscal, em linha com o objetivo de uma transição justa, mediante a transferência progressiva da carga fiscal sobre o trabalho para a poluição e o uso intensivo de recursos. Atividades poluidoras devem ser penalizadas e atividades verdes devem ser incentivadas.

Promover instrumentos inovadores, estimulando financiamento público e privado

Este é o momento de usar financiamento público, mas também de criar instrumentos para alavancar fundos privados que procuram apoiar a transição ecológica e digital, oferecendo às empresas e famílias oportunidades de crescimento económico e desenvolvimento social.

- *Emissão de títulos de dívida verde (Green Bonds) e de dívida social (Social Bonds)*. Existe um elevado interesse por parte de investidores por este tipo de produtos – que oferecem um rendimento financeiro, mas também um benefício ambiental e/ou social. Portugal deverá tirar partido desta oportunidade. Considerando os elevados níveis de investimento público e privado necessários para relançar a economia, e que estes devem ser direcionados para uma economia baixa em carbono e circular, devemos promover a emissão de dívida verde. Devem ser também e considerados os benefícios de emitir dívida social, dirigida ao financiamento de despesas com saúde, incluindo equipamentos e hospitais, despesas de apoio a PMEs, despesas de apoio à promoção do emprego e educação, despesas de apoio à digitalização.

- *Criação de fundos de investimento público-privados - Blended finance*: dado o elevado interesse dos investidores para financiarem uma economia verde, existem oportunidades de criar fundos de investimento público-privados (i.e., *blended finance*) para apoiar projetos inovadores. Os instrumentos de *blended finance* aumentam a capacidade de financiamento, já que a existência de capital público na constituição de um fundo melhora o perfil de risco para os investidores privados, permitindo atingir o perfil de risco-retorno exigido para que concedam empréstimos. Este tipo de instrumento permitirá alavancar o volume de financiamento concedido, e poderá ser desenhado de forma a atrair diversas instituições doadoras, dependendo do interesse demonstrado (por exemplo, fundos direcionados a determinadas fileiras industriais).

- Devem ainda ser analisados **possíveis benefícios fiscais que poderão ser aplicados a transações de financiamento verde e social** (obrigações e empréstimos), como um sinal claro dos investimentos privados que devem ser acelerados. Por exemplo, considerar-se a redução do imposto de selo nestas transações, majoração no IRC de parte do valor investido em projetos verdes e isenção das mais-valias no IRC no caso de reinvestimento em projetos sustentáveis.

INSTRUMENTOS DE APOIO ÀS EMPRESAS

Visando reforçar a competitividade e especialização produtiva das PME:

- Redefinição dos mecanismos de apoio ao investimento, visando especialização, aumento da intensidade tecnológica e dos meios digitais de relação com o mercado, melhoria das competências dos trabalhadores, quadros técnicos e gestores, incluindo as necessidades decorrentes das alterações estruturais originadas pelo impacto da crise sanitária;
- Ajustamento dos mecanismos de incentivo em função do ciclo de vida das empresas, de modo a que os mecanismos de promoção do empreendedorismo, das fases de crescimento e maturidade empresarial sejam ajustadas às suas necessidades e caraterísticas concretas;
- Programa de capacitação e formação especialização de gestores, a integrar num programa de âmbito geral de requalificação e formação em competências distintivas adaptadas à evolução dos modelos de negócio e aos novos fatores concorrenciais;
- Programa de melhoria das condições de produção, assente na melhoria da organização do trabalho, na ergonomia dos postos de trabalho e nas condições de higiene e segurança, com impactos potenciais na produtividade;
- Reforço dos mecanismos de estímulo à cooperação, associando em torno de clubes de fornecedores capacidades de oferta agregada.

As empresas portuguesas estão muito descapitalizadas e para o financiamento da atividade económica recorrem à dívida. Este financiamento através da dívida tem vindo a asfixiar muitas empresas e é a altura de equacionar um paradigma diferente. A enorme alavancagem das empresas portuguesas é um lastro que as inibe de crescer. Esta é uma oportunidade para tentar mudar esta situação. Portugal é, há décadas, um dos países mais endividados da OCDE. O endividamento das empresas portuguesas é também um dos mais elevados, tendo em conta os PIB nacionais. Nas últimas duas décadas, o número de empresas com títulos cotados na Bolsa Portuguesa caiu cerca de 2/3. Desde o ano 2000, apenas 16 empresas entraram no mercado de capitais, sendo que 91 abandonaram a *Euronext Lisbon*. A bolsa portuguesa apresenta uma das mais baixas capitalizações bolsistas da Europa, em comparação com os respetivos PIB; este indicador reduziu-se de 52% em 2007 para 30% em 2018. O mercado de capitais em Portugal tem deficiências e reflete o estado doentio da economia portuguesa. Neste contexto, é a altura de mudar o

paradigma da capitalização deficiente das empresas. Uma solução tem a ver com os fundos de capital de risco para investimento em empresas provadas de dimensão relevante, com participação e a gestão de entidades privadas e acompanhamento por parte da Unidade de Missão de Capitalização das Empresas Portuguesas. Isto pode envolver também participações minoritárias; com a possibilidade de as participadas acederem a moratórias em empréstimos existentes, e também a criação de contratos-programa, permitindo às empresas participadas ou seus acionistas, a recompra de ações em função do alcance de objetivos de interesse público, ao nível do investimento produtivo, emprego e exportações.

5. CONDICIONANTES, LIMITAÇÕES E OPORTUNIDADES

Existe um conjunto de condicionantes e limitações que se não for ultrapassado pode pôr em causa a execução do Plano de Recuperação Económica. Essas condicionantes e limitações têm a ver com a necessidade de uma resposta rápida e eficaz da Administração Pública e dos organismos do Estado, com a necessidade de melhorar as qualificações criando competências para os novos desafios; com a definição clara dos instrumentos financeiros necessários para a execução das políticas e para o investimento a médio prazo; com a necessidade de compatibilizar esses instrumentos que são decisivos, como o Banco de Fomento e/ou um Fundo Soberano, com o sistema bancário existente; com a necessidade de melhorar o trabalho dos reguladores e torna-lo mais eficaz; com a necessidade de melhorar significativamente o funcionamento da justiça e em particular da justiça económica e fiscal.

Neste contexto cada uma destas áreas é tratada sumariamente a seguir.

5.1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE COMPETÊNCIAS PARA A RECUPERAÇÃO

É primordial apostar numa administração pública mais qualificada, mais eficiente e em serviços públicos de qualidade, reforçando também a aposta na inovação e na modernização administrativa para melhor servir os cidadãos e as empresas, em linha com a Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública 2020-2023.

Para o sucesso deste plano, é essencial a reforma da Administração Pública. Portugal tem hoje, e de há muitos anos, uma administração pouco criativa, orientada a "pareceres" e não a decisões, processos e resultados.

Uma das queixas mais frequentes das empresas tem a ver com a excessiva burocracia que envolve todas as interações com o Estado, com a dispersão e multiplicidade de organismos envolvidos, provocando uma espiral de atrasos que muitas vezes mata os projetos, não podendo garantir-se que o bem público seja melhor defendido em consequência desse excesso de interação com a administração.

E Portugal tem sabido fazer bem em muitos domínios da administração, sendo os programas Simplex uma boa prova desse sucesso.

No entanto, persiste um problema de recursos humanos, sendo comum encontrar, em simultâneo, em organismos da administração, pessoas a mais e pessoas a menos, no sentido em que há um desajuste entre a rapidez das mudanças sociais e dificuldade de adaptação da administração do Estado.

Também em relação às condições de mobilidade dos trabalhadores, aos meios informáticos disponíveis, à formação, são várias as iniciativas previstas neste plano.

A nova administração deverá ser atrativa para os mais qualificados e talentosos, possuir chefias intermédias com capacidade de chefia e robustez técnica, ser capaz de partilhar informação, ser "amiga" dos seus utentes e ter um papel interventivo na mudança.

Nas iniciativas de apoio ao emprego há dois projetos que se cruzam com o desejo de transformação da administração pública; são os projetos que visam assegurar a manutenção do talento no país, inibindo o abandono do ensino superior e a criação de condições para reter no país os jovens licenciados. Estas devem cruzar-se com o desejo da qualificação da administração pública, fazendo sujeitar os apoios concedidos a um

estágio obrigatório ou a um emprego por duração mínima de tempo nos serviços do Estado.

A criação de um Estado com mais qualidade, passa também por simplificar o processo de licenciamento da atividade económica, desburocratizando sem prescindir das exigências legais e ambientais, revisitando os mecanismos de contratação pública, tornando-os mais ágeis e funcionais, e sempre com o objetivo de atingir a maior transparência na gestão dos dinheiros públicos e na prestação de contas.

A Administração Pública Portuguesa tem feito o seu caminho e hoje tem setores de grande qualidade e outros que deixam muito a desejar. Para a implementação do Plano de Recuperação Económica é importante admitir que **se a Administração Pública mantiver o seu registo de *business as usual* dificilmente dará resposta aos problemas que vamos enfrentar**. É importante o Estado ter mecanismos e instrumentos para acelerar as decisões estratégicas e coordenar com eficácia a execução do Plano de Recuperação. Como o papel das empresas vai ser essencial, o Estado deve ter um interlocutor único, uma espécie de "Loja do Cidadão" para as empresas, e evitar a dispersão e multiplicidade de organismos envolvidos. A definição clara dos critérios de apoio às empresas deve estar alinhada com os objetivos estratégicos do Plano, evitando apoiar negócios que não são rentáveis.

Deve ainda ser criado um portal público em que seja reportada a atribuição dos Fundos Europeus, as entidades beneficiadas, os critérios estabelecidos e o grau de execução, de forma a assegurar a transparência e integridade de todo o processo de prestação de contas.

5.2. O SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS E AS SUAS LIMITAÇÕES

O financiamento à economia portuguesa no médio e longo prazo é decisivo para o futuro. O Plano de Recuperação contém projetos estruturantes para a próxima década e prevê a necessidade de mudar o paradigma de capitalização das empresas portuguesas. Mas o sistema bancário português, fruto das suas limitações, dificilmente poderá desempenhar um papel transformador, se essas limitações não forem removidas.

O sistema bancário existente no país é essencial para o futuro e para o próprio Plano de Recuperação. Precisamos de bancos saudáveis que cumpram o seu papel de intermediação financeira no mercado. Mas o sistema bancário português foi muito atingido pela crise de 2007/2008 e tudo o que veio a seguir. É preciso continuar o processo de reestruturação do sistema bancário português, que tem algumas limitações que é preciso ultrapassar, nomeadamente a necessidade de desenvolver mecanismos de preservação de uma rentabilidade mínima sustentável, a necessidade de preservação de capital (que é um dos bens mais escassos do país), a defesa da posição de Portugal dentro da União Bancária Europeia, tendo em conta que quase todos os bancos nacionais são hoje dominados por capital estrangeiro e os seus centros de decisão estão fora do país, o que constrange as políticas nacionais. Todos os países do euro, sem exceção, têm a maioria dos bancos, dos seus ativos e poupanças, em instituições de base nacional e local, mas Portugal tem a banca controlada por outro país. Por outro lado, em Portugal a concorrência bancária é forte, mas há excesso de oferta. Uma banca forte, sustentável e concorrencial é uma condição fundamental para o desenvolvimento do país. Neste sentido é importante ajudar a reestruturação e estabilização do sistema bancário português, resolvendo os problemas que afetam o funcionamento e operacionalidade da banca. Entre esses problemas é importante resolver a questão das *tax losses carry forward*, com o número de anos em que os bancos podem utilizar os prejuízos fiscais, que é em Portugal muito diferente dos países europeus, o que se traduz num forte impacto na rentabilidade e capital dos bancos nacionais. Isto é: Portugal deve lutar no espaço europeu para assegurar condições concorrenciais iguais (*level playing field*) aos outros países, sem o que a banca nacional é fortemente condicionada. Uma medida que vise a eliminação do prazo de reporte de prejuízos fiscais em sede de IRC, em sintonia com o que acontece noutros países europeus, deve ser equacionada e

também extensível às empresas, em especial as micro, pequenas e médias empresas. Esta medida fiscal leva à preservação da solvabilidade e do nível de capitalização das empresas. É uma medida estrutural, que aplicada a todo o setor empresarial, pode contribuir para minimizar alguns dos problemas nesta fase crítica.

Em suma, o sistema bancário português tem alguns constrangimentos que se não forem resolvidos limitam o seu papel no Plano de Recuperação. Essas limitações incluem ainda a baixa rentabilidade dos capitais próprios, o montante ainda elevado do crédito malparado, a dependência do crédito a micro e pequenas empresas que têm muitas fragilidades, a necessidade de melhorar os seus rácios de capital, as restrições existentes na dedução dos prejuízos fiscais acumulados, o que diminui a rentabilidade e está em completa dissonância com o que se passa noutros países europeus.

5.3. A NECESSIDADE DO ESTADO CRIAR NOVOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PARA A EXECUÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONÓMICA

Um dos pontos fulcrais do Plano de Recuperação Económica, face aos recursos financeiros que estão disponíveis para o país no quadro europeu, é o seguinte: como é que o dinheiro vai chegar à Economia e às empresas? De quem é o capital? Que instrumentos vão ser criados pelo Estado?

Face à análise anterior, é importante reter que o sistema bancário português tem um papel essencial no Plano de Recuperação, mas tem limitações na sua intervenção, que advêm das regras a que está sujeito e dos constrangimentos antes identificados. Isso é especialmente crítico nas seguintes dimensões:

- Promoção de investimentos a médio e longo prazo que são estruturantes para o país;
- Capitalização das empresas, rompendo com o ciclo de endividamento e criando um paradigma novo.

Tendo em conta a dimensão da crise e à subcapitalização das empresas portuguesas e ao estado comatoso da economia, é crucial dar corpo e sustentabilidade ao projeto do Governo de criação de novos instrumentos financeiros, como o Banco de Fomento, que deve ter uma dimensão e capitalização adequada para fazer a diferença.

De acordo com as regras da UE em matéria de auxílios estatais, as intervenções públicas a favor das empresas podem não ser consideradas auxílios estatais quando são realizadas em condições de mercado que um operador privado pode aceitar (princípio do operador de economia de mercado). Se este princípio não for respeitado, as intervenções públicas podem ser questionadas e a CE procede à avaliação da compatibilidade desses auxílios. O desenho do Banco de Fomento é importante para atender a todos os requisitos e poder funcionar. Vários países europeus têm Bancos de Fomento como a França, a Alemanha, a Espanha e a Itália. A Irlanda tem um Fundo Soberano que tem feito um trabalho notável no apoio à economia e à capitalização das empresas irlandesas.

No Plano de Recuperação a questão da recapitalização é vital, tendo em conta os constrangimentos do país em que são escassos os investidores institucionais com predisposição que invistam em capital, os fundos de capital têm pequena escala, os fundos de ações que investem em Portugal são limitados e não permitem o apoio a estratégias de crescimento, a cultura das empresas é baseada na preferência por subsídios e há falta de interesse e baixa literacia para solicitar financiamento de capital. São obstáculos de monta e isto é exponenciado pelo facto de apenas 3% das PME portuguesas considerarem a possibilidade de fontes alternativas de financiamento, que não a dívida.

Neste quadro é importante o País utilizar todas as soluções disponíveis, nomeadamente os instrumentos financeiros públicos, alargar o âmbito dos instrumentos do PT 2020, reforçar o Fundo de Fundos *Portugal Growth*, explorar as novas ferramentas do Banco Europeu de Investimento e analisar a possibilidade de reprogramação do PT 2020, com maior flexibilidade de transferência entre FEDER, FSE e Fundo de Coesão.

Ao mesmo tempo é importante o país explorar as novas soluções europeias no âmbito do programa de recapitalização desde o *Temporary Framework* (com as regras sobre apoio público sob a forma de instrumentos de capital próprio), os apoios de emergência da UE (com três redes de segurança para trabalhadores, empresas e soberanos), o *Next Generation EU* e o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027.

É muito importante agir rapidamente para explorar as soluções no âmbito da UE como o *Solvency Suppport Instrument* para apoio urgente a empresas sólidas colocadas em

risco pela crise; o *Strategic Investment Facility* para investir em cadeias de valor cruciais para a futura resiliência e autonomia estratégica da Europa e o programa de *Invest EU* que é adequado para mobilizar investimentos e apoiar as políticas da UE durante a recuperação da crise económica.

Além destes progressos é essencial explorar as soluções europeias ao nível do programa *Recovery and Resilience Facility*, que se destina a financiar investimentos e reformas alinhadas com as políticas europeias identificadas através do Semestre Europeu; o *REACT-EU* para aumentar o apoio à coesão dos Estados-membros e tornar as suas economias mais resilientes e sustentáveis; o *Rural Development Program* , para ajuda à agricultura e às áreas rurais; e o *Just Transition Mechanism* para acelerar a transição para uma economia verde.

Em suma, para transformar a economia portuguesa é preciso resolver o problema do financiamento, estudar as alternativas ao paradigma do endividamento das empresas e criar os instrumentos necessários. O Banco de Fomento (à semelhança do modelo Alemão, Francês, Espanhol ou Italiano), ou um Fundo Soberano (à semelhança do modelo Irlandês) são passos indispensáveis. É também uma oportunidade para dinamizar o mercado de capitais em Portugal e termos empresas mais saudáveis. Através do Banco de Fomento ou do Fundo Soberano, o Estado pode subscrever capital das empresas, sujeitar essa subscrição à discussão de um Plano de Negócios competitivo e a critérios de rentabilidade. O Estado não deve interferir na vida das empresas, mas servir de rede de segurança para as empresas competitivas se desenvolverem e, depois, o Estado deve ter uma estratégia de retirada, as ações podem ser adquiridas pelos sócios das empresas, quando estas recuperaram. Isto foi feito nos EUA durante a administração Obama, com o plano de Hans Paulson, por exemplo na General Motors, ou no sistema bancário, e passados três ou quatro anos o Estado americano retomou o seu capital e as empresas recuperaram. É crucial o país não deixar cair as empresas que são rentáveis, que são competitivas, que têm um papel importante no próximo ciclo da economia portuguesa, e que por dificuldades de tesouraria ou problemas de retração de vendas, causados pela pandemia, estão em situação muito difícil.

O Banco de Fomento e/ou o Fundo Soberano permite ainda que o Estado participe em projetos estruturantes que exigem investimento a médio e longo prazo, e que o sistema bancário não está preparado para acompanhar.

No fundo, este novo ciclo económico pode resolver o problema do financiamento à economia, mudar o paradigma existente de capitalização das empresas, dinamizar o mercado de capitais, criar um sistema híbrido e mais flexível com a complementaridade entre os instrumentos do Estado, como o Banco de Fomento e/ou o Fundo Soberano, e o sistema bancário existente. Daqui pode resultar uma economia mais saudável e empresas mais capitalizadas e competitivas, o que é crucial para o futuro do país.

É também importante neste novo ciclo ter estratégias e políticas para dar escala às PME portuguesas, criar mecanismos e incentivos que facilitem as fusões e aquisições, e tornem as empresas portuguesas competitivas à escala global.

É também importante não descurar o apoio temporário às empresas que eram sustentáveis antes da pandemia, condicionando esse apoio à preservação de emprego, à qualificação da gestão, e à aposta na inovação tecnológica.

Um outro aspeto que é característico do país é o baixo nível de poupança. Neste novo ciclo é muito importante criar incentivos e mecanismos que promovam a poupança nacional e criem condições para no futuro existir uma base nacional capaz de fazer investimento produtivo.

Finalmente é muito importante ter um novo paradigma para a economia, o Estado e as empresas, capaz de alinhar a intervenção do Estado e as estratégias empresariais, de molde a fazer funcionar os projetos e programas do Plano de Recuperação, permitindo o acesso aos fundos europeus na base da transição verde e digital.

5.4. A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Portugal é um país com condições de grande diversidade geográfica, sem paralelo, à sua dimensão, no contexto europeu. Esta terá que ser uma vantagem para o país, e mesmo reconhecendo com naturalidade a existência de território com baixa e elevada densidade, não pode o país permitir a existência de "territórios abandonados" e que sofram uma erosão dos seus rendimentos.

Os investimentos que integram este plano terão que garantir a territorialização das suas políticas, reforçando, com naturalidade, as áreas metropolitanas como vetores de internacionalização, mas assegurando em simultâneo o reforço das suas cidades médias como âncoras do território.

Portugal não tem território a mais, imagem que às vezes ocorre a alguns quando nos confrontamos com os incêndios rurais, o despovoamento e a desertificação dos solos.

Os projetos de investimento que integram este plano, das redes de infra-estruturas, à reindustrialização, à valorização do capital natural, terão que ter uma leitura de equidade territorial que garanta o desenvolvimento do país como um projeto para todos.

5.5. A REGULAÇÃO E O PAPEL DOS REGULADORES

A regulação dos mercados é essencial para assegurar a concorrência e aumentar a competitividade da economia. O papel da regulação e dos reguladores pode ser sempre melhorado e ele é fulcral para termos um mercado dinâmico, que favoreça a inovação, que remova barreiras de entrada a novos *players* e que assegure a construção de uma economia inclusiva que funcione em benefício da maioria. A melhoria da regulação dos mercados, o estímulo da concorrência e a correção de falhas do mercado, é essencial para atrair novas empresas, atrair investimento interno e externo e assegurar o dinamismo da economia.

É altura de o país fazer um balanço da ação das agências reguladoras, identificar os pontos positivos, detetar as insuficiências e adotar um programa para melhorar a ação de regulação.

O trabalho das agências reguladoras para ser eficaz tem de apoiar-se em recursos humanos qualificados e dotados de conhecimento sólido para o exercício das suas funções. A qualidade das instituições de regulação é compulsória para evitar a governamentalização e partidarização das intervenções do Estado na economia e para se desenvolver um sistema transparente, baseado na prestação de contas. Todos estes elementos são cruciais para termos uma regulação sustentável, assertiva e imune à sua captura por interesses comerciais ou políticos.

Neste sentido é importante neste novo ciclo de desenvolvimento adotarem-se as seguintes medidas:

- Fazer um balanço do trabalho das agências reguladoras em Portugal e identificar meios e mecanismos para melhorar toda a sua ação;

- **Identificar fragilidades em termos de recursos humanos** e apostar na sua qualificação dotando-os do conhecimento adequado ao exercício das suas funções;
- **Avaliar periodicamente o trabalho e a *performance* das agências reguladoras** e introduzir um sistema de reconhecimento do mérito;
- **Ponderar a organização periódica de concursos internacionais** para o papel executivo destes órgãos, com o objetivo de quebrar o ciclo de endogamia que caracteriza a sociedade portuguesa.

5.6. A JUSTIÇA E O PLANO DE RECUPERAÇÃO

As decisões da justiça portuguesa são formatadas por um modelo judiciário ainda demasiado formalista e que releva de paradigmas históricos que já foram ultrapassados. Portugal precisa de uma justiça, em particular da justiça económica e fiscal, orientada para o século XXI, o que é decisivo para uma economia mais saudável e dinâmica.

Reduzir os tempos da justiça económica e fiscal é fundamental, pelo que, apesar das melhorias registadas nos últimos anos, impõe-se agilizar e simplificar significativamente o funcionamento do sistema de Justiça. Há que generalizar a desmaterialização e tramitação eletrónica dos processos. É essencial aperfeiçoar os modelos de gestão dos processos judiciais e, em geral, da justiça, desenvolvendo uma cultura organizacional centrada em resultados. Dotar o sistema de infraestruturas e equipamentos consentâneos com uma dinâmica de modernização é outra vertente matricial.

Há muitos diagnósticos feitos sobre todos estes problemas e os caminhos a trilhar. O que é preciso é definir um caminho e agir com determinação.

Há um conjunto de medidas estruturais que o Governo tem vindo a implementar, que devem ser reforçadas com investimentos múltiplos ao nível dos meios tecnológicos, físicos e de recursos humanos, capazes de responder de forma ágil e sustentada aos inúmeros desafios que se colocam. Em situações de crise económica e social, como a que vivemos, os problemas tendem a agravar-se e é imperioso, no curto e médio prazo, adotarem-se medidas que ajudem a resolver a situação e que envolvem a transformação digital, a modernização de equipamentos e edifícios; a modernização e capacitação dos serviços judiciários, de investigação criminal, prisionais e de reinserção e a capacitação de recursos humanos. Os investimentos em todas estas áreas estão previstos no âmbito do Plano de Recuperação, na secção que trata da Administração Pública.

Um dos principais problemas para resolver é a gestão e organização dos processos judiciais, com exigência de prestação de contas e com a utilização de indicadores, sendo um dos mais relevantes a divulgação pública do tempo médio de resolução dos processos por cada tribunal; é necessário mudar a cultura existente e orientar o sistema para servir os utentes. A crescente utilização das novas tecnologias é importante para levar à simplificação dos procedimentos e reduzir tarefas burocráticas de pouco valor acrescentado.

Em termos da melhoria da justiça económica e fiscal, que é importante para a estabilização e recuperação da economia portuguesa, recomendam-se as seguintes medidas:

- **Melhorar toda a gestão dos processos judiciais**, tornando-a mais eficaz e produtiva;
- **Simplificar as etapas dos processos judiciais** facilitando a sua tramitação eletrónica;
- **Dotar o sistema de infraestruturas e equipamentos** consentâneos com a desejável dinâmica de modernização;
- **Remover dos tribunais, dentro do possível, processos que "parasitam" o sistema** como os relacionados com as insolvências, litígios específicos e fiscalidade.
- **Fomentar a utilização dos meios de resolução alternativa de litígios** em Portugal;
- **Estimular os operadores judiciais a utilizar os meios alternativos de resolução dos litígios** tendo em conta que são mais rápidos e menos onerosos;
- **Fomentar a adoção de recursos extrajudiciais de troca de informação**, que são sempre facultativos, têm um formalismo reduzido, mas que podem muitas vezes aproximar as partes, criar condições para um acordo e assim pouparem a energia dos tribunais;
- **Estimular a aplicação pelos juízes das técnicas de conciliação judicial**;
- **Explorar o potencial dos protocolos pré-judiciais e dos meios de arbitragem** para a resolução de conflitos;